

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

NEIRIMAR DE CASTILHO FERREIRA

**PIONEIRISMO NO ENSINO SUPERIOR EM UBERABA:
A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO (1947-1950)**

**UBERABA – MG
2015**

NEIRIMAR DE CASTILHO FERREIRA

**PIONEIRISMO NO ENSINO SUPERIOR EM UBERABA:
A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO (1947-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora – Prof.^a Dr.^a Giseli Cristina do Vale Gatti.

**UBERABA – MG
2015**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

F413p Ferreira, Neirimar de Castilho.
Pioneirismo no ensino superior em Uberaba: a faculdade de odontologia do triângulo mineiro (1947-1950) / Neirimar de Castilho Ferreira. – Uberaba, 2015.
121 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

1. Historiografia. 2. Educação. 3. Ensino superior. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 907.2

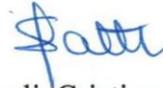
Neirimar de Castilho Ferreira

**PIONEIRISMO NO ENSINO SUPERIOR EM UBERABA: A FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO (1947-1950)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 13/08/2015

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Giseli Cristina do Vale Gatti
(Orientadora)
UNIUBE-Universidade de Uberaba



Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima
IFTM-Instituto Federal do Triângulo
Mineiro



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
UNIUBE-Universidade de Uberaba

Aos meus filhos, João Pedro e Luca.

Ao meu pai, Eduardo, meu sobrinho Eduardo Neto e minha irmã Cleidimar.

Ao meu companheiro Rafael de Melo.

RESUMO

Em 1947, o governo federal autorizou o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e iniciou um novo ciclo do ensino superior não apenas na cidade mineira de Uberaba, mas na extensa zona territorial conhecida como “Brasil Central” – que compreendia todo Estado de Goiás, a maior parte do Estado do Mato Grosso, todo oeste de São Paulo e todo o Triângulo Mineiro – e que não contava com nenhum estabelecimento de ensino odontológico. As particularidades do contexto da saúde bucal da época, protagonizadas pela figura do inesquecível “prático”, que atendia precariamente e de forma itinerante a população urbana e rural da cidade, revelavam a importância de um curso dessa natureza na vida de uma cidade do porte de Uberaba. Assim, o funcionamento dessa faculdade marca, desde o ano da autorização do curso de Odontologia, em 1947, até 1950, ano do reconhecimento dele, o interesse de pesquisadores acadêmicos e historiadores tradicionais. Também é o período foco deste trabalho, que se situa no campo da Educação, na subárea da História da Educação, especificamente relacionada à História das Instituições Educacionais. Trata-se de um estudo inserido na Linha de Pesquisa “Processos Educacionais e seus Fundamentos”, do Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado da Universidade de Uberaba – Uniube. O objetivo foi examinar o contexto regional e as articulações em torno da criação e implantação da faculdade, as características de sua evolução, os saberes compartilhados, o perfil do corpo docente e discente da instituição no referido período, além da infraestrutura que possibilitou o oferecimento do curso de Odontologia, em acordo com as políticas educacionais do ensino superior da época e o cenário educacional do ensino superior local. Este trabalho foi desenvolvido com base nas principais referências teórico-metodológicas da pesquisa historiográfica sobre instituições escolares, a partir de Magalhães (2004), Nosella & Buffa (2009), que destacam as principais categorias de análises na pesquisa historiográfica, permitindo, assim, traçar, sob o olhar científico, o pioneirismo do ensino superior na cidade de Uberaba, as motivações que levaram ao empreendimento de criação e a forma como funcionou o curso de Odontologia, fundado pelo professor Mário Palmério, um dos consagrados escritores brasileiros. Para efetivação da investigação foi identificado o perfil do profissional formado na Faculdade de Odontologia, sua origem social e suas organizações, por meio do exame de atas, livros de matrícula, fotografias e histórico escolar. Conclui-se que, por meio da investigação das motivações para a oferta de um curso superior de Odontologia na cidade de Uberaba, é possível compreender a função dessa importante instituição de ensino no contexto social e educacional da época. Dessa forma, entende-se que a historiografia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro constitui-se no primeiro passo para uma possível interpretação da história da Uniube, organização reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação em 1988, cujo marco de origem foi a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, em 1947.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Superior. Instituições Escolares.

ABSTRACT

In 1947, the federal government authorizes the operation of the Mineiro Triangle Dental School and started a new cycle of higher education not only in the mining town of Uberaba, but the extensive territorial area known as "Central Brazil" - comprising all State of Goias , most of the state of Mato Grosso, all west of Sao Paulo and all Mineiro Triangle - and did not have any establishment of dental education. The oral health context of the particularities of the time, spearheaded by the figure of the unforgettable "practical", which served poorly and itinerant way the urban and rural population of the city, revealed the importance of such course in the life of a city the size of Uberaba. Thus, the operation of the college brand, from the year of the Dentistry course of the authorization in 1947 until 1950, the year of his recognition, the interest of academic researchers and traditional historians. It is also the focus of this work period, which is in the field of Education in Sub-Area of History of Education, specifically related to the History of Educational Institutions. It is an inserted study in the Research Line "Educational Processes and their Foundations", the Graduate Program in Education / MD from the University of Uberaba -Uniube. The aim was to examine the regional context and the joints around the creation and implementation of the college, the characteristics of its evolution, shared knowledge, the profile of the faculty and students of the institution in this period, besides the infrastructure that enabled the offer of the Dentistry course, in accordance with the educational policies of higher education of the time and the educational landscape of the local higher education. This work was developed based on the main theoretical and methodological references of historical research on educational institutions from Magellan (2004), Nosella & Buffa (2009), which highlight the major categories of analysis in historical research, thus allowing to trace under the scientific view, the pioneer of higher education in the city of Uberaba, the motivations that led to the project of creation and the way they ran the course of Dentistry, founded by Professor Mario Palmério, one of the famous Brazilian writers. To effect the research has been identified the professional profile graduated from Dental School, their social origin and their organizations, through the examination of minutes, registration books, photographs and transcripts. In conclusion, through the investigation of the motivations for offering a degree in Dentistry in the city of Uberaba, you can understand the function of this important educational institution in the social and educational context of the time. Thus, it is understood that the historiography of the Mineiro Triangle Dental School constitutes the first step towards a possible interpretation of the history of UNIUBE, organization recognized as a university by the Education Ministry in 1988, whose mark of origin was the creation of Faculty of Dentistry of Triângulo Mineiro in 1947.

Keywords: History of education. Higher education. School institutions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABO — Associação Brasileira de Odontologia
CNE – Conselho Nacional de Educação
DNE – Departamento Nacional de Educação
Efou – Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba
Fista – Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino
Fiube – Faculdades Integradas de Uberaba
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PRM – Partido Republicano Mineiro
PRR – Partido Republicano do Rio Grande do Sul
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba
Uniube – Universidade de Uberaba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira bandeira provisória do Brasil	27
Figura 2 – Vista parcial de Uberaba em 1885	47
Figura 3 – Clínica Dentária da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba	66
Figura 4 – Nova sede da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba	69
Figura 5 – Anúncio do curso de madureza Triângulo Mineiro	80
Figura 6 – Anúncio do Liceu “Triângulo Mineiro”	81
Figura 7– Anúncio do curso de admissão ao curso propedêutico da Faculdade de Comércio do Triângulo Mineiro	81
Figura 8 – Anúncio curso primário do Liceu Triângulo Mineiro	82
Figura 9 – Anúncio do Ginásio do Liceu Triângulo Mineiro	83
Figura 10 – Liceu Triângulo Mineiro. Aviso: Escola de Comércio Triângulo Mineiro	84
Figura 11– Visita técnica para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Técnica de Educação Nair Fortes Bau-Merhy (ao centro), o casal Mário de Ascensão Palmério (à esquerda) e Dona Cecília Palmério (à direita) e os filhos Marcelo e Marília Palmério	89
Figura 12 – Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro	90
Figura 13 – Construção do conjunto de edifícios do Colégio e Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro	91
Figura 14 – Sala de Ortodontia e Odontopediatria (vista parcial)	93
Figura 15 – Pavilhão nº4	94
Figura 16 – Biblioteca	95
Figura 17 – Secretaria	96
Figura 18 – Anfiteatro	96
Figura 19 – Semiologia e Raio X.....	97
Figura 20 – Policlínica	98
Figura 21 – Maquete do Prédio da Reitoria da Cidade Universitária do Rio de Janeiro. Projeto de Marcello Piacentini	99
Figura 22 – Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro	99
Figura 23 – Faculdade de Odontologia e Direito do Triângulo Mineiro – Pavilhões	100
Figura 24 – Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro – Pavilhões	100
Figura 25 – Histórico Escolar do Curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro	104
Figura 26 – Curriculum Vitae do professor Edmundo Rodrigues da Cunha Filho	106
Figura 27 – Primeira Turma de formandos do curso de Odontologia (1950)	107
Figura 28 – Professor Mário Palmério, Dona Cecília e Marcelo – Plantio da árvore simbólica/formatura da 1ª Turma de Odontologia	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	15
1.1. Origens e desenvolvimento do ensino superior brasileiro.....	15
1.1.1 Primeiros passos do ensino superior no Brasil: o papel dos Jesuítas.....	16
1.1.2 O ensino no Brasil nos períodos joanino e imperial.....	19
1.1.3 O Ensino superior na Primeira República.....	23
1.1.4 O Ensino superior na Era Vargas.....	32
2. O ENSINO SUPERIOR EM UBERABA E A GÊNESE DA FORMAÇÃO DE ODONTÓLOGOS.....	40
2.1 A formação de Odontólogos no Brasil e as principais instituições brasileiras e mineiras do ensino de Odontologia.....	40
2.2 Uberaba, sua história e suas primeiras instituições de ensino superior.....	44
2.2.1 Glórias e desventuras da Princesa do Sertão no final do século XIX e início do século XX.....	44
2.2.2 A primeira instituição de ensino superior do Brasil Central - O Instituto Zootécnico de Uberaba.....	52
2.2.3 A primeira faculdade de Odontologia do Brasil Central – A Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba.....	60
3. AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO, A CONSTRUÇÃO E A INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO.....	79
3.1 Do ensino de Madureza ao Ensino Superior: A evolução das instituições educacionais de Mário de Ascensão Palmério.....	79
3.2 Origens do curso de Odontologia de Uberaba.....	85
3.3 Características do prédio da faculdade: projeto, implantação, estilo e organização do espaço.....	91
3.4. Apontamentos sobre o perfil discente e docente.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXO.....	120

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda os resultados da investigação sobre o contexto histórico e as circunstâncias da criação do curso de Odontologia na cidade mineira de Uberaba, a origem e o desenvolvimento dele, assim como o perfil, a formação e organização do corpo docente e os saberes compartilhados. A proposta partiu do interesse pessoal da pesquisadora em compreender como se deu a criação de uma instituição de ensino superior na cidade de Uberaba e a sistemática de funcionamento dela no período de 1947 a 1950, fase que compreende a autorização e o reconhecimento do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. O interesse por esse tema surgiu em 2013, ano do ingresso dela como aluna especial no programa de mestrado da Universidade de Uberaba – Uniube e também da comemoração do 65º aniversário da instituição, cujo marco de origem foi exatamente a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, em 1947¹. É importante ressaltar que o acesso facilitado a fontes impressas e iconográficas, disponibilizadas na própria universidade, representaram prerrogativas importantes e um estímulo à investigação. A partir dessas fontes, iniciou-se o processo de aprofundamento teórico-metodológico sobre a pesquisa histórico-educacional, especialmente aquela vinculada à área da História das Instituições Educacionais.

A problemática a ser examinada foi construída a partir da leitura de teses e livros sobre a figura do professor e fundador de várias instituições de ensino, Mário de Ascensão Palmério, da dissertação² sobre a gênese da primeira faculdade de odontologia da cidade – Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba – Efou e obras de referência teórica sobre a investigação da história de instituições escolares. Portanto, a origem do problema está intimamente ligada ao processo de familiarização e conscientização do momento histórico em que a faculdade foi criada, às diretrizes que conduziram à criação dela e aos fatos que corroboraram para o início desse ciclo específico do ensino superior em Uberaba.

¹ Em 1947, o governo federal autoriza a abertura da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Em menos de dois anos, outras duas escolas entram em funcionamento: a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (1951) e a Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro (1956). A partir de 1972, as faculdades isoladas dão lugar a uma nova organização: as Faculdades Integradas de Uberaba – Fiube. O ano de 1981 marca a fusão com as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino – Fista e, em 1988, a organização é reconhecida como Universidade de Uberaba – Uniube, pelo Ministério da Educação (INSTITUCIONAL, Uniube. *Conheça a nossa história*. 2015. Disponível em: <<http://www.uniube.br/conteudo2.php?p=1&m=7&c=1>>. Acesso em: 27 out. 2015).

² LOUREIRO, Marilda Arantes. *Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba: Gênese e desenvolvimento (1926-1936)*. 2010. 143 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

A investigação da história da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro oferece aos interessados – profissionais dela, cidadãos e comunidade – a oportunidade de conhecer as funções que ela exerceu no passado e os processos que a constituíram, assim como a cidade de Uberaba, além de contribuir para a interpretação e preservação da memória dela como importante instituição de ensino. Por outro lado, uma investigação dessa ordem pode contribuir para o alargamento da compreensão da função do ensino superior no contexto local e sua influência na perpetuação das diferenças sociais entre classes.

A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi um projeto articulado pelo seu fundador Mário de Ascensão Palmério, que verificou, junto a homens de governo, industriais e professores, se havia condições para a instalação de um curso de Odontologia na cidade de Uberaba (FONSECA, 2012). Tal preocupação tinha fundamento, uma vez que instituição de igual natureza, embora autorizada em nível estadual em 1927, teve seu funcionamento suspenso em agosto de 1936, após um parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE e mesmo já tendo formado cinco turmas (a primeira em 1929 e a última em 1934). Trata-se da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, a primeira faculdade do Brasil Central, uma escola idealizada para atender às elites locais, que teve uma curta trajetória, apesar de supostamente atender às necessidades profissionalizantes da época.

A ideia inicial de Mário de Ascensão Palmério em relação à instituição do ensino superior na cidade de Uberaba era a criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas e de Escolas Técnicas de Química e Eletricidade. Contudo, reconhecendo que Uberaba não era propriamente uma cidade industrial e, informado de que o município contava com algo em torno de quarenta ou cinquenta dentistas em situação regular para uma população de cerca de 70 mil habitantes, resolveu rever os planos. Assim, no ano de 1947, o professor Mário de Ascensão Palmério convidou os cirurgiões dentistas Feliciano Henriques, Edmundo Rodrigues da Cunha e Paulo Sepúlveda para colaborarem na estruturação de uma “Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro”. Posteriormente, a eles reuniram-se o cirurgião dentista Sultan Mattar e o médico Jorge Henrique Furtado para comporem o quadro docente. Foi também convidado o professor Ubiratan Novaes, da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, para estruturar a montagem do ensino odontológico uberabense (CUNHA FILHO, 1983, p. 70).

Ao encontro dessas informações, a questão central que motiva este trabalho é investigar os motivos que levaram ao empreendimento de criação e a forma como funcionou o curso da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro no período de 1947 a 1950. Entre as fontes documentais consultadas estão decretos, relatórios, notícias educacionais veiculadas pela

imprensa local, currículos de professores, programa de disciplinas, métodos e instrumentos de ensino, atas, livros de matrícula, fotografias, históricos escolares e legislação educacional pertinente e regimentos escolares. Já a pesquisa bibliográfica deu-se a partir de um programa de leituras que envolveram a apreensão e a reflexão dos aspectos teórico-metodológicos contidos nas teorizações sobre a História das Instituições Educacionais, além da leitura e análise de bibliografia sobre a história da educação nacional e mineira, e, em especial, a história do ensino superior.

É importante destacar que a leitura detida das fontes documentais não é tarefa fácil, mas imprescindível na pesquisa sobre instituições escolares. Afinal, não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos do passado, mas de um importante instrumento para uma nova compreensão da história da escola. Sendo assim, a leitura atenta e crítica auxilia na interpretação dos dados, cujo resultado depende da ótica teórica e ética e da política do investigador.

No final dos anos de 1980 e início de 1990, abordagens novas da *Escola de Annales*³ provocaram uma transformação na concepção de “história” e, conseqüentemente, na maneira de trabalhar do historiador. Sob essa visão, a história da vida privada, a história de pessoas simples (cotidiano, vida doméstica, sexual) suplantaram enfadonhos estudos sobre reis e imperadores e seus feitos político-guerreiros, provocando uma transformação nos objetos de estudos.

Essa abordagem seduziu os historiadores da educação brasileira. O rumo era uma proposta urgente de problematização dos fatos, um roteiro epistemológico centrado no sujeito como autor e agente da observação, e a negação do apego à manutenção dos paradigmas tradicionais para a construção de uma nova ordem na história da educação. Estudos pautados na construção de interpretações sobre o passado surgiram como um novo posicionamento metodológico, que propunha somente a pesquisa de instituições escolares, liberta da teia de conexão de significados e significações dos objetos ditos históricos. No movimento real da história, a paixão, a vontade, os conflitos, as relações de propriedade e de produção não fazem

³ A Escola dos Annales foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França da década de 1920, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista *Anais de História Econômica e Social*. Como o próprio título denuncia, os dois historiadores, inicialmente periféricos na academia francesa e que reuniram em torno de si pesquisadores de outras áreas das ciências humanas, propunham uma escrita da história que privilegiasse o econômico e o social em detrimento do político. Cf. MOURA, Américo. *História em foco: Escola dos Annales: 1ª, 2ª, 3ª geração*. [2013]. Disponível em: <<http://historyfoco.blogspot.com.br/p/escola-dos-annales1-2-3-geracao.html>>. Acesso em: 16 out. 2015.

parte de um jogo abstrato, pré-definido, bem-comportado; por outro lado, são ingredientes de uma dura luta social, arriscada, cujo resultado final não se conhece.

De acordo com Nosella e Buffa (2009, p. 78), a crítica ao velho marxismo determinista não significava o abandono da dialética, afinal, a história dos homens está sempre aberta a vários desdobramentos dependendo das lutas e das vontades humanas. Com efeito, o marxismo investigativo resume a proposta dialética da busca de uma possível interpretação da realidade histórica daquele período, ou seja, a relação constitutiva entre escola e sociedade com o propósito de relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, evidenciando interesses contraditórios.

Dado o recorte temático e espaço-temporal, o universo da pesquisa compreendeu alunos, professores, dirigentes e imprensa local de então, cujos procedimentos investigativos incluíram a aproximação e o reconhecimento do tema, visitas à instituição, leitura e análise dos documentos disponíveis no Arquivo Público Municipal e no próprio acervo da Uniube. Também são relacionadas as principais referências teórico-metodológicas da pesquisa historiográfica de instituições escolares proposta por Magalhães; Nosella e Buffa para o entendimento da história da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e a sua relação com o contexto local, regional e nacional.

Para a compreensão da problemática que envolve essa pesquisa, faremos uma contextualização das circunstâncias históricas que propiciaram o surgimento do Ensino Superior no Brasil e da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

Pode-se inferir que tudo começou com a chegada do príncipe regente D. João e sua família, em 1808, quando surgem as primeiras iniciativas para a criação do ensino superior no Brasil e o processo de independência política com o propósito exclusivo de proporcionar educação para a elite aristocrática que compunha a corte. Com a independência política, uma revolução cultural também introduziu hábitos de pensamento e ação em vigor na Europa do século XIX, ou seja, a educação de letrados passou a ter importância para a formação dos substitutos do poder.

Os anos de 1930 a 1945 caracterizaram-se como um período centralizador da organização da educação. Com a Constituição de 1937, que consolidou a ditadura de Getúlio Vargas, o debate sobre pedagogia e política educacional passou a ser restrito à sociedade política, em clara demonstração de que a questão do poder estava mesmo presente no processo de centralização ou descentralização da educação. As leis orgânicas editadas entre 1942 e 1946, a chamada Reforma Capanema – que recebeu o nome do então ministro da Educação – reafirmaram a centralização da década de 1930, com o Estado desobrigando-se de

manter e expandir o ensino público, ao mesmo tempo em que, porém, decretava as reformas de ensino industrial, comercial e secundário e criava, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai (LIBÂNEO; TOSCHI, 2008, p. 136).

No entanto, o fator considerado de maior importância dentre os que propiciaram o crescimento do ensino superior foi a expansão da escola secundária e a equivalência a ela dos demais ramos do ensino secundário. A política educacional do Estado Novo estava marcada por uma estruturação dual para o ensino secundário, com um ramo conduzindo direta e irrestritamente ao ensino superior e a ramos profissionais que não permitiam aos seus diplomados ingressarem no grau posterior – a não ser que fossem cumpridas exigências adicionais – mesmo assim restringindo a candidatura a cursos previamente fixados. Essa estrutura marcadamente discriminatória caracterizava-se pelo ensino propedêutico para as “elites condutoras” e o ensino profissional para as “classes menos favorecidas” (CUNHA, 1981, p. 171).

Foi nesse cenário de controle e interesses deliberadamente políticos que o ensino superior avançou pelos Estados brasileiros. Em Minas Gerais, até o ano de 1896, o ensino superior reduzia-se às seguintes instituições: Escola de Farmácia (fundada em 1839), Escola de Minas (1875) e Faculdade de Direito (1892), todas sediadas em Ouro Preto. Afora essas instituições de ensino, somente os seminários (católicos e protestantes), localizados em algumas cidades mineiras, possuíam o *status* de curso superior, embora não fossem fiscalizados pelo Estado. Uberaba foi a primeira cidade da vasta região do Brasil Central a possuir uma instituição de ensino superior: o Instituto Zootécnico (1896).

O resultado desse estudo está disposto em três capítulos, de modo que o leitor possa ter um panorama do ensino superior no Brasil e da gênese da formação de odontólogos na cidade de Uberaba, além das motivações para a construção e a instalação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

No Capítulo 1, focalizamos as condições de criação do ensino superior no Brasil nos períodos jesuítico, joanino, republicano e na “Era Vargas” – buscando destacar as características dos estabelecimentos e as formas assumidas pelo ensino superior nesses respectivos períodos – os interesses políticos e religiosos em torno dessa modalidade de ensino, as funções do diploma nas diferentes épocas e a forma como prosperaram as primeiras instituições brasileiras e mineiras do ensino de Odontologia.

O Capítulo 2 – *O ensino superior em Uberaba e a gênese da formação de odontólogos* – traz um relato sobre a economia e as desventuras políticas da *Princesa do Sertão* – como a cidade era conhecida –, no final do século XIX e início do século XX, além da historiografia

de três importantes instituições de ensino superior que marcaram a história de Uberaba, sendo a última o nosso objeto de estudo. Nesse mesmo capítulo, relatamos o desenvolvimento de Uberaba, os progressos e as rupturas no campo econômico, as lutas pela manutenção do poder através de iniciativas educacionais e as primeiras instituições de ensino superior que efetivamente graduaram alunos no período de 1896 a 1936: o Instituto Zootécnico (1896) e a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba (1936).

As motivações para a criação, a construção e a instalação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro é o título do Capítulo 3. Nele, discorremos sobre a expansão das instituições educacionais de Mário de Ascenção Palmério, as fontes de motivação para a instalação de um curso de Odontologia na cidade de Uberaba, o processo decisório que envolveu a construção do prédio da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a origem de mestres e alunos e a organização didática do curso em seus primeiros anos de funcionamento.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais, que ressaltam aspectos importantes da pesquisa enquanto contribuição para o alargamento da compreensão do processo de instalação do ensino superior na cidade de Uberaba e a sua função em nosso País. O estudo tem sua importância enquanto referência para os demais pesquisadores que se interessem pela temática exposta e constitui-se num ponto de partida para novas pesquisas.

CAPÍTULO 1

PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

1.1. Origens e desenvolvimento do ensino superior brasileiro

Na quarta década do século XVI foi fundada, em São Domingos, a primeira universidade no continente americano. Alguns anos mais tarde, em 1553, foi inaugurada, no México, a segunda universidade americana, com os mesmos privilégios da famosa Universidade de Salamanca. Vieram, depois, as Universidades de São Marcos (Peru), São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) e outras, de modo que, ao tempo da independência do Brasil, havia 26 ou 27 universidades na América Espanhola (TEIXEIRA, 1989, p. 244). No Brasil, nenhuma. Por quê?

Um dos argumentos frequentemente repetidos é o de que Portugal desejava sustentar a dependência das colônias, mantendo a necessidade de se ir estudar naquele país. Porém, movimentos portugueses de criação dos cursos de Filosofia e Teologia, nos colégios dos jesuítas, e a reforma desses cursos pelos franciscanos, no Rio de Janeiro, e o de Filosofia, no Seminário de Olinda, no final do século XVII – momento de reforço dos laços coloniais em pleno século XVIII – enfraquecem esse argumento. Segundo Cunha (2007, p. 17), o lamento da universidade tardia levou alguns cronistas do ensino superior no Brasil, especialmente Souza Campos (1940) e Fernando Azevedo (1971), a defenderem que as lutas e tentativas pela criação de uma Universidade no Brasil representavam um esforço continuado de pessoas esclarecidas para organizar um ensino superior que só podia ser universitário *pela sua própria natureza*.

No entanto, a periodização do ensino superior proposta por Cunha (2007) entende que os saberes historicamente concebidos na nossa formação social foram hierarquizados em saberes dominantes superiores (das classes dominantes) e os saberes dominantes inferiores (das classes dominadas). Aquele que chamamos de ensino superior, no Brasil, é aquele que tem como objetivo um saber superior, ou seja, o critério histórico para compreendermos a origem e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil só é possível através do estudo de fatos relacionados aos saberes superiores em determinada fase da nossa história. Isso pode ser comprovado quando se verifica que a inexistência de ensino especializado de Filosofia no Brasil, em todo o período do Império, aconteceu porque ela tinha sido deslocada de posição,

embora continuasse cumprindo seu papel no âmbito do saber dominante, mas em posição não superior, numa época em que era o saber preferido da cultura geral das classes letradas. Acontece que as classes dominantes do Império tinham, no saber jurídico, naquele momento, o núcleo do saber superior, em torno do qual se posicionavam a engenharia e a medicina.

Tendo por base a perspectiva de que o ensino superior, no Brasil, passou tanto por continuidades quanto por rupturas devido ao fato de que os saberes superiores almeçados pelas classes dominantes mudavam de núcleo ao sabor de ideologias diversas, não é possível vislumbrar a evolução propriamente dita do ensino superior brasileiro. Sendo assim, a periodização aqui apresentada sobre a origem e o desenvolvimento do ensino superior brasileiro trata dos saberes superiores empregados na Colônia até 1808; no Império, com a criação de um novo ensino superior, até 1889, com a queda da monarquia; e, finalmente, da República oligárquica, de Deodoro até o governo provisório da Era Vargas, de 1930 a 1945, que corresponde à periodização da historiografia brasileira.

1.1.1 Primeiros passos do ensino superior no Brasil: o papel dos jesuítas

Os primeiros cursos superiores do Brasil iniciaram-se em 1572, nos colégios jesuítas da Bahia, e estavam a serviço da exploração da Colônia pela Metrópole. Os cursos de Filosofia e Teologia tinham por função difundir as ideologias legitimadoras da exploração colonial, por meio da formação de padres para a atividade missionária, de quadros para o aparelho repressivo (oficiais da Justiça, da Fazenda e da Administração) e ilustrar as classes dominantes do local, quer fossem filhos dos proprietários de terra e de minas, quer fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes. Segundo Cunha,

A integração dessas funções assim variadas ficava garantida pela presença, no currículo desses colégios, das ideologias e das práticas letradas comuns à cultura das classes dominantes, às diversas especialidades da burocracia estatal e à organização da própria ordem religiosa que as ensinava. (CUNHA, 2007, p.26)

O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia, então sede do governo-geral, em 1550. Em 1553, começou a funcionar o curso de Humanidades e, em 1572, os cursos de Artes e Teologia. Os colégios fundados em outras cidades prosperaram, porém o da Bahia não só foi modelo para os outros como também apresentou inovações, como a fundação de uma faculdade de Matemática no século XVIII (CUNHA, 2007, p.35). O colégio do Rio de Janeiro, fundado em 1638, atingiu porte superior aos demais; o de Olinda iniciou cursos

superiores em 1687; o Colégio do Maranhão, em 1688 com o curso de Teologia, e o Colégio do Pará iniciou o curso de Artes em 1695, funcionando, de modo complementar, ao colégio do Maranhão. Também em Piratininga, os cursos de Filosofia e de Teologia foram instalados atendendo à solicitação dos “homens bons” da cidade de Santos, para atender ao dinamismo de São Paulo, em 1708. O último dos cursos superiores criados pelos jesuítas, poucos anos antes da expulsão deles, foi no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, em 1750.

As modificações ideológicas do século XVIII, chamado de “século das luzes”, em oposição à Idade Média – que consistia na celebração da razão em oposição a qualquer religião revelada – é uma das prováveis razões para a perseguição à Companhia de Jesus em Portugal. Na Europa, em meados do século XVIII, já estava adiantada a formulação de concepções do mundo, do homem e da sociedade, compatíveis com a atividade cotidiana de acumulação privada de capital. Nesse mesmo período, a educação escolar, em Portugal e também nas colônias, era controlada, na sua quase totalidade, pela Companhia de Jesus. Com efeito, em 1759, os padres jesuítas foram expulsos do reino português – e, conseqüentemente, do Brasil – num ato não de perseguição anticlerical ou antirreligioso de Pombal, mas por um móvel político, ou seja, “o regalismo, a tentativa de submeter todas as instâncias do poder ao Estado, mais especificamente ao rei (CUNHA, 2007, p.43)”. Talvez aqui esteja o cerne da concepção de desenvolvimento limitado ao seu exclusivo aspecto econômico, conceito que reduziu a educação à mera necessidade de qualificação de recursos humanos séculos adiante. A expulsão dos jesuítas não correspondeu à hegemonia de alguma outra ordem religiosa, apesar de o Iluminismo português não ter acompanhado a ilustração francesa em todos os seus aspectos, principalmente pelo fato de ter sido composto com a religião católica e a Igreja.

Com a expulsão dos jesuítas houve a desarticulação do sistema educacional escolar da Colônia. Foram fechados 17 colégios e seminários maiores na Bahia, em Recife, Olinda, Piratininga, no Rio de Janeiro, em São Luiz, em Belém e em Mariana. No lugar deles foram criadas as aulas régias⁴ (aulas de matérias isoladas). É enganoso supor que o Estado tivesse, antes de 1759, um plano de reforma educacional que orientasse todas as medidas que vieram a ser tomadas por Pombal nesse campo.

⁴ As aulas régias foram criadas em Portugal e em suas colônias pelo alvará de 28 de junho de 1759, no contexto das reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais promovidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I (1750-1777). Cf. MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA (Brasil). *Aulas régias*. 2013. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>>. Acesso em: 27 out. 2015.

É fato que a Companhia de Jesus trouxe e implementou, na colônia, um ensino baseado na exclusão, perfazendo a ponte educacional por onde passavam os valores europeus, especialmente os valores portugueses, cuja intenção era fazer nascer, no país descoberto, uma nova nação, no entanto, não uma nova cultura preservada em suas raízes, mas a preservação de um modelo decadente que necessitava de novos influxos para se fazer forte novamente: a cultura medieval.

O ensino jesuítico, essencialmente escolástico, inculcava valores relativos à manutenção de determinado *status quo*, baseado na valorização da língua estrangeira: “a despeito dos trópicos, da nossa composição étnica e da língua, a qual fosse o português ou o tupi-guarani, que eram as línguas faladas, não eram as línguas da educação e da cultura”, na doutrina católica e nos valores de uma aristocracia europeia “com uma vergôntea da cultura greco-latina mediterrânea” (TEIXEIRA, 1989, p.75), cuja necessidade de manter-se hegemônica determinava as condutas de perpetuação da obra de unificação do pensamento ocidental que “iria marcar em nossos gostos e nossos valores [...]. Nos colégios dos jesuítas, até os fins do século XVIII, só era permitido falar o português durante os recreios e nos dias feriados” (TEIXEIRA, 1989, p.75). Porém, qualquer crítica direcionada aos métodos e às ideologias jesuíticas – que durante dois séculos e meio sustentaram um sistema de educação na sociedade portuguesa e, com maior razão de ser, na Colônia, com planos conscientes e determinados da Igreja ou do Estado, para a formação do caráter social desejado e o treinamento dos necessários servidores da Igreja ou do Estado – não pode ser mais branda que as críticas direcionadas à balbúrdia causada pela reforma pombalina no sistema de ensino da colônia. Isto porque,

Da expulsão até as primeiras providências para a substituição dos educadores e do sistema jesuítico transcorreu um lapso de 13 anos. Com a expulsão, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação (ROMANELLI, 2012, p.36).

No que se referem às iniciativas na instância superior do ensino, após a chamada expulsão dos jesuítas, frades franciscanos criaram, em 1776, um curso superior no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, já nos moldes da reforma pombalina (CUNHA 2007, p.54) evidenciando que o legado de disciplina, obediência severa aos superiores e valores católicos de mais de dois séculos da Companhia de Jesus continuariam os mesmos.

Entende-se que o ensino superior pós-jesuítico, que funcionou ao menos até 1805, teve um importante papel de formação dos precursores da independência do Brasil em 1822. Manoel Cardoso comparou os documentos de criação dos cursos superiores do Rio de Janeiro e de Olinda, concluindo que houve um arrefecimento do ímpeto reformista na direção do Iluminismo, quando ele afirma que “nessa direção, Betty Oliveira associa os ‘inconfidentes’ mineiros ao ensino do Seminário de Mariana” (CUNHA, 2007, p.61). No entanto, com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios, o Estado assumiu os encargos da educação, porém nada mudou nas suas bases. Tios-padres e Capelães de engenho, formados nos seminários jesuítas, foram os naturais continuadores: “uma vez que as camadas inferiores viviam na servidão ou na escravatura e o trabalho físico era tido como degradante, não é de se estranhar que se considerasse o ócio como um distintivo de classe”. Com efeito, no século XIX, a pequena burguesia (camada intermediária na estratificação social que representou relevante papel na política do Brasil monárquico) dispôs da educação escolarizada para afirmar-se como classe (ROMANELLI, 2012, p.38).

1.1.2 O ensino superior no Brasil nos períodos joanino e imperial

A expansão dos domínios de diversos países europeus, no século XVI, entre eles de Portugal, pelas vias de dominação de suas colônias, trouxe riqueza e ostentação a uma decadente aristocracia imperial que se associou a valores religiosos de interesses similares não contraditórios organizados em suas finalidades primordiais de aquisição e legitimação do poder. Essa associação *empresarial* fincou suas bases na articulação política entre Igreja e Estado, em que a primeira exercia a função de produzir a legitimidade do segundo no âmbito da Sociedade Civil através da direção intelectual (CUNHA, 2007). Entende-se que prevaleceu, desde a Colônia, o interesse político na formação dos indivíduos em todas as instâncias de ensino, sendo que a recriação do ensino superior, a partir de 1808, estruturado em estabelecimentos isolados e de forma fragmentada, atendia aos interesses de ilustração de uma minoria aristocrática, favorecendo a manutenção do *status* e servindo de instrumento para a ascensão social daqueles que se entendiam em condições de assumir posições mais elevadas. Segundo Romanelli (2012, p.31), “dentro desse contexto, a ilustração dada pela escola servia também para qualificar o representante político do poder local nas esferas mais altas”.

Com D. João, príncipe regente por 12 anos, nasceu o ensino superior (não teológico) e o processo de independência política com o propósito exclusivo de proporcionar educação

para uma elite aristocrática que compunha a corte. Com a independência política, uma revolução cultural também introduziu hábitos de pensamento e ação em vigor na Europa do século XIX. Enfim, a educação de letrados passou a ter importância para a formação dos substitutos do poder.

A ideologia escolástica católica, associada ao desejo de domínio da Colônia brasileira como forma de transferir a cultura do colonizador para o colonizado, representou as vias pelas quais a educação se firmou como necessária aos objetivos de ambas as instituições (Igreja e Estado) no século XVI. “Em Portugal, até a época de Pombal, e no Brasil, até a vinda da Corte, o ensino público era estatal e religioso (CUNHA, 2007, p.73).” Percebe-se que nem os ideais iluministas do século XIX (que, a partir da época pombalina, fez com que a Igreja Católica perdesse algumas de suas atribuições, entre elas, a de gestora da educação escolar), tão pouco a precária condição da colônia no que se refere à estrutura existente no Brasil no período em que passou a ser sede da monarquia lusa de 1808 até 1820⁵, foram razões para que o ensino superior assumisse a função fundamental de “servir e promover a cultura comum nacional e não mais a cultura universal da Idade Média” (TEIXEIRA, 1989, p. 78). E assim, marcado por lutas em torno do poder e da solução de problemas urgentes e imediatos, sem a preocupação de viver uma cultura superior com real sensibilidade para o seu crescimento, as suas crises e os seus problemas, “formou-se o núcleo de ensino superior sobre o qual veio a ser edificado o que existe até hoje, ligado à sua origem por ampliação e diferenciação”. (CUNHA, 2007, p.71).

Neste ponto específico do estudo em questão, é necessário enfatizar o papel do saber preferido da cultura geral das classes letradas do Império no âmbito do saber dominante, conforme anteriormente mencionado neste trabalho. Trata-se do saber jurídico, o núcleo do saber superior almejado pelos “mandarins” do império brasileiro (PANG; SECKINGER, 1972)⁶.

⁵ O inglês LUCCOCK (Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. São Paulo, 1942, p. 29) descreve que no Rio de Janeiro de 1808 “existiam 60.000 habitantes na cidade entre os quais 500 advogados e 200 profissionais que praticavam a medicina”. A cidade impressionava tanto na sua integração ao esplendor da natureza quanto aos problemas de alta umidade, sujeira e a ausência de fossas sanitárias. Para agravar o panorama, o calor dos trópicos provocava inúmeras doenças, como diagnosticou o mesmo autor que descreveu: “O povo é muito sujeito a febres, a acessos de bile, [...] à disenteria, à elefantíase e outras perturbações [...] que às vezes são violentas e fatais [...] a varíola” (LUCCOCK, 1942, p.35).

⁶ PANG; SECKINGER (The mandarins of imperial Brazil comparative studies in society and history [Cambridge], v.14, n.2, mar. 1972, p.216) usaram o termo mandarim para descrever o recrutamento e a formação de agentes políticos controlados centralmente pelo Estado com a função de unificar o país e forjar uma ideologia de unidade nacional capaz de justificar a continuidade dos sistemas social, econômico e político existentes na época do Império.

O sistema do mandarinato, mecanismo de recrutamento, formação e promoção de funcionários para um cargo administrativo através dos exames públicos de sua qualificação literária, foi o instrumento típico de designação de membros da burocracia civil do Estado, no Brasil, na época do Império. Cunha enfatiza que,

As escolas superiores, principalmente as de direito, nas quais estavam matriculados, ao fim do império, mais da metade dos alunos, desempenhavam papel central no recrutamento e na formação dos “mandarins”. Nas academias, principalmente na de São Paulo e na de Olinda, os jovens oriundos das classes dominantes (filhos dos proprietários de terras e de escravos, e dos comerciantes) desligavam-se dos padrões culturais provincianos, formando-se segundo uma perspectiva nacional-imperial. Ao mesmo tempo, dava-se, informalmente, a integração dos futuros “mandarins”, com repercussões nas alianças que faziam durante a carreira. Formado, o mandarim começava sua carreira nomeado para um cargo público ou integrando as listas de candidatos aos mandatos parlamentares, havendo passagens frequentes entre a administração, o parlamento e a justiça (CUNHA, 2007, p.72).

O ensino jurídico permaneceu até a primeira República como o núcleo do saber dominante, preferido pelas classes letradas, e o estatuto elaborado pelo Visconde de Cachoeira, então Conselheiro de Estado, para reger o funcionamento dos cursos jurídicos deixava explícita a importância do ensino jurídico para a formação de quadros para o Estado. Afirmava Visconde que:

Tendo-se decretado que houvesse, nesta Corte, um Curso Jurídico para nele se ensinarem as doutrinas de jurisprudência em geral, a fim de se cultivar este ramo da instrução pública, e se formarem homens hábeis para serem um dia sábios Magistrados, e peritos Advogados, de que tanto se carece; e outros que possam vir a ser dignos Deputados, e Senadores, e aptos para ocuparem lugares diplomáticos, e mais empregados do Estado (CUNHA, 2007, p. 77).

Os primeiros cursos jurídicos do Brasil foram criados em 11 de agosto de 1827, em São Paulo e Olinda, “prevalecendo a corrente que defendia a localização das academias fora do Rio de Janeiro e naquelas províncias onde foi mais forte o movimento pela independência” (CUNHA, 2007, p. 102). Em 1854, por meio do Decreto de 28 de abril, os cursos jurídicos foram transformados em faculdades de Direito, que conferiam o grau de bacharel aos estudantes que concluíssem os estudos regulares, e o de doutor aos que, além disso, viessem a defender teses públicas.

Outros cursos como o de Belas-Artes, na Bahia, tiveram vida curta justamente por “não garantir aos formados o privilégio de ocuparem cargos na burocracia do Estado nem o de

exercerem profissões liberais controladas por entidades corporativas” (CUNHA, 2007, p. 106).

O curso de Medicina foi criado, a princípio, para conter o quadro problemático da saúde pública nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro (LOUREIRO, 2010, p. 14).

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, houve um grande surto de progresso, com destaque para a área cultural, artística e de educação. Foi fundada em 18 de fevereiro daquele ano, na Bahia, a “Escola de Cirurgia”, em nome da Real Junta do Proto-Medicato, instalada no Hospital de São José, graças à interferência do Dr. José Correa Picanço, Físico e Cirurgião-Mor. Também em 05/11/1808 foi criada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Hospital Militar e da Marinha. Esta, em 1832, seria transformada em Faculdade de Medicina (CASANOVA, 2012, p. 35).

Nessa época, a Odontologia era ainda encarada como uma atividade artesanal, muito embora alguns cirurgiões já a exercessem. Casanova ressalta que,

No final da década de 1870 o ensino da Odontologia ganhou mais impulso. O decreto 7.247, artigo 24, de 19 de abril de 1879, determinava que em cada faculdade de Medicina ficassem anexos uma escola de Farmácia, um curso de Obstetrícia e Ginecologia e um curso de Cirurgia Dentária. Estava cada vez mais próxima a criação de um curso de Odontologia (CASANOVA, 2012, p. 38).

Se o curso jurídico era propedêutico às carreiras públicas, o curso de Odontologia garantia aos diplomados a demanda das “pessoas que prezavam seus dentes” (CASANOVA, 2012, p. 37), principalmente aqueles que podiam pagar pelo tratamento.

A articulação religião-educação-Estado no âmago da organização do ensino, desde a Colônia, estabeleceu uma relação simbiótica entre o poder político e a educação antes e depois da secularização do ensino. Romanelli destaca as relações existentes entre as estruturas do poder e a organização do ensino, salientando que:

[...] os governantes legislam segundo uma escala de valores próprios da camada a que pertence, ou seja, segundo uma forma de encarar o contexto e a educação, forma que dificilmente consegue ultrapassar os limites dos valores inerentes à posição ocupada pelo legislador na estrutura social (ROMANELLI, 2012, p. 30).

Com efeito, a ilustração tornou-se símbolo de classe e instrumento de dominação e as rupturas ocorridas se fizeram pela divergência de interesses de grupos dominantes, cujas tendências obedeceram, sempre, ao grupo mais fortemente representado ou “ao jogo das mútuas concessões e dos compromissos emergentes com as alianças ocasionais ou

permanentes que as facções promovem, visando ao próprio fortalecimento” (ROMANELLI, 2012, p. 30).

Depois da independência do Brasil, em 1822, formaram-se dois setores: o do ensino estatal (laico) e o do ensino particular (religioso ou laico). As escolas secundárias eram, em sua maioria, oriundas da esfera provincial e da iniciativa particular, “mas se havia consenso sobre a desejabilidade da expansão do ensino do setor privado, havia consenso, também, sobre a necessidade de controlá-lo (CUNHA, 2007, p. 81-82)”. Nesse sentido, iniciou-se um movimento para a manutenção do monopólio superior dentro do setor estatal, mais especificamente dentro da esfera nacional, com o verdadeiro intuito de defender o “monopólio de concessão de *privilégios profissionais*, pelo poder de conferir diplomas juridicamente válidos (CUNHA, 2007, p. 85)”.

1.1.3 O ensino superior na Primeira República

Como já mencionado, com D. João nascia, de fato, o ensino superior, com o propósito exclusivo de proporcionar educação para uma elite aristocrática e nobre que compunha a corte, ou seja, esse processo de autonomia que iria culminar na independência política iniciou-se com a institucionalização do *saber dominante* que, a partir do momento que passou a ser oferecido em instituições de ensino, passou a ser caracterizado como “ensino superior”.

Acerca do referente institucional estabelecido por D. João ao *saber dominante* no Brasil Império, podemos alinhar o pensamento de Justino Magalhães em seu “Tecendo Nexos”:

A educação reifica-se num tempo, num espaço e numa ação – tempo, espaço e ação/comunicação, cuja combinatória é uma metainstituição. Esta atitude instituinte da relação e do projeto educativo envolve a existência de estruturas que confirmam estabilidade às transformações em curso e a existência de instâncias de enquadramento, orientação e superação de eventuais resistências. Eis porventura a maior sutileza da relação educativa: a necessidade de instâncias de enquadramento e orientação, seja em processos acentuadamente hétero, seja em processos autoeducativos (MAGALHÃES, 2004, p. 35).

Impulsionado por desejos particulares de compor um ambiente similar ao da metrópole em terras coloniais, D. João mostrou uma preocupação excessiva com a criação do ensino superior e abandonou os demais níveis do ensino, fato que acentuou a tradição da educação aristocrática dos tempos da Colônia à Independência, considerada por João Cruz Costa como “simples transferência de poderes dentro de uma mesma classe, entregaria a

direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados” (COSTA, 1997, p. 102).

A partir dessa composição, observa-se um movimento helicoidal em torno do ensino superior proveniente de móveis políticos e forças dominantes. A população educacional da época, filhos de membros dessas classes, preferia os cursos jurídicos por razões já expostas. Essa inclinação favoreceu a criação de um núcleo político que legislava em prol de interesses que buscavam, exclusivamente, manter o influxo de indivíduos de uma única classe no sentido de preencher os quadros políticos. Uma vez concentrados os interesses nesta determinada esfera de poder, mecanismos de seleção discriminatória de acesso ao ensino superior foram legalizadas, algumas delas pelo Ato Adicional de 1834.

O Ato Adicional de 1834 dividiu o setor estatal de ensino em duas esferas: a nacional e a provincial. A esfera que controlava os estabelecimentos de ensino superior era a nacional. O ensino primário e o secundário ficavam sob a tutela das assembleias provinciais. Porém, uma instituição intermediária e obrigatória ao acesso ao ensino superior foi criada: a escola imperial Colégio Pedro II e, com ela, o controle sob a esfera de ensino secundário pela esfera nacional, que também tinha o poder de conferir os títulos acadêmicos dotados de validade jurídica em todo País. A descentralização ocorrida com o Ato Adicional de 1834, com raízes na liberdade supervisionada – aparentemente democrática e desprendida de interesses exclusivos – trouxe consequências providenciais ao aparelho institucional de ensino, conforme destaca Romanelli:

A falta de recursos [...] que um sistema falho de tributação e arrecadação da renda acarretava, impossibilitou as províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escolas, que, destituídos de habilitação para exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. O fato de a maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou mais ainda o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação de seus filhos (ROMANELLI, 2012, p. 40).

Durante a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, o ensino secundário foi constituído alheio ao estabelecimento de um currículo único e seriado, o que provocou o desnivelamento dos candidatos às vagas a cursos superiores. “Por isso as escolas tiveram que montar um mecanismo que funcionasse, ao mesmo tempo, como preparação para o ensino superior e como verificação do aprendizado” (CUNHA, 2007, p. 45). Os exames preparatórios sofreram várias transformações com o objetivo de facilitar o ingresso nos cursos

de nível superior e “as elites intelectuais das classes dominantes se mobilizaram para enfrentar esse problema.” E, com a mesma sagacidade com que se engajaram nas lutas pela liberalização do ensino privado, compatibilizaram as orientações de que a liberalização resultaria na deterioração da qualidade do ensino, e que a seleção, pelo corpo docente das faculdades, através da supervisão dos exames de madureza, recuperaria a qualidade dos estudantes dos cursos superiores e “libertaria os estabelecimentos particulares dos rígidos padrões oficiais, deixando campo aberto a pesquisas e inovações” (CUNHA, 2007 p. 116).

Assim, a escola superior é reconduzida “ao desempenho da sua função social/cultural, a serviço das classes dominantes, comprometida pela facilitação do acesso aos seus cursos de alunos sem o preparo tido como adequado” (CUNHA, 2007, p. 117) “e como fonte fornecedora de diplomas garantidores da posse de conhecimentos (apropriados) aos cargos conferidores de maior remuneração, prestígio e poder (p. 134)”.

Percebemos ser interessante nos deter, nesse instante, às correntes que postularam contra e a favor da Universidade no Brasil. Conforme versa Mendonça (2000, p. 135), a ideia de uma Universidade no Brasil foi renegada pelos positivistas, porém, percebe-se um caráter dual em suas acepções, isto porque a resistência colocada pelos positivistas se fazia em nome da liberdade de ensino e, segundo enfatiza Mendonça, esse princípio também era utilizado para advogar a favor da “retirada dos entraves legais que impediriam uma maior expansão da iniciativa privada no campo da educação (que especialmente após 1870, começou a expandir-se no campo do ensino superior)”.

Fortalecidos os argumentos em favor da liberação do ensino superior durante a Primeira República, surgiram as escolas livres empreendidas por particulares e os primeiros estabelecimentos com o nome de universidade. O leque de cursos se ampliou, o número de escolas se multiplicou e os diplomas das escolas superiores tenderam a perder “raridade”. As escolas chegaram a muitas cidades desprovidas delas e, conseqüentemente, o número de estudantes cresceu bastante. O diploma do curso superior, como “instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítimo” (CUNHA, 2007, p. 134), precisou ser restabelecido em sua função *discriminatória* através da introdução dos exames vestibulares (1911).

Outros mecanismos de conferência de “raridade” ao diploma das escolas superiores foram estabelecidos em diferentes épocas e oportunamente serão comentados.

Para introduzirmos os fatos acerca do curso dos acontecimentos no âmbito educacional no período posto, especialmente no grau superior, é necessário contextualizarmos os acontecimentos políticos na esfera pública, em decorrência da Proclamação da República,

que aconteceu por meio de um golpe de Estado, no desfecho de uma conspiração entre os diversos grupos sociais e regionais que competiam pelo poder político. Vamos nos ater a duas correntes específicas, cujas ideologias tiveram grande influência nas políticas educacionais: a corrente liberal e a positivista. A corrente liberal liderada por Rui Barbosa defendia o paradigma norte-americano, ou seja, a República Liberal. Os positivistas defendiam a ditadura republicana como a melhor forma de governo, cujos princípios básicos foram formulados pelo pensador francês Augusto Comte, conforme explica Fausto:

A ditadura republicana concebida por Comte não correspondia ao despotismo, mas implicava a ideia de um governo de salvação no interesse do povo. Teoricamente, o ditador republicano deveria ser representativo, mas poderia afastar-se do povo em nome do bem da República. Ele seria eleito por toda a vida e poderia influir na escolha de seu sucessor (FAUSTO, 1997, p. 232):

A corrente liberal estava fortalecida pelo desenvolvimento da cafeicultura, que criou condições para o desenvolvimento da produção manufatureira e o conseqüente crescimento das classes trabalhadoras e das camadas médias. Isso proporcionou um arranco industrialista paralelo, resultado da penetração de empresas norte-americanas no Brasil. Os Estados Unidos da América encontravam-se em posição hegemônica no conjunto da economia mundial, após o fim da Primeira Guerra Mundial, e passaram a administrar os dirigentes da nova república brasileira no momento em que crescia o consumo por produtos internos.

Bandeira (1973, p. 133) explica que “a americanização do Brasil significava, para os homens que assumiram o poder a 15 de novembro de 1889, o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da democracia”. Assim, a constituição de 1891, produto de conflitos e composições de liberais e positivistas, foi boa parte copiada dos Estados Unidos por imposição dos liberais liderados por Rui Barbosa. Até mesmo o pavilhão brasileiro republicano, que era estrelado, com listras verdes e amarelas, foi *inspirado* na bandeira norte-americana.

complexa do que a anterior sociedade escravocrata já brilhava no céu da nova República, vários estratos sociais emergentes já podiam ser encontrados, a heterogeneidade da composição social popular era nítida, existia uma pequena burguesia, uma camada média de intelectuais letrados, os militares em franco prestígio, uma burguesia industrial e um contingente de imigrantes que definiam classes médias e, na zona rural, se ocupavam da lavoura. Portanto, “todo esse complexo organismo social já não podia comportar-se em instituições de caráter simplista” (ROMANELLI, 2012, p. 42).

A dualidade acabou gerando uma desorganização completa na construção do sistema educacional brasileiro. A partir da Primeira República, várias reformas foram propostas para a solução dos problemas mais urgentes, porém sem êxito. A primeira reforma foi a de Benjamin Constant, que aconteceu sem o cuidado de pensar a educação a partir de uma “dada realidade”. A renovação intelectual de nossas elites culturais e políticas não aconteceu, as disparidades econômicas e educacionais acentuaram-se e as reformas Carlos Maximiliano e Rocha Vaz não passaram de tentativas frustradas de impor a sistematização sobre a desordem.

A educação de elite foi o molde para certo tipo moderado de educação para ascensão social porque as massas acostumaram ligar trabalho à escravidão e as camadas dominantes buscavam preservar o patrimônio da educação para o ócio. Assim, a oferta da educação escolarizada caracterizava-se pela escassez de oportunidades e pelo caráter eminentemente literário. Com relação a esse fato, enfatiza Cunha,

Os grupos ascendentes eram formados de indivíduos oriundos das classes trabalhadoras, principalmente filhos de trabalhadores por conta própria das cidades e descendentes de colonos das fazendas; eles buscavam, nos cargos subordinados dos escritórios, das lojas e das repartições, se afastar das ocupações manuais, rejeitadas em razão das condições de exploração, mais duras do que as dos funcionários, e da ideologia, profundamente arraigada, definidora do trabalho manual como próprio de escravos (CUNHA, 2007, p. 146).

Na estrutura socioeconômica vigente no começo da República – na qual predominavam técnicas arcaicas de cultivo, o latifúndio e a monocultura –, a educação realmente não era considerada como fator necessário, o que ocasionou a maior taxa de analfabetismo daquele momento histórico, mesmo assim, as reivindicações começaram a ser atendidas. Cabe destacar que,

Todo esse processo de ampliação e constituição da burocracia pública e privada determinou o aumento da procura da educação escolar pela qual se processava a formação profissional necessária ao desempenho das tarefas

que lhe eram próprias. Os latifundiários queriam filhos “doutores”, não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestígio familiar, como, também, expediente para atenuar possíveis situações de destituição. Os trabalhadores urbanos e os colonos, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de estes ingressarem numa ocupação burocrática (CUNHA, 2007, p. 147).

Da adaptação dos projetos da doutrina positivista às necessidades do Estado – “à formação da sua burocracia e às demandas de setores da sociedade civil, não as dos operários, artesãos, camponeses sem terra, ex-escravos, mas as das camadas médias urbanas (CUNHA, 2007, p. 154)” –, realizado por Benjamin Constant em sua reforma, acarretou um movimento geral de expansão do ensino superior que, de 1891 até 1910, ano imediatamente anterior ao da Reforma Rivadávia Corrêa, contabilizou a criação de 27 escolas superiores, sendo nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia, oito de Direito, quatro de Engenharia, três de Economia e três de Agronomia. Assim:

A abolição dos controles sobre o ensino e, em consequência, sobre os diplomas produziu a perda da raridade deles e, daí, a sua progressiva incapacidade de indicar os indivíduos e os grupos “merecedores” das posições que conferiam mais poder, remuneração e prestígio (CUNHA, 2007, p. 166).

Com efeito, mudanças profundas foram instauradas para conter a “invasão” do ensino superior, tais como a exigência de certificado de conclusão do ensino secundário, rigidez no processo de equiparação das faculdades livres com as oficiais, obrigatoriedade de frequência às aulas, fixação do número de vagas a cada ano para cada faculdade e introdução do critério classificatório e, assim, recuperar o *status* que conferia aos “doutores” uma posição muito especial na sociedade brasileira, como ilustra Lima Barreto:

Nos intervalos da conversa, todos eles olhavam o novel dentista como se fosse um ente sobrenatural. Para aquela gente toda, Cavalcanti não era mais um simples homem, era homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; e não juntavam à imagem que tinham dele atualmente, as coisas que porventura ele pudesse saber ou tivesse apreendido. Isto não entrava nela de modo algum, e aquele tipo, para alguns continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era diferente da deles e fora ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina (LIMA BARRETO, 1948, p. 55).

Segundo Teixeira (1989, p.90), até a década de 1930, “o ensino superior era uma simples introdução geral às profissões, em escolas do tipo de escolas secundárias”. Assim, até

a década de 1920, a educação ofertada à população brasileira correspondia às reais exigências da sociedade então existente. O desequilíbrio ocorreu com o crescimento acelerado da demanda social de educação e o aparecimento de uma demanda acentuada por recursos humanos a partir de 1930. A crise manifestou a incapacidade das camadas dominantes em reorganizarem o sistema educacional nessa economia em transformação.

Vale registrar também que, no que se refere à antiga reivindicação dos intelectuais, a Universidade de Manaus, a primeira do País, foi criada em 1909, durante o curto período de prosperidade gerada pela exploração da borracha. Resultado da iniciativa de grupos privados, a Universidade de Manaus ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. O esgotamento da prosperidade econômica na região levou ao fim da instituição, em 1926, da qual restou apenas a Faculdade de Direito, incorporada, em 1962, à recém-criada Universidade Federal do Amazonas.

A política de desoficialização do ensino, pretendida pela Reforma Rivadávia Corrêa, de 1911, abriu caminho para a criação de outras duas universidades, também elas resultantes das tentativas de grupos privados que não tiveram sucesso. A primeira, criada nesse ano, foi a Universidade de São Paulo, com recursos oriundos de um “sócio-capitalista” que esperava recuperar seu investimento com as taxas cobradas dos estudantes. Oferecia cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes. No entanto, a Faculdade de Medicina – a segunda –, criada por iniciativa do governo do Estado de São Paulo, atraiu os estudantes, esvaziando a análoga privada. A Universidade de São Paulo tornou-se, então, inviável em termos financeiros, razão de sua dissolução em 1917.

Em Curitiba, capital do Estado do Paraná, foi criada, em 1912, a terceira Universidade do País. A iniciativa de profissionais locais recebeu ostensivo apoio do governo estadual, que aprovou dotações orçamentárias e privilégios profissionais para os diplomados de certos cursos. A Universidade oferecia estudos em Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio. No entanto, a proibição da equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes pôs fim ao projeto dela, que também foi dissolvida. Restaram como faculdades livres, as de Medicina, de Engenharia e de Direito, equiparadas nos anos 1920. Em 1950, essas faculdades foram incorporadas à recém-criada Universidade Federal do Paraná.

A primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu duradouramente o *status* de universidade – a Universidade do Rio de Janeiro – foi criada em 1920, a partir de autorização legal conferida pelo presidente da República, por meio do Congresso Nacional.

A nova Universidade resultou da reunião das faculdades federais de Medicina e de Engenharia (descendentes das cátedras criadas em 1808 e 1810), e de uma faculdade de Direito, resultado da fusão e da federalização de duas instituições privadas existentes na capital do País. Ou seja, a reunião das faculdades de Medicina, de Engenharia e de Direito deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das que se seguiram. O procedimento utilizado para a constituição da Universidade do Rio de Janeiro foi paradigmático para as que vieram depois dela: a reunião de faculdades profissionais preexistentes.

No período republicano, o ensino superior mineiro reduzia-se às Faculdades de Farmácia e de Minas, ambas sediadas em Ouro Preto. Muito pouco, se levarmos em conta o peso político e econômico do Estado em relação ao País. Os filhos das famílias mais abastadas acabavam forçados a deslocar-se para o Rio de Janeiro ou São Paulo para conseguir um diploma superior, seja de médico ou principalmente de advogado, o que feria o orgulho da tradicional elite política do Estado (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 49).

A mesma técnica da organização da universidade por aglutinação foi seguida em Minas Gerais, em 1927, por iniciativa do governo estadual. As faculdades de Engenharia e Direito – idealizadas por particulares (liderados pelo Dr. Levindo Ferreira Lopes⁷) e legalizada pela Câmara dos Deputados, em 10/12/1892 – e de Medicina, Odontologia e Farmácia, já existentes em Belo Horizonte, foram reunidas em Universidade, que recebeu generosos subsídios do governo estadual e de seus professores, os quais abriram mão de parte de seus vencimentos para a constituição de um fundo de organização da reitoria.

A República representava, para a elite intelectual mineira, a oportunidade de reorganização do Estado, possibilitando a transição para novos tempos, marcados pela valorização do moderno, da ciência e do civismo. De acordo com o pensamento republicano, a chave para o progresso era a instrução do povo. Somente ela seria capaz de formar o novo cidadão, necessário ao almejado processo de industrialização das “velhas Geraes”. Respirava-se uma atmosfera de otimismo e de crença no potencial transformador da educação.

Tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais, a instituição universitária nascente foi insignificante. O conselho universitário, formado pelos diretores das faculdades integrantes e por dois professores catedráticos de cada uma delas, era uma instância mais simbólica do que efetiva. Assim, nessa perspectiva,

⁷ Político, promotor, magistrado e educador. Ocupou o cargo de chefe de polícia em Ouro Preto (1877-1889) e na província do Ceará (1874-1875).

O país viveu todo esse longo período de mais de 100 anos a multiplicar vegetativamente aquelas primeiras escolas profissionais, dentro das precárias condições em que se criara o primeiro curso médico em 1808, entremeando esse *laissez-faire* com os assomos ocasionais de criação da verdadeira universidade (TEIXEIRA, 1989, p. 92).

Os recursos governamentais eram destinados diretamente a cada faculdade, cujos diretores continuavam a ser escolhidos pelo presidente da República, mediante cooptação, assim como o reitor da universidade. Por outro lado, a persistência do mecanismo de criação, pelo governo, das cátedras e, na prática, do currículo de cada curso, em função do registro dos diplomas das profissões regulamentadas em lei, reduzia a autonomia universitária a não mais do que uma palavra decorativa.

1.1.4. O ensino superior na Era Vargas

No início da Era Vargas, dois grupos divergentes – católicos e liberais – procuravam interferir nas políticas públicas relativas à educação. Segundo Azevedo (1963), os liberais, influenciados pelas ideias da Escola Nova, já haviam conseguido implantar reformas nos principais Estados brasileiros, principalmente no domínio dos ensinos primário e normal, mas não conseguiam penetrar com a mesma força nos ensinos secundário e superior, que permaneciam inacessíveis ao movimento de renovação educacional.

O ensino superior continuava, porém, reduzido ao ensino dirigido no “interesse da profissão”, não no interesse intelectual do indivíduo nem em proveito da ciência, cujo desenvolvimento, se realizava antes nos institutos de ciência aplicada, onde a necessidade de enfrentar problemas urgentes ligados à economia nacional orientava os trabalhos para a indagação científica original, em vários domínios. Nada se havia tentado, no terreno das realizações, para que esse movimento de conquista do espírito científico se fosse acentuando em nossa pedagogia, e penetrasse o ensino, provocando no ensino superior, com o mesmo espírito, as reformas que se empreenderam na educação fundamental popular, confiada ainda exclusivamente aos Estados. É que a camada intelectual, recrutada através mais de um século, nas escolas profissionais (direito, medicina e engenharia) e que desfrutava, numa sociedade estática, monopólio na formação tanto das elites como da concepção da cultura, apresentava um pensamento “escolástico”, isto é, acadêmico e sem vida, que se opunha, pela indiferença ou pela hostilidade às transformações profundas do sistema de cultura e do ensino superior no país (AZEVEDO, 1963, p. 677-678, grifos do autor).

O grupo progressista, que lutava pela reconstrução educacional do País, aspirava a um sistema de ensino superior que não fosse meramente utilitarista. Desejava a introdução de

escolas de pesquisa livre e de altos estudos que pudessem introduzir o método científico no ensino. Em 1931, o governo provisório organizado por Vargas, com base em uma proposta do ministro Francisco Campos, instituiu, por decreto, o regime universitário e criou uma legislação regulando o funcionamento das universidades brasileiras (AZEVEDO, 1963). A reforma implementada por Francisco Campos abrangeu todos os níveis da educação e trouxe a organização que o ensino brasileiro nunca tivera.

São, portanto, justas as palavras de Maria Tetis Nunes, ao referir-se à reforma Francisco Campos: “Ela é, teoricamente, uma grande reforma”. Efetivamente, credita-se-lhe, entre outros méritos, o de haver dado uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura do ensino e, o que é importante, era pela primeira vez imposta a todo o território nacional. Era, pois, o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação (ROMANELLI, 2012, p. 133).

A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, determinou o início de uma nova era na História do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi chefe do Governo Provisório, garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes e do Exército; depois, presidente eleito pelo Congresso Nacional (1934-37); e, por último, ditador sustentado pelo Exército, depois do golpe de Estado que instituiu o Estado Novo (1937-45). Duas políticas educacionais, nos primeiros cinco anos da Era Vargas, desenvolveram-se no Brasil: uma autoritária, pelo governo federal; outra liberal, pelo governo do Estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal.

Em 1930 havia, no Brasil, duas universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920, e a de Minas Gerais, criada em 1927. A terceira instituição, do Rio Grande do Sul, recebeu o *status* universitário só em 1934 e foi criada mediante um processo diferente das outras duas. Em vez de resultar da reunião de faculdades preexistentes, ela surgiu da diferenciação de uma única faculdade, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, com base no mecenato de uma baronesa, que permitiu a contratação de 50 professores estrangeiros, principalmente alemães. Em vez do já tradicional paradigma francês, esse estabelecimento de ensino superior tomou como referência uma *Technische Hochschule* alemã.

Ao contrário das instituições congêneres, era o Conselho Superior que elegia o presidente e o vice dele. Sua manutenção foi facilitada pelo governo estadual que, em 1907, criou uma “taxa profissional” de 2%, incidente sobre quase todas as rubricas do orçamento,

destinada a gerar recursos para o ensino, inclusive para o subsídio da instituição. Em 1909, essa taxa foi aumentada para 4%.

Em 1928, a Escola de Engenharia de Porto Alegre tinha 1.200 alunos e oferecia, além dos cursos de sua especialidade própria, os de Agronomia, Veterinária e Química, além de outros para a formação de operários industriais e agrícolas. Em 1932, ela passou a se chamar Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, mas o *status* universitário só lhe foi atribuído em 1934.

Ao fim da Era Vargas, em 1945, eram cinco as instituições universitárias, em meio a dezenas de faculdades isoladas. A Universidade do Rio de Janeiro passou a se chamar, desde 1937, Universidade do Brasil, que se pretendia modelar com suas faculdades e escolas *nacionais*. A Universidade de Minas Gerais (1927) permaneceu com o *status* adquirido. A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi credenciada como universidade em 1934, no mesmo ano em que foi criada a Universidade de São Paulo, uma bem-sucedida variante do modelo federal. Em 1940, na cidade do Rio de Janeiro, surgiram as Faculdades Católicas, embrião da universidade reconhecida pelo Estado, em 1946, e, mais tarde, pontifícia. Esta foi a primeira universidade privada do País. Teve vida curta a Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira, em 1935. De estrutura arrojada, caracterizada pelo fato de não possuir as três faculdades tradicionais e ter uma faculdade de Educação, na qual se situava o Instituto de Educação, foi dissolvida em 1939, tendo parte de suas faculdades incorporada pela Universidade do Brasil.

A Reforma Francisco Campos efetivou o aparecimento das universidades no Brasil pelo Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Constituiu também o documento que regulamentaria os modelos universitários e não universitários, oficiais ou livres, o Estatuto das Universidades Brasileiras. O estatuto admitia duas formas de organização do ensino superior: a universidade, forma própria desse ensino, e o instituto isolado. É importante ressaltarmos os fins do ensino universitário fixados nesse documento, para efeito de análise das funções que, naquele momento, eram atribuídas ao ensino superior brasileiro:

Art. 1º - O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da humanidade (CUNHA, 2007).

Segundo Cunha (2007), a promulgação do Decreto 19.851, foi o desdobramento no campo do ensino superior da centralização político-administrativa iniciada com a criação do Ministério da Educação. Já para Romanelli (2012, p. 134), a formulação de tão vastos e pretensiosos objetivos denunciava uma visão distorcida, tanto da realidade educacional brasileira de então quanto dos limites de qualquer instituição, sobretudo a instituição escolar.

A Reforma Francisco Campos deixou um legado de omissão quanto às atividades de pesquisa no ensino superior, e, além disso, a obrigatoriedade de pelo menos três dos seguintes cursos para constituição de uma universidade: Direito, Medicina, Engenharia e Educação, Ciências e Letras, que consagravam a velha concepção aristocrática de ensino. A autonomia de cada escola, deliberada pelos artigos 8º e 9º, eliminou a possibilidade de uma estruturação mais orgânica da universidade, acarretando a simples agregação ou soma de escolas autossuficientes e independentes. O sistema educacional refletia o momento político em que vivia a nação e são encontrados resquícios da luta entre centralização e descentralização do ensino até os dias atuais.

O Estatuto das Universidades Brasileiras representou a base sobre a qual o objeto desta investigação – a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro – foi constituído. Portanto, a exposição e a análise das deliberações interessantes a este estudo serão oportunamente pormenorizadas, entre elas, os padrões estabelecidos pelo estatuto em relação aos exames de admissão (que estabelecia a aplicação de exames vestibulares e apresentação, pelos candidatos, de certificado de conclusão do curso secundário e prova de idoneidade moral como critérios de admissão), a constituição do corpo diretivo da faculdade, as políticas administrativas, a formação do corpo docente, dentre outras.

Segundo Romanelli (2012), a reforma Francisco Campos realmente inovou o sistema escolar da época ao dar uma organização, inexistente até então, ao ensino. No entanto, a reforma teve seus pontos críticos como a marginalização dos ensinos primário e normal e os vários ramos do ensino médio profissional, salvo o comercial, ao criar dois sistemas rígidos e fechados sem qualquer abertura ou possibilidade de transferência de um para o outro. A reforma também não conseguiu eliminar a velha concepção liberal-aristocrática relativa à educação voltada para as carreiras liberais, pois não se preocupou com a implantação efetiva de um ensino técnico e científico, fato que acabou por implantar uma estrutura de ensino altamente seletiva, dada à rigidez dos critérios de equiparação de escolas (estaduais e particulares). Ainda segundo Romanelli (2012, p. 143-144), “a expansão do ensino e sua renovação ficaram, portanto, subordinadas ao jogo de forças que essas camadas manipulavam na estrutura do poder”.

Nesse ínterim, durante uma das grandes crises econômicas, a economia de guerra do início da década de 1940 impunha sérias restrições às importações e, com isso, impulsionava o processo de industrialização. O sistema educacional não possuía a infraestrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional e, por outro lado, a indústria exigia uma formação mínima do operariado. Naquela época, as camadas médias e superiores procuravam, sobretudo, o ensino secundário e superior como meio de acrescentar prestígio a um *status* adquirido ou, ainda, como meio de adquiri-lo.

A população que procurava as escolas de aprendizagem era a que precisava começar a trabalhar mais cedo e, por isso, não podia frequentar as escolas do sistema oficial. Por outro lado, as escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac eram as únicas nas quais os alunos eram pagos para estudar, o que funcionava como um grande atrativo para as populações pobres. Assim, o sistema oficial de ensino, em seus ramos secundário e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou, ao menos, das classes média e alta, enquanto o sistema “paralelo” de ensino profissional, representado pelo Senai e Senac, ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares. Assim, destaca Romanelli:

A manutenção desse dualismo, ao mesmo tempo em que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade de a sociedade controlar a expansão do ensino das elites, limitando o acesso a este às camadas médias e altas e criando o “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema”, se estas lhe fossem acessíveis.[...] Com o manter e acentuar o dualismo que separava a educação escolar das elites da educação escolar das camadas populares, a legislação acabou criando condições para que a demanda social da educação se diversificasse apenas em dois tipos de componentes: os componentes dos estratos médios e altos que continuaram a fazer opção pelas escolas que “classificavam” socialmente, e os componentes dos estratos populares que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social (ROMANELLI, 2012, p. 174).

O reinício das lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional e a Constituição de 1946 serão privilegiados nos relatos sobre o desenvolvimento do ensino superior brasileiro proposto neste capítulo.

A Constituição de 1946 dedicou todo o Capítulo II, do Título VI, à educação e à cultura, o que demonstrou o resultado de um espírito liberal e o retorno à normalidade democrática. A Constituição de 1946 distanciava-se da de 1937 principalmente pela

significativa concessão à iniciativa privada e à “liberdade de ensino” (Art. 128 e 129), praticamente isentando os poderes públicos do dever de proporcionar e garantir educação. Outro cuidado presente nessa Constituição foi a preocupação de destinar um mínimo de recursos para que fosse assegurado o direito à educação.

Pode-se concluir que a Constituição de 1946 foi, pois, um documento de inspiração ideológica liberal-democrática, conforme explica Romanelli (2012).

Os princípios liberais da Carta de 1946, que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis, estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direitos e liberdade individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade *a todos*, a Constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime (ROMANELLI, 2012, p. 176).

Naquele momento, o ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. Para os trabalhos preliminares foram organizadas três subcomissões: uma do Ensino Primário, outra do Ensino Secundário e outra do Ensino Superior.

A luta dos pioneiros da educação girava em torno de discussões acerca da centralização ou descentralização do ensino. Porém, após aproximadamente dez anos de hibernação nas comissões competentes, o projeto primitivo, restaurado, iniciou uma nova fase. Embora totalmente deslocado de seu eixo inicial pelo substitutivo que propunha uma luta contra o monopólio estatal em favor das instituições privadas de ensino, ele foi apresentado pelo Deputado Carlos Lacerda.

Em dezembro de 1958, o citado deputado havia apresentado um segundo substitutivo, que não foi colocado em debate. Em 15 de janeiro de 1959, ele voltava à carga com seu terceiro substitutivo. Através deste último, ele conseguiu dar uma reviravolta total na direção das discussões, uma vez que o conteúdo do novo anteprojeto colocava como ponto central das discussões já não mais a centralização ou descentralização, mas a “liberdade de ensino”, entendida esta no sentido estrito de liberdade de quem quer que seja de ensinar (ROMANELLI, 2012, p.179).

A proposta chama a atenção pela habilidade do relator em interligar três aspectos importantes da Constituição, com o objetivo de legitimar o produto final obtido com a

promulgação da lei: o direito da família, o dever do Estado em fundar e manter escolas oficiais *em caráter supletivo* e a *liberdade de ensino* (grifos nossos).

O documento começa assinalando, de forma vigorosa, os direitos da família no que concerne “ao gênero de educação” dos filhos a partir do que enunciava os termos da Carta Magna.

Art. 3º – A educação da prole é direito inalienável e imprescritível da família

Art. 4º – A escola é, fundamentalmente, prolongamento e delegação da família.

Art. 5º – Para que a família, por si ou por seus mandatários, possa desobrigar-se do encargo de educar a prole, compete ao Estado oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino oficial gratuito ou de contribuição reduzida.

O segundo aspecto da lei é evidenciar os artigos 6º e 7º do substitutivo.

Art. 6º – É assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos; e dos particulares, de comunicarem a outros os seus conhecimentos, vedado ao estado exercer ou, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino.

Art. 7º – O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares:

- a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção de ensino
- b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos;
- c) pelo conhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares.

Se a essas intenções juntarmos a contida no Art. 1º, letra “c” – “compete aos Estados [...] fundar e manter escolas oficiais em caráter supletivo nos estritos limites das deficiências locais [...]” – chegaremos ao objetivo maior do substitutivo mencionado, que era o de obter, do poder público, todas as regalias e proteção para a iniciativa privada, em detrimento da escola pública.

Dissemos anteriormente que o critério histórico para compreendermos a origem e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil só é possível por meio do estudo de fatos relacionados aos saberes superiores, em determinada fase da história. Apesar de ser o ensino secundário a área de prioridade e preferência da iniciativa privada, o anteprojeto consagrava três artigos para o ensino superior, sendo um deles consagrado ao reconhecimento das

universidades particulares, para o que estipulava, como única condição, o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho Nacional de Educação (ROMANELLI, 2012, p. 181).

CAPÍTULO 2

O ENSINO SUPERIOR EM UBERABA E A GÊNESE DA FORMAÇÃO DE ODONTÓLOGOS

2.1 A formação de odontólogos no Brasil e as principais instituições brasileiras e mineiras do ensino de Odontologia

Em 1800, D. João VI criou o “Plano de Exames da Junta do Protomedicato” e a “Carta de Comissão”, para aperfeiçoamento das formalidades e dos exames para os candidatos a cirurgiões, sangradores e dentistas. Nessa Carta foi encontrado, pela primeira vez em documento do Reino, o vocábulo “dentista”, criado, anteriormente, pelo cirurgião Guy Chauliac, em seu livro “Chiurgia Magna”, publicado em 1363.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, conforme mencionado, houve um grande surto de progresso, com destaque para as áreas cultural, artística e de educação. Foi fundada, em 18 de fevereiro daquele ano, na Bahia, a “Escola de Cirurgia”, em nome da Real Junta do Protomedicato, instalada no Hospital de São José, graças à interferência do Dr. José Correa Picanço, Físico e Cirurgião-Mor. Também em 05/11/1808 foi criada a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Hospital Militar e da Marinha, que, em 1832, seria transformada em Faculdade de Medicina (CASANOVA, 2012, p.35).

O marco da institucionalização do ensino da odontologia no Brasil é dado pelo Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, artigo 24, que determinou, a cada Faculdade de Medicina, a obrigatoriedade de instituir anexos, uma escola de farmácia, um curso de obstetrícia e ginecologia e um de cirurgia dentária. No entanto, o curso de odontologia foi criado oficialmente por meio do Decreto Imperial 9.311, de 25 de outubro de 1884.

Na época da criação das Capitâneas Hereditárias, entre 1534 e 1536, com a chegada das expedições colonizadoras ao Brasil e a formação dos primeiros núcleos de povoamento, chegaram também mestres de ofício de diversas profissões. Eram artesãos, entre os quais se incluíam os barbeiros, que eram as pessoas que tiravam dentes. O Regimento do Físico-Mor de Portugal, datado de 25 de fevereiro de 1521, regulou o ofício desses profissionais. Com isso, ampliaram-se os conhecimentos e a Odontologia perdeu seu caráter religioso, porém, continuava a livre prática da profissão, apesar do tímido controle da Corte em todo o território colonial. As técnicas eram rudimentares, o instrumental inadequado e não havia nenhuma

forma de higiene. A anestesia inexistia. O barbeiro ou sangrador que praticava a Odontologia era totalmente despreparado e ignorante e aprendia a profissão com alguém mais experiente (CASANOVA, 2012, p.33).

A partir de meados do século XVII, os negros e mestiços passaram a se ocupar de certas práticas da pequena cirurgia: sangrar, sarjar, lancetar, aplicar ventosas e sanguessugas e arrancar dentes. Também cortavam cabelo e barbeavam. Como afirma Costa (2004, p.125), “a medicina engrossava o caudal da europeização, responsabilizando os negros pela perpetuação dos hábitos incultos e maneiras rudes dos senhores”. Assim, para melhorar a fiscalização na Colônia, no que se referia à arte de curar, foram criadas leis, mencionadas no Regimento de 09/05/1743, o qual representa os primórdios da legislação ligada à Odontologia. Os pretendentes pagavam uma taxa para fazer o exame e obter a carta para trabalhar.

Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes – era licenciado e praticava a Odontologia, que aprendeu com seu padrinho, Sebastião Ferreira Leitão. Em 1789, quando foi preso por sua participação na Inconfidência Mineira, confessou ao Frei Raymundo de Penna que “tirava com efeito dentes com a mais sutil ligeireza e ornava a boca de novos dentes, feitos por ele mesmo, que pareciam naturais” (CASANOVA, 2012, p. 35).

No Decreto 9.311, de 25/09/1884, foram estabelecidos os conhecimentos necessários à admissão no curso de Odontologia: português, francês, inglês, aritmética e geometria. A exigência do domínio de duas línguas estrangeiras – francês e inglês – configura a intenção de aumentar o capital cultural dos ingressantes e, conseqüentemente, de selecioná-los junto à classe social detentora de capital compatível. O processo de legitimação da Odontologia é acompanhado pela gradativa exclusão do contingente de candidatos que anteriormente a exercia: os pardos e analfabetos (QUEIROZ, 2006, p. 67).

Foi por sugestão do relatório de Visconde de Sabóia, então Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que o governo do Império criou oficialmente o laboratório de cirurgia e prótese dentária e os cargos de preparador, ajudante e conservador para atuar nele (1881). O marco da formalização do ensino odontológico no País, segundo Queiroz (2006), foi a promulgação da Lei Orçamentária 3.141, de 30 de outubro de 1882.

Em 1884, a Reforma Sabóia, por meio do Decreto n° 9.311 de 25/10/1884, junto com a Lei n° 3.141, de 30/10/1882, efetivara as modificações instituídas pela Reforma Leôncio de Carvalho. O documento previa que as faculdades de medicina seriam integradas pelos cursos de ciências médicas e cirurgia e pelos três cursos anexos: Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Ginecologia.

As reformas do ensino superior de 1891, 1893, 1901 e 1911 reduziram a duração do curso de Odontologia para dois anos (QUEIROZ, 2006, p. 75). A reforma impetrada por Visconde de Alvarenga, instituída por meio do Decreto nº 1.482, de 24 de julho de 1893, além de reduzir a duração do curso de Odontologia, retirou as disciplinas de física e química, que passaram a ser exigidas nos exames preparatórios. Passou a se exigir também aprovação em português, francês ou inglês, aritmética, geometria plana e elementos de física e química. Por esse Decreto, os concluintes passaram a receber o título de cirurgião-dentista (QUEIROZ, 2006, p. 75).

As condições legais e materiais para a institucionalização do ensino da Odontologia foram criadas pelo Decreto nº 9.311 e pela Lei nº 3.141. Em 1891, tiveram início os cursos de Cirurgia Dentária da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. Em 1882, já fora iniciado o curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em outubro de 1898, criou-se a Escola de Odontologia de Porto Alegre, em 1901, a de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia na Faculdade de Medicina de São Paulo. A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora foi fundada em 1905. Até o ano de 1917, foram fundados mais de 14 cursos de Odontologia.

A Escola de Odontologia de Ouro Preto teve suas atividades encerradas em 1927, assim como a Escola de Farmácia e Odontologia do Instituto Grandbery⁸ (Juiz de Fora). Há referência da existência da Escola Livre de Odontologia do Pará, mantida, assim como a Faculdade de Medicina e Cirurgia, pela Associação Científica do Pará (Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, 2005). As quinze escolas de odontologia fundadas no período e

⁸ A presença de escolas confessionais protestantes no Brasil remonta ao ano de 1870, quando foi fundada a Escola Presbiteriana de São Paulo, de ensino elementar, posteriormente transformada também em escola secundária. Essa escola deu origem às atuais Universidades Mackenzie (MARCÍLIO, 2001). Em 1881, novos missionários metodistas – James L. Kennedy, Marta Watts e o casal Koger – chegaram a Piracicaba e assumiram a direção da escola, que passou a chamar-se Colégio Piracicabano, o primeiro educandário metodista no Brasil, fundado em 13 de setembro de 1881. Esse educandário foi o embrião da Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep, fundada em 1975. No final da década de 1880, a implantação da República já era tida como certa no Brasil, e com ela viria a ocorrer a separação entre o Estado e a Igreja, com o conseqüente fim do protecionismo católico. Diante desse quadro, o movimento metodista arquitetou sua expansão no Brasil, tendo decidido criar um colégio e, no futuro, uma universidade em território brasileiro. O local escolhido para abrigar a nova instituição de ensino foi a cidade de Juiz de Fora – MG. Assim, em maio de 1889, o jovem professor J. M. Lander foi nomeado, nos Estados Unidos, o primeiro dirigente da *Juiz de Fora High School and Seminary*, a ser fundada naquela cidade. No dia 17 de fevereiro de 1890, com apenas um aluno – Alfred Ferguson –, iniciaram-se informalmente as atividades acadêmicas, num modesto sobrado de Juiz de Fora, até que, no dia 8 de setembro do mesmo ano, as portas do colégio foram abertas oficialmente, quando então recebeu o nome de *Colégio Americano Granbery*. Cf. INSTITUTO METODISTA GRANBERY (Juiz de Fora/MG). *História do Instituto Metodista Granbery: A mais antiga instituição de ensino da Zona da Mata Mineira*. 2015. Disponível em: <<http://www.granbery.com.br/granbery.php?codSegmento=1>>. Acesso em: 27 out. 2015.

que não tiveram as atividades encerradas foram incorporadas às universidades federais dos respectivos Estados, quando da federalização do ensino superior, na década de 1950. (QUEIROZ, 2006, p. 69).

Apesar do Decreto nº 7.247, de 19/04/1879, ter previsto a criação de um curso de Odontologia anexo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ele não foi instalado. Portanto, apesar da existência da base legal para a instalação dos cursos de Odontologia, eles só passaram a funcionar a partir de 1884, com o apoio de Visconde de Sabóia, então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro). O curso de Odontologia, regulamentado pela legislação citada, tinha a duração de três anos. Fato que pode ser comprovado nos dados extraídos de Cunha, que mostra que o curso de Odontologia, anexo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passou a matricular alunos em 1885; e que os primeiros concluintes datam de 1887. O curso de Odontologia, anexo à Faculdade de Medicina da Bahia, começou a funcionar, mesmo que precariamente, em 1888, com alunos que frequentavam o curso e que, no entanto, não estavam matriculados, situação que a lei facultava (QUEIROZ, 2006, p. 70).

A partir do Decreto 15.003, de 15 de novembro de 1921, o exercício profissional da Odontologia passou a ser assegurado aos portadores de títulos conferidos pelas faculdades de medicina ou equiparados. O exercício era assegurado, também, aos formados por faculdades estrangeiras, desde que os títulos fossem reconhecidos pelas similares nacionais ou pelos professores das faculdades estrangeiras licenciados pelo Departamento Nacional de Saúde Pública. Por um lado, tal Decreto possibilitou maior regulamentação do exercício profissional e, por outro, legitimou as escolas e as faculdades como *lugar* da formação (grifo nosso).

A Odontologia começa a se consolidar como profissão ao se instituir o controle de um sistema de conhecimento técnico, que necessitava de treinamento específico para quem a queria exercer. Ao controlar esse sistema de conhecimento, passou a exercer, também, o controle sobre os seus membros (QUEIROZ, 2006)

No entanto, somente com a Reforma Rocha Vaz, por meio do Decreto 16.782 A, de 13/01/1925, o ensino superior passou a abranger os cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia e de Odontologia (Art.33). Portanto, só a partir de 1925, o curso de Odontologia passa a ser considerado de nível superior. Para Samico (1992, p.8), “mais uma vez criava-se a Faculdade de Odontologia, chegando Rocha Vaz a ‘simbolicamente’ instalá-la. Mas o curso continuou efetivamente na mesma situação de ‘curso anexo’, com algumas modificações”.

Apenas em 1930 foi criada a Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro. Porém, o curso tinha apenas três anos de duração, apesar do relato da movimentação dos cirurgiões-

dentistas pela ampliação do tempo de escolarização. Com a adoção e o aperfeiçoamento dos critérios de seleção e a passagem do ensino secundário para o superior, a Reforma Rocha Vaz serviu como contenção das demandas pelo último nível de ensino. Os mecanismos estabelecidos foram: introdução de exames vestibulares, em 1911, exigência do certificado do ensino secundário, em 1915, e limitação de vagas e de critérios classificatórios, em 1925 (CUNHA, 2007). Foram medidas celebradas pelos que viam na restrição à diplomação um mecanismo de conferir prestígio e qualidade intelectual aos candidatos às carreiras do ensino superior.

No relato acima transcrito, com o então ministro da Educação, fica evidente essa opção dos que podiam influir nas decisões tomadas. A necessidade de recrutar candidatos com boa capacidade cognitiva para os cursos de Odontologia foi amplamente debatida nos Estados Unidos, no início do século XX, e, no Brasil, até a década de 1960, como estratégia para consolidar o prestígio da profissão. Conseguir professores para assumir as cadeiras não era tarefa fácil. Nesse sentido, Alfonso e Ferraz afirmam que “[...] desprovido de recursos e de professores e alunos habilitados, as disciplinas da carreira médica foram sendo instaladas paulatinamente” (ALFONSO-GOLDFARB;FERRAZ, 2002, p.4).

2.2. Uberaba, sua história e suas primeiras instituições de ensino superior

2.2.1. Glórias e desventuras da Princesa do Sertão no final do século XIX e início do século XX

A cidade de Uberaba localiza-se na região do Triângulo Mineiro, oeste de Minas Gerais. Em sua atual distribuição geográfica, a região faz fronteira, ao norte, com o Estado de Goiás, ao sul, com São Paulo e, a oeste, com Mato Grosso. Nos anos de 1720, o município de Uberaba fazia parte das rotas dos bandeirantes que partiam da Capitania de São Vicente em busca de índios e de ouro no interior do continente. A princípio, porém, quando São Vicente foi desmembrado das capitanias de Minas e São Paulo, a região permaneceu vinculada aos paulistas. Com a criação do Estado de Goiás, após o desmembramento com São Paulo, em 1748, toda a extensão de terra entre os rios Grande e Paranaíba passou a ser palco de disputas entre as províncias. As terras, enfim, acabaram sendo oficialmente anexadas à jurisdição de Goiás, por meio da criação do julgado do Desemboque, por consequência de um movimento de mineradores que queriam fugir dos impostos exigidos por Minas Gerais, em 1766.

Entretanto, com a decadência das minas, o território se tornaria uma área estratégica na rota salineira que partia do litoral carioca, percorria Minas e alcançava Goiás e Mato Grosso. À vista disso, um inédito movimento formado por homens interessados em se livrar dos impostos sobre sal e gado, decretado pelas autoridades goianas, terminou por efetuar a transferência da região para Minas Gerais, em 1816 (PONTES, 1978, p.50).

Segundo Pontes (1978), a criação de Uberaba está vinculada à decadência do centro minerador do arraial do Desemboque, a partir de 1781, quando muitos habitantes foram forçados a explorar novas terras a oeste. Descrita pelo Sargento-Mór Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira como um território de clima ameno, com temperatura média de 22°, onde o período de chuvas é regular e se estende de setembro a março, contendo vários rios e extremamente rico em recursos hídricos, matas e planuras de excelentes pastagens e abundância de água, a região do Sertão da Farinha Podre foi criada com pensamento agropecuário, em 1809; elevado a Distrito, em 1811; à Paróquia, em 1820; à Comarca, em 1840; e à cidade, em 1856, sob a denominação de Uberaba, do tupi guarani *Y – berab – água brilhante* (PONTES, 1978, p.3).

No tocante ao cenário econômico da época, a expansão da cafeicultura pelo oeste paulista obrigou a instalação de uma rede ferroviária para realizar o escoamento da produção. Naquela época, a Cia. Paulista de Estrada de Ferro e a Cia. de Estrada de Ferro Mogiana desempenharam fundamental importância na vida econômica da região central do País propiciando o escoamento da produção de café. No Triângulo Mineiro, onde a civilização nascera graças à expansão das atividades comerciais e agropecuárias, as condições para o crescimento do capitalismo eram *sui generis* em relação ao restante de Minas. Assim, a origem desbravadora da população triângulina e sua vocação comercial representavam um ambiente propício ao estabelecimento de uma economia de mercado, apesar do poder dos coronéis locais. O incremento populacional e a projeção da cidade como entreposto comercial fez com a que localidade atraísse mercadores e se destacasse como centro abastecedor do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Porém, ao final da década de 1880, um importante entrave precisava ser suplantado: uma rede de caminhos pessimamente conservados, que transformavam as viagens em longas e penosas aventuras, embaraçava o fluxo de mercadorias e de mão de obra para abastecer o promissor mercado uberabense. Segundo descreve Moraes (1999, p. 47), por todo o trecho paulista, o que se encontrava eram estradas “[...] quase intransitáveis; navegamos por um mar de lama, pantanais sem termo”, as quais, todavia, tinham grande movimento, “desde Casa Branca que encontramos diariamente com dezenas de

carros dos sertões de Minas e Goiás, cada um deles puxado por dez juntas de bois, pelo menos” (MORAES, 1999, p. 49).

Em pouco tempo, os fazendeiros locais passaram a se preocupar com a instalação de vias de transporte. Apesar da expansão do café no oeste paulista na década de 1840, os cafeicultores também se viram forçados a solucionar a questão do transporte até o Porto de Santos. Nesse contexto, foram estabelecidas vias de acesso partindo da província de São Paulo rumo ao rio Grande, na fronteira com o Triângulo Mineiro. Para Uberaba, convergiam os interesses de todo o Brasil Central, logo foi a primeira cidade a desenvolver-se na mencionada região, cuja alavanca foi a inauguração da estrada de ferro, em 1889.

Autorizada em 1872, a Cia. de Estrada de Ferro Mogiana, em pouco tempo, ligaria São Paulo e Rio de Janeiro a diversas cidades como Casa Branca (1875), São Simão (1880), Ribeirão Preto (1883), Franca (1887), Jaguara (1888) e Uberaba (1889), que, pela sua privilegiada localização geográfica, logo se destacou como o Porto do Sertão, a Princesa do Sertão, o Pórtico do Brasil Central. Uberaba era utilizada como um entreposto entre São Paulo e toda a região oeste do Brasil, ou seja, um elo de distribuição de produtos adquiridos em São Paulo e o sertão e vice-versa (BILHARINHO, 1980).

Apesar do isolamento geográfico, mesmo antes da vinda da ferrovia, Uberaba já era uma cidade respeitada e conhecida, apesar dos grandes contrastes sociais e do domínio econômico e político de uma abastada elite rural. A maior parte da população vivia em condições precárias, a qualidade de vida era baixa e a longevidade da população era muito pequena sendo que “[...] o tempo médio de vida dos cidadãos uberabenses, em meados da década de 1880, era de 27,4 anos (RICCIOPPO FILHO, 2007, p.131)”. Entretanto, apesar da falta de saneamento básico, das ruas poeirentas e da pobreza em que estava mergulhada boa parte da população urbana e rural, Uberaba apresentava, ao final do período imperial, um panorama favorável ao desenvolvimento das atividades econômicas. Era, portanto, um local atrativo para o estabelecimento de muitas famílias vindas de outras partes do País e mesmo do exterior.

Figura 2 – Vista parcial de Uberaba em 1885.



Fonte: Brasil (2015).

A chegada da Mogiana levou o município ao apogeu comercial. A estrada de ferro trouxe o telégrafo, barateou os fretes e favoreceu um processo modernizador, expresso em um conjunto de melhoramentos urbanos, tais como hotéis, teatros, cafés, restaurantes, além de jardins, sistemas de calçamento e iluminação pública. A população aumentou, a cidade cresceu e a divulgação de seu nome atraiu vários grupos sociais de literatos, imigrantes, comerciantes e famílias que nela se estabeleceram. Abriam-se ruas, construíram casas cobertas de telhas, multiplicaram-se as fazendas e sítios, a ponto de a população de 9.186 habitantes, em 1908, com 1.442 casas numeradas e 94 ruas, se estendesse para um total de 40.332 habitantes, em 1930 (BILHARINHO, 1980, p. 58 e 61).

A chegada da ferrovia foi o fator determinante para o início de uma nova fase de prosperidade para a cidade de Uberaba, que, por quase sete anos, foi o ponto final da estrada de ferro. O intercâmbio comercial com São Paulo foi grandemente facilitado e muitos imigrantes estrangeiros, em busca de um local promissor onde pudessem estabelecer-se, acabaram aportando em Uberaba (PONTES, 1970, p. 92).

Boa parte dos imigrantes que chegaram à região, principalmente os italianos, teve como destino a zona rural, levados para as lavouras de café da região de Conquista ou contratados por alguns pecuaristas da região. No caso específico de Uberaba, os imigrantes tiveram como destino preferido a zona urbana, onde passaram a exercer ocupações diversas nas áreas de serviços, construção civil, educação e na incipiente indústria local.

Os imigrantes, frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil. Visto que uma das principais falhas da sociedade agrária consistia em não incentivar a aquisição das primeiras letras nem das habilidades artesanais, a importação desse acúmulo de capital humano constituiu um golpe tremendo, mais valioso do que as reservas de ouro ou mesmo do que maquinaria (DEAN, 1985, p. 253).

Em Uberaba, essa proposição de Dean (1985), apontando para as vantagens da importação de mão de obra europeia, foi confirmada, conforme podemos perceber, *ipsis litteris*, no seguinte artigo publicado num jornal local:

De há muito tem-se originado uma pequena corrente de imigração italiana para esta cidade. Existem actualmente imigrados d'aquella nacionalidade cerca de 100. Embora seja esse numero reduzido, comparado com o algarismo da população desta cidade, comtudo muito tem contribuído para o seu estado actual de prosperidade. Cabe-lhes a gloria da prioridade de iniciativa de muitas das industrias que se acham estabelecidas entre nós e contribuem para o nosso movimento comercial. Cidadãos laboriosos, os membros da nossa colônia italiana têm fundado nesta cidade duas fabricas de cerveja que hoje possuímos, oficinas de alfaiate, caldeiro, ferreiro, armeiro e outras, e inquestionavelmente esta cidade lhes deve uma parte do seu actual movimento. Se desta primeira experiência podemos sem receio de errar, guiarmos em nossos cálculos, certamente a vinda de imigrantes italianos para esta cidade ser-lhe-há de incontestável vantagem (GAZETA DE UBERABA, 1888, p.1).

E foi nesse contexto de prosperidade e de transformações sem paralelo em sua história que “[...] por quase sete anos ficou sendo Uberaba a ponta dos trilhos da Mogiana”, o que propiciou o desenvolvimento de diversas áreas, o surgimento de colégios, da imprensa e um novo impulso para o comércio.

Conquanto, em dezembro de 1895, a Mogiana estendeu seus trilhos a Uberabinha (atual Uberlândia) devido às aspirações de ordem econômica dos cafeicultores que acreditavam não ser interessante que a ferrovia terminasse por ali. No ano seguinte, a ferrovia chegaria a Araguari e, a partir daí, Uberaba perderia o *status* de terminal de estrada de ferro tendo sua economia duramente abalada com isso, pois Goiás e Mato Grosso passaram a

negociar diretamente com aquelas duas novas praças. As mercadorias vindas de São Paulo e Santos passaram a ser levadas até essas cidades, posicionadas mais próximas dos mercados consumidores (sertões de Goiás e Mato Grosso) e o comércio atacadista uberabense entrou num processo de decadência irreversível (PONTES, 1970). O derradeiro golpe à economia local foi a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru a Corumbá, em 1911.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, naquele tempo, uma das mais opulentas e eficientes vias férreas do País, deveria ser construída a partir de Uberaba, rumo a Coxim, no Estado do Mato Grosso, fato que não ocorreu. Uma manobra política afastou Uberaba definitivamente da rota comercial entre São Paulo e Mato Grosso e se constituiu em um dos “capítulos mais constrangedores da história de Uberaba”, conforme relata Mendonça:

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil [...] devia ser construída a partir de Uberaba, rumo a Coxim, no Estado de Mato Grosso. [...] Chegaram a ser feitos os estudos e a localização da estrada. Veio a Uberaba uma brilhante comissão de engenheiros [...]. Terminados os estudos e a localização da estrada, foi cravada a primeira estaca, para a respectiva construção, realizando-se, então, grandes festas na cidade. Houve um magnífico baile, no prédio onde está instalado, hoje, o Colégio Diocesano. O escritório dos engenheiros instalou-se na Rua Santo Antônio. Mas...a política fez-nos perder a estrada. Rodrigues Alves, na Presidência da República, comprometeu-se com o Governo de Minas a eleger Afonso Pena para a Presidência, como seu sucessor, desde que a Estrada de Ferro para Mato Grosso se construísse no Estado de São Paulo. Houve a troca (MENDONÇA, 1974 p. 92-93).

E foi nesse contexto de decadência do comércio que a pecuária reconquistou espaço, devido à iniciativa de alguns pecuaristas que, nesse ínterim, estabeleceram contatos comerciais com a Índia em busca de melhoramento do rebanho. Os primeiros reprodutores chegaram a Uberaba no dia 20 de setembro de 1889, trazidos do Estado do Rio por Joaquim Veloso de Resende. O coronel Antônio Borges de Araújo comprou, pela importância de 4 contos de réis, o famoso touro Lontra, enquanto o coronel Manuel Borges de Araújo adquiriu um segundo touro puro sangue, do mesmo mercador (MENDONÇA, 1974). Os grandes comerciantes da cidade, principalmente aqueles ligados às famílias mais tradicionais, passaram a buscar novas alternativas econômicas e, em sua maioria, decidiram aplicar o capital acumulado nas atividades pecuárias, vocação natural do município. Assim, o zebu espalhou-se pelo entorno de Uberaba e seu comércio tornou-se rapidamente um lucrativo negócio, que acabou suprimindo a queda de receita advinda do comércio.

Entretanto, a grande revolução da pecuária regional dependia da melhoria das pastagens e da seleção de raças bovinas mais produtivas. Conscientes desse fato, as elites rurais uberabenses ansiavam pela instalação, no município, de uma escola agrícola que formasse os técnicos necessários ao desenvolvimento do campo e ao melhoramento genético do rebanho, o que traria maior competitividade aos produtores locais e levaria, em última instância, ao aumento dos lucros e ao acúmulo de capitais. A fim de que esse anseio se tornasse realidade, fazia-se necessária a implantação, pelo governo estadual, de uma escola superior de agricultura, o que parecia pouco provável, em se tratando de uma cidade de pequeno porte, localizada no sertão ocidental de Minas Gerais e com pequena influência política. Com isso, era vital a adesão das lideranças políticas estaduais ao ideário da burguesia rural, o que não era uma tarefa difícil, já que a instalação de uma escola de agricultura estava intimamente associada ao ideal republicano de progresso.

No plano prático, dois fatos foram fundamentais para a concretização desse sonho: o primeiro foi a oportunidade surgida com a reforma da instrução pública, que estava sendo planejada pelo governo do Estado; e o segundo foi a eleição do professor Alexandre de Souza Barbosa, mineiro de Taboleiro Grande, município de Sete Lagoas, e ex-seminarista (GAZETA DE UBERABA, 1891), para o cargo de deputado estadual, representando Uberaba.

Alexandre Barbosa, embora forasteiro e de origem simples, era um cidadão emergente dentro da sociedade uberabense e o exercício de um cargo político era a porta de entrada para o convívio com a restrita elite cultural e econômica da cidade. Mesmo sendo um intelectual da classe média, culto e idealista, e que dedicou boa parte da vida às lutas sociais, Barbosa incorporou rapidamente os ideais da burguesia rural e abraçou a causa da escola superior de agricultura, segundo Riccioppo Filho (2007, p.195), muito provavelmente “pela convicção interior de que a escola traria benefícios à sociedade como um todo”.

Se por um lado a atividade pecuária obteve êxito entre os uberabenses, por outro, as atividades econômicas urbanas também evoluíram rapidamente desde a chegada dos imigrantes europeus, que formaram uma diversificada categoria de profissionais especializados, responsáveis pela introdução de novas técnicas industriais, comerciais e de prestação de serviços. Nas décadas iniciais do século XX, a cidade possuía uma característica peculiar. Enquanto o Estado de Minas Gerais passava da fase agrícola para a industrial, em Uberaba perdurava a mentalidade ruralista da pecuária, tanto que a pequena indústria chegou à cidade apenas no final do século XIX juntamente com os primeiros imigrantes europeus. As fábricas de cerveja, montadas por italianos, foram as mais numerosas (NABUT, 1985).

Próximo à mudança de século, eram várias as indústrias familiares mantidas por italianos em Uberaba. Na década de 1890, as famílias Rossini e Buchianeri instalaram uma máquina de beneficiar arroz e uma olaria a vapor (NABUT, 1985). Em 1900, Pascoal Toti instalou a primeira fábrica de macarrão da cidade e a primeira cerâmica; em 1902, outro italiano, Jacob Faina, montou a Fábrica de Cerveja Tripolitana; nas décadas seguintes, funcionaram outras cervejarias, pertencentes às famílias de Martino e Cecconi (NABUT, 1985).

Havia também, na cidade, muitas alfaiatarias, marcenaria, serralherias, funilarias, caldeirarias e outros empreendimentos pertencentes aos imigrantes italianos. A Fábrica de Tecidos do Cassu, a primeira indústria de maior porte a instalar-se na cidade, empreendimento dos irmãos triângulinos João, Zacarias, Antônio e Francisco Borges de Araújo, funcionou por longos 114 anos, tendo passado por outros proprietários. A instalação da fábrica do Cassu, com seu considerável corpo de trabalhadores assalariados, foi também um marco na mudança das relações de trabalho vigentes em Uberaba, firmando, a partir daí, o moderno modo de produção capitalista na cidade, fazendo nascer o operariado uberabense – e com ele as lutas de classes.

Dessa forma, se, por um lado, o poder político na primeira fase da República continuava nas mãos das oligarquias rurais, por outro, com o crescimento das atividades urbanas, emergia, já nas primeiras décadas do século XX, uma nova classe social, representada por vigorosa burguesia industrial e comercial. Porém, ao contrário de São Paulo, onde a nova burguesia urbano-industrial rapidamente ganhou espaço político e econômico, Minas Gerais, por suas características marcadamente conservadoras, permaneceu, na maioria de suas regiões, sujeita às influências das oligarquias rurais, representadas principalmente pelos cafeicultores e pelos grandes pecuaristas.

Na República, já eram observadas, na cidade, a consolidação do sistema latifundiário com a produção em alta e a formação de grandes fortunas, inaugurando a aristocracia rural na região, um novo grupo social, que começa a interferir nas decisões político-sociais do município, conforme descreve Pontes:

Para assegurarem o prestígio de se perpetuarem no poder a todo custo era comum que os coronéis, tanto da situação quanto da oposição aos atos dos governos da União, do Estado ou do Município, se utilizassem de violência, deslealdade, hipocrisia, ameaças, burlasse leis, enaltecendo as lutas políticas e as diferenças partidárias se descuidando dos problemas de ordem social (PONTES, 1978, p. 178-184).

Segundo Fonseca (2010, p. 36), o poder que a fortuna e o prestígio dos pecuaristas conferiram a essas famílias insuflou-lhes a necessidade de ostentar, em público, a extraordinária prosperidade do Zebu e então passaram a edificar esplendoroso patrimônio arquitetônico aos olhos daquela sociedade empobrecida. Os casarões suntuosos eram “reflexo do acúmulo de capitais dos criadores de zebu, imprimindo marcas pontuais na cidade (WAGNER, 2006, p. 126)”.

Isto posto, pode-se dizer que a primeira instituição de ensino superior do Brasil Central surgiu num momento em que o comércio de Uberaba tomava um impulso ainda não atingido. Com a chegada da Mogiana, a cidade tornou-se o ponto de convergência de todo o Triângulo Mineiro, Estado de Goiás e Sul de Mato Grosso, surgiram os colégios, a imprensa, os Correios, o Hospital de Misericórdia e o Instituto Zootécnico (TOTI, 1956, p. 14-15).

2.2.2. A primeira instituição de ensino superior do Brasil Central – O Instituto Zootécnico de Uberaba

No dia 8 de outubro de 1891, na 81ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais, Alexandre Barbosa, em parceria com outros dois deputados, encaminhou uma emenda ao projeto de lei que previa a instalação de um Instituto Zootécnico em Uberaba, além de um Instituto Agrônomo, em Leopoldina.

O projeto de lei, já contendo a emenda 217, acabou transformando-se na Lei nº 41, promulgada pelo governo do Estado, em 3 de agosto de 1892, que criou o Instituto Zootécnico de Uberaba, além de outros três institutos superiores.

A primeira fase de implantação do Instituto Zootécnico ocorreu parcialmente no governo de Afonso Pena e, a partir de 07/09/1894, no governo do Sr. Crispim Jacques Bias Fortes. Para iniciar os trabalhos, o então engenheiro da 4ª Circunscrição Literária, Dr. João Pandiá Calógeras, foi encarregado de realizar um estudo das fazendas que oferecessem boas condições para a implantação do Instituto.

No dia 11/08/1894, para dirigir o Instituto Zootécnico, foi nomeado, pelo governo estadual, o engenheiro agrônomo Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. Já em Uberaba, o novo diretor percorreu as áreas escolhidas por João Calógeras. Dentre as fazendas selecionadas pelo engenheiro, ele optou pela área pertencente ao Sr. José Bruno de Oliveira, a antiga chácara Boa Vista, que pertencera ao sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, fundador da cidade. No dia 05/11/1894, já concretizada a aquisição da chácara pelo

governo, o diretor passou a residir no prédio existente naquele local (TRIBUNA DO POVO, 1894).

Em 11/08/1894, por meio do Decreto nº 760, o governo mineiro promulgou o regulamento dos institutos zootécnicos de Campanha e de Uberaba, sendo que o primeiro nem chegaria a ser criado na prática. O Regulamento do Instituto Zootécnico de Uberaba só foi aprovado no dia 27/10/1896, por meio do Decreto nº 975, mais de um ano após o início das aulas naquela instituição. Em seu artigo primeiro, o regulamento afirma *ipsis litteris*:

Art. 1º. O Instituto Zootechnico de Uberaba tem por fim especial: 1º. Preparar profissionaes para a indústria criadora e para as mais importantes que se utilizam dos productos animaes; 2º ministrar uma instrucção agrícola geral, theorica e pratica aos alumnos que o freqüentarem de modo a espalhar o mais possível no paiz os conhecimentos de agricultura racional; 3º. Estudar praticamente os meios de melhorar as raças de animaes do paiz, nos diversos pontos de vista da carne, do leite e do trabalho; 4º. Fornecer aos criadores reproductores de bôa raça, que para a cobrição no estabelecimento ou em postos estabelecidos nos municípios, quer por venda de animaes importados do estrangeiro ou educados no Instituto; 5º. Desenvolver a cultura das plantas forraginosas apropriadas á alimentação dos animaes (MINAS GERAIS, 1896, p. 350).

Segundo Riccioppo Filho (2007, p. 199), se o Artigo 1º do Regulamento for comparado às reportagens jornalísticas publicadas nos jornais uberabenses da época, pode-se perceber a clara proximidade entre os objetivos do Instituto Zootécnico de Uberaba e os interesses dos pecuaristas locais. Dessa forma, supor que a escola tenha sido criada para atender aos interesses utilitaristas da burguesia rural uberabense, interessada na formação de técnicos necessários ao avanço das atividades econômicas ligadas à bovinocultura, era uma hipótese aceitável. Ainda segundo Riccioppo Filho (2007), a conjectura ganha verossimilhança e amparo no texto do regulamento que declara os fins do instituto: preparar os técnicos necessários à indústria criadora; estudar os meios de melhoramento das raças criadas no País; fornecer reprodutores puro sangue; e desenvolver novas variedades de plantas forraginosas.

Em 20/06/1895, pouco antes da inauguração do Instituto Zootécnico de Uberaba, o governo promoveu uma nova reforma no ensino agrícola e zootécnico do Estado e, por meio da Lei nº 140, cancelou a instalação do Instituto Agrônômico de Leopoldina e do Instituto Zootécnico de Campanha, que haviam sido criados pela Lei nº 41, transformando-os em *campos práticos* ou *campos de demonstração*.

Mantido por lei, a inauguração formal do Instituto Zootécnico aconteceu no dia 14 de agosto de 1895, num ambiente festivo, conforme descreve, *ipsis litteris*, um jornal de Ribeirão Preto:

Esplendida a festa de inauguração do Instituto Zootechnico: apesar do tempo, tão quente, do mau estado das ruas, poeirentas, o acto foi concorrido, o edifício encheu-se de representantes de todas as classes, não faltando grande numero de senhoras. Funcionaram duas bandas de musica, a União Uberabense e a do 2º batalhão da Brigada Policial. O dr. João Pandiá Callogeras abriu a sessão com um bom discurso, depois do qual ouviu-se muito attenciosamente o dr. Ernesto de Carvalho sempre na altura do assumpto, falando ex-chathedra, como era mesmo para esperar-se do diretor do utilíssimo estabelecimento; falaram também o dr. Mario Tourinho, o capitão Artiaga e o major Gustavo Ribeiro; o digno diretor da Escola Normal, eloqüente, respeitador da forma, muito justo, sempre prompto a dar o seu a seu dono. Pelo facto do dia 14, de importância especialíssima para o progresso do nosso bello sertão, dou parabéns a todos que, como Alexandre Barbosa, viram coroados os seus ingentes esforços. (São Paulo e Minas, 22/08/1895, p.2).

Concretizava-se, assim, o sonho da elite uberabense de possuir, na cidade, uma escola superior de agricultura. Conforme mencionado anteriormente, Uberaba, com seu Instituto Zootécnico, e Itabira, com seu Instituto Agrônômico, tornaram-se as primeiras cidades do interior de Minas Gerais a possuírem escolas superiores.

As aulas do Instituto Zootécnico de Uberaba⁹ iniciaram-se em agosto de 1895, com 19 alunos, já que, dos alunos aprovados nos exames seletivos de dezembro de 1894, matricularam-se, no primeiro ano do curso, 7 alunos; outros 12 passaram a assistir às aulas como ouvintes. Ao final do primeiro período letivo, nos exames finais, apenas 8 alunos conseguiram ser aprovados e passaram para o segundo ano (GAZETA DE UBERABA, 1899, p.1).

O Instituto Zootécnico era uma instituição pública de ensino, totalmente gratuita e não cobrava nem mesmo taxas de matrícula ou de inscrição para os exames, conforme determinava o Artigo 137 de seu Regulamento (MINAS GERAIS, 1896). Entretanto, dada à dedicação que o curso exigia, não era recomendável que os alunos mantivessem atividades profissionais paralelas, o que acabava afastando da instituição os jovens pobres, que não

⁹ Assim como os dois Institutos Agrônômicos criados pela Lei nº 41, o Instituto Zootécnico de Uberaba também visava à formação de engenheiros agrônomos, já que, naquela época, a profissão de zootecnista ainda não era regularizada, o que só aconteceu, no Brasil, em 1968, através da Lei Nº 5.550 (BRASÍLIA, 1968) Acredita-se que a diferença de nome entre aquelas instituições devia-se à ênfase a ser dada no curso da escola uberabense, que, devido às características da região (cujas atividades rurais eram majoritariamente voltadas para a pecuária bovina), pretendia ser majoritariamente voltada para a formação zootécnica dos alunos (RICCIOPO FILHO, 2007, p. 197).

podiam prescindir do trabalho. Além disso, com a exigência da apresentação de certificados de aprovação em matérias do curso secundário (nível de ensino restrito a uma parcela ínfima da população), fechava-se o cerco que garantia aos filhos das elites (e a alguns jovens oriundos da classe média) o acesso ao Instituto Zootécnico de Uberaba.

A falta de equipamentos necessários à prática agrícola, embora tenham causado óbvios prejuízos às atividades de campo dos alunos, parece ter sido compensada pela improvisação dos mestres do Instituto Zootécnico que, para contornarem o problema, utilizavam-se de aulas práticas e dos poucos recursos didáticos de que dispunham, conforme podemos depreender do trecho do relato de Militino Pinto:

Durante as férias do 1º ano e quase já no meio da epocha destinada ao preparo do terreno, é que a Directoria pôde dar começo á derrubada de pequeno matto, queima e plantio de milho á enxada, porque não dispunha de instrumentos aratorios para inaugurar um processo de cultura racional, revolvendo o campo, para demonstrar que ahí póde se obter tão boas colheitas como nas queimadas de mattas virgens (GAZETA DE UBERABA, 1899, p.1).

Os problemas continuaram a afligir o Instituto Zootécnico no seu 2º ano de funcionamento, sendo o principal deles a falta de professores. Com a chegada da segunda turma de alunos, novos professores seriam necessários, o que não foi suprido pelo governo estadual. Segundo relata Militino Pinto (GAZETA DE UBERABA, 1899), as aulas deveriam iniciar-se no dia 15/08/1896, mas isso só ocorreu para os alunos do segundo ano; pelo fato de o corpo docente estar ainda incompleto, as aulas do primeiro ano só se iniciaram em fins de dezembro, com a troca do diretor da instituição.

Em fins de 1896, o Instituto passou por uma reforma e seu diretor, Ricardo Ernesto de Carvalho, foi destituído do cargo. Segundo Militino Pinto (GAZETA DE UBERABA, 1899), a demissão do diretor deveu-se ao fato de ele ter declarado na imprensa que a falta de professores não era culpa da direção da escola e sim do governo estadual. Em represália à declaração, em 15/11/1896, foi nomeado, pelo Estado, um novo diretor para o Instituto Zootécnico: o renomado cientista alemão Frederico Maurício Draenert que, na época, residia no Rio de Janeiro.

No seu 3º ano de funcionamento, a situação do Instituto Zootécnico permaneceu inalterada no que se refere à falta de materiais didáticos e humanos, apesar de terem chegado da Europa algumas coleções mineralógicas e geológicas, “[...] porém que não faziam inveja a qualquer collegio Tico-tico”, segundo relata Militino Pinto (GAZETA DE UBERABA, p.1). As aulas da primeira turma iniciaram-se sem que houvesse um professor titular para a

disciplina *Laticínios*, que compreendia o estudo de técnicas de fabricação da manteiga, do queijo, do leite condensado e de outros derivados do leite. Entretanto, pouco antes do início das aulas, em julho de 1897, chegou da França o Dr. Amedée Cellier, que veio diretamente de Paris para lecionar no Instituto Zootécnico, contratado pelo secretário da agricultura de Minas Gerais, o também francês Henri Gorceix (GAZETA DE UBERABA, 1898). Contratado para ministrar aulas de *Veterinária*, Amedée Cellier assumiu, de forma interina, também a disciplina “Laticínios”. Acabou lecionando essa disciplina durante todo o curso “sem nunca ter conseguido falar uma palavra em português”, obrigando os alunos ao maior sacrifício a fim de ajudá-lo (GAZETA DE UBERABA, 1899, p.1).

A verba destinada pelo governo para o custeio do estabelecimento de ensino em seu terceiro ano de vida foi de apenas 63:120\$000, dinheiro que deveria cobrir o pagamento de todos os funcionários, a conservação do imóvel e a aquisição de ferramentas ou qualquer outro material necessário ao funcionamento da escola. Como a verba disponível mostrou-se totalmente insuficiente para as necessidades, somente com muita dificuldade foi possível a preparação de uns poucos canteiros fornecidos pelo governo para a realização de experiências de sementeira (GAZETA DE UBERABA, 1899). Apesar das precariedades que atormentavam o cotidiano do Instituto Zootécnico, Riccioppo Filho ressalta que os pontos fortes da instituição eram o seu detalhado e rigoroso Regulamento, além do forte comprometimento da direção, dos professores e dos alunos. “O sentimento de que estavam construindo uma instituição importante para toda uma região parecia aumentar a responsabilidade que pairava sobre todos (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 209)”.

Ainda segundo Riccioppo Filho (2007), era verdadeiramente admirável o esforço dos professores do Instituto na tentativa de compensar a falta de infraestrutura dele, principalmente na condução das aulas práticas. A criatividade e a capacidade de adaptação do corpo docente foram capazes de produzir um ensino de qualidade – para o qual concorreram, decisivamente, as atividades práticas contextualizadas à teoria.

Apesar da grave crise financeira e da falta de recursos humanos e materiais, o Instituto Zootécnico sempre atraiu o interesse dos jovens da região, ansiosos por conseguir uma vaga naquela instituição, cuja excelente reputação deveu-se prioritariamente às características dele, conforme destaca Riccioppo:

A ênfase estritamente técnica dada ao curso, voltado para a solução de problemas práticos e significativos para a população local, tornava-o bastante cobiçado. [...] A ênfase eminentemente pragmática dada ao curso de formação de agrônomos do Instituto Zootécnico de Uberaba, priorizando as relações teoria/prática e trabalho/educação – que, em última instância,

propiciaria a formação de homens *omnilaterais* -, foi um avanço em relação ao que se verificava na maior parte do país, onde as escolas superiores eram, em sua grande maioria, voltadas para a formação de bacharéis e doutores, cujo objetivo não era preparar os indivíduos para a solução dos problemas existentes no meio social e, sim, elevar a ‘dignidade social’ [...] (RICCIOPO FILHO, 2007p. 211).

Apesar das dificuldades enfrentadas no que se refere à falta de recursos para a manutenção de seu bom funcionamento, o Instituto Zootécnico tornou-se, em pouco tempo, respeitado e reconhecido pela população local, principalmente em função dos bons serviços prestados à comunidade.

Entretanto, apesar dos serviços de utilidade pública e da boa procura de alunos interessados em ingressar na escola, já em fins de 1897 começaram a circular rumores sobre a possibilidade de fechamento do Instituto Zootécnico de Uberaba. Esses comentários ganharam os jornais e foram debatidos no Jornal *Gazeta de Uberaba*. Enquanto o segundo negava essa informação, citando as leis e o regulamento da *Instrução Pública* do Estado para demonstrar que o fechamento da instituição seria ilegal (GAZETA DE UBERABA, 1897), o primeiro publicou a seguinte notícia literalmente:

Um amigo nosso residente em Bello Horizonte ouviu dizer de que pessoa conceituada que é provável ficarem suprimidas por algum tempo as funções deste notável estabelecimento de ensino e o governo cogita seriamente a este respeito. Pedindo-nos as necessárias reservas sobre o que ocorre nesse sentido, acrescentou o nosso informante que além das dificuldades financeiras que assoberbam o erário publico, uma outra surgiu há pouco tempo e consiste na falta de disciplina e ordem indispensáveis em estabelecimentos de instrução como o nosso Instituto. É profundamente lamentavel si traduzir-se em realidade a supressão desse estabelecimento (GAZETA DE UBERABA, 1987, p.1).

A questão da falta de disciplina citada no artigo era resultado de diversos incidentes ocorridos no Instituto, dentre os quais podemos citar os seguintes: reclamações de alunos contra supostas perseguições promovidas por alguns professores – como no caso da queixa feita por Militino Pinto contra o mestre José Amandio Sobral; graves discussões entre professores, funcionários e o diretor; sabotagens de alguns alunos contra plantações de milho da escola; e embates políticos que terminaram em agressões físicas (PONTES, 1970).

Apesar dos problemas que se avolumavam, ocorria, no dia 05 de junho de 1898, a colação de grau e a entrega dos diplomas de Engenheiro Agrônomo à primeira e única turma formada no Instituto Zootécnico de Uberaba.

Em seus últimos tempos, o Instituto Zootécnico de Uberaba mostrava-se praticamente abandonado pelo governo estadual. À crônica carência de materiais didáticos e equipamentos, acrescia-se, agora, a quase total falta de recursos financeiros para a manutenção dos serviços essenciais à instituição. Na visão de Militino Pinto:

Triste e desolador era o aspecto do Instituto Zootécnico desta cidade aos fechar-se o ciclo de sua existência e por todas as subdivisões do edifício, pelos campos, etc..., tudo indicava uma pobreza lastimável, verdadeira indigência oriunda de uma administração que sacrificava os legítimos interesses vitais do Estado [...] (GAZETA DE UBERABA, 1899, p.1).

Ao apagar das luzes de seu mandato, em 05/09/1898, o presidente mineiro, Crispim Jacques Bias Fortes, demitiu o diretor Dr. Frederico Maurício Draenert, suspendeu as aulas na instituição e nomeou um diretor interino, o engenheiro Francisco Soares (GAZETA DE UBERABA, 1898).

Na data de 04/10/1898, tendo assumido um Estado quase falido, o presidente de Minas Gerais, Dr. Silviano Brandão, assinou o Decreto nº 1.191, dispensando todo o pessoal docente e administrativo dos estabelecimentos estaduais de ensino agrícola, medida que, obviamente, levou à paralisação das atividades educacionais desenvolvidas nessas escolas.

Com o fechamento do Instituto Zootécnico de Uberaba, os alunos matriculados na instituição acabaram abandonados à própria sorte, um tipo de situação comum nas escolas superiores dos primeiros tempos republicanos. Sem que existissem outras instituições congêneres em Minas Gerais que pudessem recebê-los em transferência, os alunos tentaram a matrícula em outras faculdades do Estado, mesmo que em áreas totalmente diversas da agronomia. Em um desses casos, o aluno do 3º ano, Armante da Silva Carneiro, tentou, no início de 1899, matricular-se na 1ª série da Escola de Farmácia de Ouro Preto, mas o governo estadual não considerou válidos, como preparatórios, os exames feitos nas matérias do 1º e 2º anos do Instituto Zootécnico (GAZETA DE UBERABA, 1899, p.1).

A situação dos professores foi ainda pior: dispensados sumariamente pelo governo estadual, sem a possibilidade de encaminhamento para outra instituição de ensino superior mantida pelo Estado, cada um se defendeu como pôde. Apesar de demitidos, os ex-diretores do Instituto Zootécnico, Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho e Frederico Maurício Draenert, permaneceram residindo em Uberaba.

Nos anos seguintes, os ex-alunos do Instituto Zootécnico tiveram importante papel na renovação do rebanho bovino e no melhoramento das pastagens da região. O Instituto Zootécnico de Uberaba extinguiu-se em 1898, mas, com o auxílio dos técnicos lá formados,

entre eles José Maria do Reis, Militino Pinto de Carvalho e Hildebrando Pontes, os coronéis locais passaram a cuidar ainda mais da melhoria do rebanho bovino, através da introdução de matrizes zebuínas. Além disso, intensificaram-se os estudos para o melhoramento das pastagens da região, buscando novas variedades de gramíneas mais adaptadas ao solo ácido do cerrado.

E assim, no início do século, com a grande colaboração dos novos engenheiros agrônomos oriundos do Instituto Zootécnico, que se alinharam ao firme propósito dos coronéis locais de melhorar a qualidade de seus rebanhos, a agropecuária regional ganhou contornos mais científicos.

Sobre o legado educacional deixado pelo Instituto Zootécnico de Uberaba:

Considerando os resultados práticos do processo educativo, que podem ser mensurados pela prática social dos ex-alunos, entendemos que, longe de ser uma experiência breve e fracassada, o Instituto Zootécnico de Uberaba foi um verdadeiro celeiro de homens *omnilaterais*, que acabaram servindo, também, aos interesses utilitaristas das classes dominantes locais. Sua extinção prematura decorreu das dificuldades enfrentadas pelas elites uberabenses para manter em funcionamento uma instituição de ensino muito avançada para o contexto local e mesmo estadual. E assim, como já tratamos, uma série de fatores, de caráter político e econômico, acabaram inviabilizando aquela importante experiência educacional (RICCIOPPO FILHO, 2007, p.226).

Para os pecuaristas uberabenses, a solução definitiva para manter a competitividade dos produtos agropecuários produzidos no Brasil Central passava pela melhoria genética do rebanho e pela formação de pastagens mais resistentes ao clima e ao solo ácido do cerrado, o que exigiria, também, certo investimento em pesquisas e em novas técnicas agropecuárias, objetivo que realmente foi alcançado com a formação oferecida pelo Instituto Zootécnico de Uberaba.

No início do século XX, especificamente em meados da década de 1930, os embates no cenário político eram frequentes. Até 1930, a autoridade máxima da cidade era o denominado Agente Executivo e Presidente da Câmara. E foi na gestão do Agente Executivo e Presidente da Câmara Coronel Geraldino Rodrigues da Cunha (março de 1925 a maio de 1927) que se instalou, na cidade, a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba (MENDONÇA, 1974, p. 187), segunda instituição de ensino superior de Uberaba e região.

2.2.3 A primeira faculdade de Odontologia do Brasil Central – a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba

A primeira vez em que se cogitou a criação dos cursos de Odontologia e Farmácia na cidade de Uberaba foi em 1909, quando ocorreu também a tentativa de instalação de uma sucursal do Instituto *Granbery*, iniciativa que, de fato, acabou não acontecendo. Para enriquecer este estudo, entendemos ser importante explicar os motivos pelos quais a iniciativa protestante não logrou êxito entre os uberabenses, ou seja, quais foram as forças capazes de interferir na criação e na manutenção dessa instituição de ensino superior em Uberaba.

Concebido como uma instituição de ensino paga, destinada aos filhos das elites dominantes, o Granbery instituiu, também, a política de oferecer bolsas e descontos para certo número de alunos carentes. Na verdade, o principal objetivo dos fundadores do Granbery era transformá-lo na Universidade Metodista do Brasil e o primeiro passo para isso foi a criação do curso de Teologia, fundado já no ano de 1890, com o propósito de preparar pastores metodistas para atuarem no País. A expansão das *escolas americanas* pelo Brasil e por outros países da América Latina ocorria ao mesmo tempo em que os Estados Unidos buscavam novos mercados para absorver sua crescente produção industrial. Junto com as escolas, sutilmente, chegava a propaganda do novo e moderno capitalismo norte-americano, que prometia revolucionar os meios de produção e elevar a qualidade de vida da população (RICCIOPPO FILHO, 2007).

No início do século XX, em meio à total desorganização da educação nacional e frente à incapacidade do governo para assumir os custos da expansão do ensino superior com a criação de universidades, a experiência das escolas americanas, como o Granbery, chamava a atenção das elites intelectuais brasileiras. Organizadas segundo modelo de currículo das instituições norte-americanas, essas escolas adotavam métodos pedagógicos modernos, montavam ricas bibliotecas e dispunham de professores formados em faculdades dos Estados Unidos, muito mais do que as demais escolas brasileiras podiam oferecer a seus alunos (MARCÍLIO, 2001).

Em Uberaba, os missionários metodistas iniciaram suas pregações após a proclamação da República, numa época em que o catolicismo vivia seu apogeu na cidade, com a instalação do bispado e das primeiras instituições de ensino católicas. Em 1899, os metodistas de Uberaba organizaram sua primeira igreja na cidade e, nos anos seguintes, dispostos a enfrentar o poderoso grupo católico, vislumbraram a possibilidade de construir uma base

sólida na próspera região de Uberaba, organizada nos moldes do colégio de Piracicaba e de Juiz de Fora.

Os diretores daquela instituição prometiam dotar Uberaba de cursos superiores de Farmácia e Odontologia, à semelhança de Juiz de Fora, que as possuía desde 1904 (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 334), porém, os planos metodistas de expandir sua ação no Brasil esbarravam nos interesses da Igreja Católica e dos setores conservadores da sociedade.

Segundo uma pequena nota biográfica contida em Pontes (1970), a primeira iniciativa deveu-se pelo empenho do cidadão Hildebrando Pontes. No ano de 1908, Pontes, engenheiro agrônomo formado pelo extinto Instituto Zootécnico, intelectual muito ativo e inconformado com a ausência de cursos superiores em Uberaba desde 1898, resolveu contatar a direção do Instituto Granbery. Embora de formação católica, Pontes considerava que “todas as religiões eram boas e deviam ser tratadas sem preconceitos ou radicalismos” e seu desejo era que fosse fundada, em Uberaba, uma universidade protestante, ligada à instituição de ensino metodista de Juiz de Fora (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 281).

Atendendo ao pedido de Pontes, vieram a Uberaba os diretores do Granbery de Juiz de Fora. O jornal *Lavoura e Comércio*, do dia 14 de janeiro de 1909, informava que os diretores do Granbery, senhores J.W Tarboux e Prof. Bruce estavam em Uberaba para “ver se podiam instalar aqui uma casa de ensino primário, secundário e superior, mais ou menos nas condições do Granbery” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1909, p. 1). Em seguida, afirma: “O projecto do sr. dr. Tarboux é fundar logo no princípio uma escola agrícola e um gymnasio, dotando oportunamente a cidade com outros estabelecimentos, como escola de pharmacia, de commercio, de odontologia, etc.” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1909, p. 1).

No dia 26 de janeiro de 1909, buscando meios para viabilizar a vinda do Granbery, a Câmara Municipal reuniu-se em sessão extraordinária e aprovou, por unanimidade, uma indicação que foi transformada no Projeto de Lei nº 30 (FERREIRA, 1928), que garantia os terrenos necessários para a instalação da Escola Prática de Agricultura, a edificação do Gymnasio e da Universidade, além do capital para o início da construção dos edifícios.

A notícia de que a Câmara Municipal estava negociando com a instituição metodista espalhou-se pela cidade e causou reações diversas. Sede de uma diocese há mais de dez anos, Uberaba passava por um período de grande influência da Igreja Católica. O bispo local, D. Eduardo, era uma autoridade respeitada na comunidade. Os Irmãos Maristas estavam estabelecidos na cidade, à frente do conceituado Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, e as Irmãs Dominicanas chefiavam a principal escola feminina da cidade. Dessa forma, a possibilidade da vinda de uma instituição de ensino protestante caiu como um raio sobre os

círculos católicos, que, de imediato, iniciaram forte reação (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 283).

Religião hegemônica em todo o Brasil, com exceção de algumas áreas de colonização germânica do sul do País, o catolicismo procurou, por muitos anos, manter o controle ideológico e intelectual sobre a população, preservando os privilégios conquistados desde o período colonial – graças ao pacto com a burguesia de origem portuguesa. Para isso, garantia o acesso dos filhos das elites às escolas confessionais católicas, dando-lhes a formação necessária para o exercício do poder.

Procurando difundir entre a população o perigo representado pela chegada dos *diferentes*, as lideranças católicas acirraram suas críticas contra o Granbery. Em meio à guerra na imprensa, o principal jornal católico de Uberaba, o Correio Católico, divulgou uma declaração dada, segundo o periódico, por uma *pessoa fidedigna*, sobre a falta de disciplina nas escolas protestantes, da intolerância religiosa metodista, etc., procurando abalar a reputação do estabelecimento de ensino de Juiz de Fora. A campanha católica prolongou-se por vários dias e foi duramente criticada por outros órgãos de imprensa, de Uberaba e de Franca, que se colocaram em defesa do Granbery.

O Lavoura e Comércio¹⁰, através de duas matérias intituladas “Campanha Inglória”, publicadas nos dias 11/02/1909 e 14/02/1909, denunciou a ação católica, classificando-a como um combate extremamente prejudicial ao progresso da cidade e aos interesses dos cidadãos.

E que combate! O fogo sagrado que o alimenta é o interesse pecuniário que se receia ver ferido e os sentimentos que o inspiram são os sentimentos de ódio e de intolerância. As armas são tão pequeninas e infames que causam indignação. Um combate inglório como se vê. Inglório e indigno. (LAVOURA E COMÉRCIO, 1909, p.1).

¹⁰ Fundado no ano de 1899 em Uberaba, o jornal Lavoura e Comércio teve sua primeira edição impressa em 6 de julho de 1899. Criado por um grupo de produtores rurais insatisfeitos com a política fiscal do Estado, o jornal foi editado até 27 de outubro de 2003. Antônio Garcia Adjuto foi o primeiro diretor do jornal. Em 1906, a administração passou para a família de Quintiliano Jardim, que administrou e ampliou a abrangência do jornal que chegou a se tornar o diário oficial de vários municípios da região. Em 1966, com a morte de Quintiliano, o comando passou para seus filhos George de Chirée, Raul e Murilo Jardim. O jornal sucumbiu diante de uma grave crise econômica e financeira, após 104 anos de atividade ininterrupta. Durante todos esses anos, os uberabenses se reuniam na frente da sede do jornal, na Rua Vigário Silva, 45, no centro da cidade, para ler as últimas notícias que eram escritas a mão e expostas em um quadro. O lema do jornal era “Se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”. Cf. PREFEITURA DE UBERABA (Uberaba). Secretaria de Comunicação. *Codiub entrega à prefeitura digitalização de 50 anos do Jornal Lavoura e Comércio* 2014. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,33169>>. Acesso em: 25 out. 2015.

Apesar dos protestos da comunidade católica, a proposta da Câmara Municipal de Uberaba foi entregue ao Sr. Tarboux, que, em resposta, encaminhou uma carta ao Dr. Philippe Aché¹¹, dizendo-se satisfeito com a proposta do governo local e noticiando a remessa dela, para os Estados Unidos, a fim de que a diretoria da congregação aprovasse o empreendimento (LAVOURA E COMÉRCIO,1909).

A posição favorável de J. W. Tarboux parecia indicar que o Granbery iria, realmente, instalar uma unidade em Uberaba, o que foi festejado pelo autor de um artigo publicado no jornal *Lavoura e Comércio*, de 21/02/1909. Por outro lado, o mesmo articulista voltou a condenar a campanha movida pelos católicos e lembrou que o governo brasileiro, por força de um pacto que já completava 24 anos, não reconhecia a superioridade de nenhuma crença religiosa. Sugeria que, quando a instalação da escola protestante se tornasse uma realidade, bastaria que os católicos, que se considerassem incomodados, não matriculassem os filhos na instituição, já que havia, na cidade, escolas confessionais católicas. E, por fim, fazia um último apelo aos radicais católicos:

Mas, pelo amor de Deus que adoram, não venham denegrir um estabelecimento de que Uberaba só aguarda, confiante, resultados frutuosos. Não conseguimos nesse acto de intolerância, nesse desserviço a Uberaba, sem o nosso franco e vehemente protesto. (LAVOURA E COMÉRCIO, 1909, p.1).

Entretanto, apesar de ter sido formalmente apresentada à direção do Granbery, a proposta contida no Projeto de Lei nº 30 acabou não se transformando em lei. Segundo Ferreira (1928), a influência do clero local, que não desejava uma escola protestante concorrendo com as instituições católicas do município, foi fundamental na retirada do projeto. Para conseguir esse intento, a Igreja recorreu à ajuda do coronel Raymundo Soares de Azevedo, católico fervoroso, pertencente à Ordem Terceira do Rosário e pessoa influente do partido político dominante na Câmara, o PRM¹² Democrata. Azevedo exigiu dos companheiros de partido que o projeto fosse vetado; caso contrário, retirar-se-ia do partido e arrastaria grande número de eleitores sob sua influência. A ordem dada pelo coronel foi acatada e os vereadores votaram, em sua maioria, contra a aprovação do projeto, que acabou

¹¹ Francês de origem, Philippe Aché foi, nos períodos de janeiro/1908 a abril/1908 e fevereiro/1909 a setembro/1911, agente executivo da Câmara Municipal de Uberaba. Depois se mudou para Ribeirão Preto e fundou uma indústria farmacêutica, que foi o embrião dos conhecidos Laboratórios Aché.

¹² Partido Republicano Mineiro (PRM) foi um partido político brasileiro criado em 4 de junho de 1888 com o objetivo de representar os ideais republicanos e oligárquicos da elite agrária do Estado de Minas Gerais. Cf. WIKIPÉDIA (Brasil). *Partido Republicano Mineiro*. 2015. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_Mineiro>. Acesso em: 25 out. 2015.

derrubado na Câmara Municipal, o que inviabilizou a Universidade Protestante e a instalação dos cursos de Farmácia e Odontologia em Uberaba.

Com a frustração daquela tentativa, a primeira Faculdade de Odontologia e Farmácia de Uberaba só iniciou as atividades a partir da segunda metade da década de 1920 e sua fundação está estreitamente ligada ao Dr. Francisco Mineiro Lacerda¹³, médico-cirurgião da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba, cidade em que passou a residir a partir de 1925, quando assumiu o cargo de major-médico do 4º Batalhão da Brigada Policial, substituindo o Dr. Bernardino. Sua experiência anterior em cirurgia e suas qualidades como parteiro fizeram com que fosse contratado pela Santa Casa uberabense e o tornaram respeitado na cidade. No início de 1926, o Dr. Mineiro passou a atender também em sua residência, na Rua Vigário Silva, nº 70, aos pacientes que lá o procuravam. Diariamente, às 12h30min, oferecia consultas grátis para aqueles que não podiam pagar pelos seus serviços (LAVOURA E COMÉRCIO,1929).

Segundo relata o próprio Dr. Mineiro Lacerda, em relatório enviado ao Conselho Nacional de Educação (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA – APU, 1933), um dentista uberabense, naquele tempo, amparado pela lei que regulamentava as profissões de farmacêuticos e cirurgiões-dentistas, passou a perseguir implacavelmente os práticos naquelas profissões – seus competidores locais –, denunciando-os à Saúde Pública. Na verdade, esses dentistas práticos atuavam em Uberaba havia tempos, existindo inclusive, na cidade, uma espécie de escola prática de odontologia, de propriedade do dentista Alfredo Godofredo da Silva – ele próprio um prático – que ensinava os segredos da profissão a alunos que vinham de diversas cidades da região (CUNHA FILHO, 1983). Um anúncio publicitário dessa escola assim promovia o curso:

Garante-se o ensino perfeito e criterioso dessa excelente arte, a pessoas de bom procedimento e de perfeita saúde, mediante o respectivo pagamento das despesas totaes do curso: 1:000\$000 no acto da inscrição. O curso será de 3 a 6 mezes, segundo a intelligencia de cada um. Tem-se excelentes accomodações para aprendizes de fora (LAVOURA E COMÉRCIO,1916, p. 4).

Como a região carecia de profissionais regularmente habilitados nessas áreas, era grande o número de cidadãos que se deslocava para outras localidades a fim de fazer um dos cursos e conseguir o tão sonhado diploma. Os dentistas práticos passavam por dificuldades perante a justiça e necessitavam tornar-se legalmente habilitados, pois eram visados pelos

¹³ Mineiro Lacerda era natural de Ouro Fino-MG. Formou-se médico no Rio de Janeiro, em 1904. Foi, por alguns anos, médico cirurgião e clínico especializado em moléstias contagiosas (sífilis, lepra e doenças venéreas), na Santa Casa da capital federal, onde foi assistente do famoso professor Antônio Aleixo (LAVOURA E COMÉRCIO, 1926). Residiu, depois, na cidade de Belo Horizonte, antes de transferir-se para Uberaba.

profissionais regularmente formados. Fenômeno parecido acontecia também com os farmacêuticos de Uberaba, que, como seus colegas dentistas, eram, na maioria, práticos e a legalização só poderia ocorrer através da obtenção do diploma de nível superior.

É possível que, tendo observado esse quadro, o Dr. Mineiro Lacerda tenha se convencido da viabilidade de abrir uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em Uberaba. Entretanto, como era forasteiro, Lacerda por certo percebeu a necessidade da colaboração da classe médica local, endemicamente ligada às elites uberabenses – pois delas era oriunda a maior parte dos médicos atuantes na cidade.

E foi assim que, no dia 07/07/1926, reuniu-se, na sede do Jockey Club de Uberaba, um grupo composto pelos cidadãos João Henrique Sampaio (médico e deputado estadual), Olavo Rodrigues da Cunha (médico), Levy Cerqueira (advogado), Jorge Frange (médico), José de Souza Prata (advogado), Guilherme Ferreira (engenheiro), Assis Moreira Júnior (cirurgião-dentista), Oswaldo Guimarães (agrônomo) e Luiz Ernesto Cerqueira (professor), convocados pelo Dr. Mineiro Lacerda (médico). O objetivo da reunião era discutir a fundação, na cidade, de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia e de uma Escola de Comércio anexa à primeira. Na reunião, após convincente explanação do Dr. Mineiro, chegou-se a um consenso sobre a criação das novas escolas; e, para a confecção dos estatutos, foi eleita uma comissão composta pelos senhores Mineiro Lacerda, José de Souza Prata e Levy Cerqueira (LAVOURA E COMÉRCIO, 1926).

Uma segunda reunião foi realizada no dia 14/07/1926, também realizada no Jockey Club, contando com a presença dos senhores Levy Cerqueira, João Henrique Sampaio, Souza Prata, Olavo Rodrigues da Cunha, Assis Moreira, Nicolau de Oliveira (médico), Guilherme Ferreira, José de Oliveira Ferreira (médico), Horácio Jordão (engenheiro), Oswaldo Guimarães, Mineiro Lacerda, Jorge Frange e Luiz Ernesto Cerqueira. Os estatutos elaborados pela comissão receberam emendas e foram aprovados pelos presentes, que elegeram, também, a primeira diretoria da nova faculdade, com a seguinte composição: Dr. José de Oliveira Ferreira, diretor; Dr. Mineiro Lacerda, secretário geral; Dr. Olavo Rodrigues da Cunha, tesoureiro. Decidiu-se, ainda, que a nova escola iniciaria suas atividades no ano seguinte, com exame vestibular em março/1927 e início das aulas em abril do mesmo ano (LAVOURA E COMÉRCIO, 1926).

Nos meses seguintes, foi grande a expectativa na cidade em torno da abertura da nova escola, que faria de Uberaba, novamente, sede de uma instituição de ensino superior. No início de 1927, os jornais locais publicaram notícias anunciando, para breve, o início das atividades da escola:

Póde-se dizer que é uma fulgurante realidade a fundação da Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba. Aproxima-se a data do início desse estabelecimento, o que marcará para Uberaba um passo vibrante no seu progresso, sendo de magníficos resultados para toda esta vastíssima região esse empreendimento, que se deve a uma plêiade denodada de homens de pensamento do nosso meio. Cumpre que a população uberabense auxilie, por todos os modos, a nova escola. [...] Ao que sabemos, já está assentado que os srs. Professores nada ganharão nos primeiros tempos da Escola, ou, pelo menos, enquanto esta não os possa pagar. Isto é, primeiro a escola, depois os professores. Primeiro o bem colectivo, depois, o interesse pessoal (LAVOURA E COMÉRCIO, 1927, p. 3).

A Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba iniciou as atividades no dia 07/07/1927, sob a direção do Dr. José de Oliveira Ferreira.

Figura 3 – Clínica dentária da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (s/d).

Em 05/05/1928, assumiu a direção o Dr. João Henrique Sampaio, deputado estadual e ex-presidente da Câmara Municipal de Uberaba. No dia 9 do mesmo mês, organizou-se uma sociedade, ficando como proprietários da escola os senhores João Henrique Sampaio, Francisco Mineiro Lacerda e Assis Moreira Júnior, que ocuparam, respectivamente, os cargos de Diretor, Secretário Geral e Tesoureiro da instituição (APU, 1933). Com a formação dessa

sociedade, estava constituído o primeiro grupo capitalista a dedicar-se, de forma profissional, ao ensino superior na cidade de Uberaba.

Alguns meses depois, em 28/02/1929, absorvido por atividades políticas, o Dr. João Henrique vendeu as suas cotas na sociedade ao Dr. Mineiro Lacerda, que passou a exercer o cargo de diretor da instituição. No dia 02/03/1929, o Dr. Mineiro Lacerda comprou as cotas do Dr. Assis Moreira Júnior, transformando-se no único dono da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba (APU, 1932).

Os cursos de Farmácia e de Odontologia eram estudados em três anos. O ingresso de alunos era feito, conforme determinava a lei, através de exames de preparatórios ou de admissão. Os candidatos eram examinados por professores e por membros da congregação da escola (LAVOURA E COMÉRCIO, 1929). A partir de 1928, no afã de conseguir os alunos necessários ao preenchimento das vagas ou, talvez por desconhecimento da legislação educacional, a diretoria da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba passou a fazer uso de uma prática considerada ilegal: abriu, anexo à escola, um Curso de Preparatórios (o que era vedado às instituições de ensino superior), incluindo as seguintes disciplinas: Português, Francês, Geografia e Corografia do Brasil, Aritmética, Física, Química e História Natural. Um anúncio publicitário da época assim divulga o curso e mostra, claramente, que ele era mantido pela Escola de Farmácia e Odontologia:

Os candidatos que prestarem exames nesse curso ficarão dispensados de os fazerem na Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba. As matrículas já se acham abertas. Informações na Secretaria da Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba, (provisoriamente) à rua Segismundo Mendes, n. 65. Uberaba, 29 de março de 1928. *Director do curso: Prof. José Ribeiro de Castro. Secretário: Prof. José V. Souza Netto* (LAVOURA E COMÉRCIO, 1928, p. 3).

O reconhecimento inicial da nova faculdade não tardou: em 21/09/1927, portanto poucos meses após o início das atividades, o governo estadual publicou a Lei nº 1.004, que reconhecia os cursos dela, artigos reproduzidos literalmente:

Art. 6º. Ficam reconhecidos pelo Estado de Minas Geraes os diplomas conferidos pela Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba. Art. 7º. O Poder Executivo, mediante proposta dos fiscaes, poderá suspender os efeitos das leis de reconhecimento dessas escolas, quando verificar insufficiencia da matricula, deficiencia de aparelhamento, inobservancia dos programmas aprovados ou descumprimento reiterado das disposicoes desta lei e do respectivo regulamento. Art. 8º. A duracao de cada curso, o numero e seriacao das respectivas cadeiras, assim como as provas de aptidao

para matricula, serão eguaes ás exigidas para as escolas nacionaes, officiaes ou a ellas equiparadas. [...] (MINAS GERAIS, 1928, p. 164).

O reconhecimento em nível estadual era importante, mas não era o suficiente, já que a escola necessitava obter, também, o reconhecimento federal. Para isso, era necessário que o estabelecimento passasse por dois anos de fiscalização federal contínua.

A sede da escola localizava-se na Rua Vigário Silva nº 69 e contava com salas de aula e com os seguintes laboratórios: Microbiologia, Química Analítica, Química Orgânica, Química Inorgânica. Possuía, também, os seguintes gabinetes: Física, Histologia, Anatomia Patológica, Bromatologia, Medicina Legal, Toxicologia, Higiene, Clínica Dentária, Botânica e Fisiologia. O gabinete de Clínica Dentária era aberto de manhã e à tarde e, nele, os estudantes, durante suas aulas práticas, atendiam gratuitamente à população carente (LAVOURA E COMÉRCIO, 1929).

Dada a importância da escola para a cidade, a Lei nº 652 da Câmara Municipal de Uberaba, de 06/09/1929, reconheceu a Escola de Farmácia e Odontologia como sendo de utilidade pública, o que a isentou do recolhimento de tributos municipais.

No dia 14/12/1929, a escola formou as primeiras duas turmas de Farmácia e de Odontologia, o que representou a consolidação do sonho do professor Mineiro Lacerda e de seus colaboradores. De sonho a pesadelo: logo após a formatura dessas primeiras turmas, iniciaram-se os primeiros problemas legais da escola, já que a Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais se negou a registrar os diplomas dos novos farmacêuticos formados em Uberaba. Essa negativa foi proveniente de uma irregularidade detectada na duração do curso de Farmácia.

A Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba foi reconhecida em virtude do artigo 6 da lei 1004, de 21 de setembro de 1927, que é a mesma que regula o ensino de pharmacia e odontologia de Minas. O artigo 8 da referida lei determina que a duração de cada curso, a seriação das respectivas cadeiras, assim como as provas de aptidão para matricula serão iguaes ás exigidas para as escolas nacionaes, officiaes ou a ellas equiparadas. [...] Determinando a lei que o ensino de pharmacia seja de 4 annos, é claro e intuitivo que cumpria á Escola de Uberaba assim subordinar o seu ensino. [...] Entretanto, o curso de pharmacia na escola foi apenas de 3 annos. A Saúde Pública, em face dessa divergência, recusou aos diplomas expedidos, sem fiel observancia do que dispõe a lei federal adoptada no Estado de Minas (LAVOURA E COMÉRCIO, 1930, p. 1).

Para contornar o problema, a diretoria foi obrigada a alterar o currículo do curso de Farmácia para quatro anos. Aos alunos formados nessa primeira turma, não restou outra saída senão a de complementarem mais um ano de curso, prestando os exames ao final do 4º ano, a

fim de conseguirem o registro de seus diplomas. Quanto ao curso de Odontologia, por permitir a lei que tivesse uma duração de três anos, não foi necessária nenhuma mudança curricular: os 40 alunos aprovados nos exames de primeira época e formados em dezembro de 1929 conseguiram o registro de seus diplomas.

Figura 4 – Nova sede da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (s/d).

A segunda turma de odontolandos, composta pelos 29 alunos aprovados nos exames de 2ª época, formou-se no dia 20/03/1930.

No dia 08/04/1930, os alunos da escola fundaram o *Centro Acadêmico de Uberaba*, com a finalidade de defender os interesses do corpo discente da instituição, além de promover festividades literárias e outras formas de entretenimento. A primeira diretoria foi a seguinte: Virgílio Rosa Fernandes (presidente); João Fonseca (vice-presidente); Arthemio Magalhães (1º secretário); Aurélio Alonso Perez (2º secretário); Francisco Rezende (tesoureiro); João

Gonçalves Borges (orador). Para o Conselho Fiscal, foram eleitos os alunos Adalberto Pinheiro, Juventino Ferreira Alves e Paulo Gouveia (LAVOURA E COMÉRCIO, 1930). A evolução do número de matrículas da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba foi a seguinte: em novembro de 1929, contava com a matrícula de 300 alunos (LAVOURA E COMÉRCIO, 1929). Em julho de 1930, havia 450 alunos matriculados (LAVOURA E COMÉRCIO, 1930).

No início de 1930, o Dr. Assis Moreira Júnior, um dos diretores da escola, abandonou a sociedade, ficando o Dr. Mineiro Lacerda solitário na direção daquela instituição de ensino. Em meados de setembro daquele ano, um jornal local noticiou que Assis Moreira pretendia abrir uma nova Faculdade de Farmácia e Odontologia em Uberaba. Dizia a nota:

A instalação da Faculdade, segundo estamos seguramente informados, será procedida nos primeiros dias do mez de outubro entrante. Para esse fim estão sendo dados os passos necessários, devendo seguir para Bello Horizonte, para tratar de proceder o registro dos estatutos do novel estabelecimento, um de seus destacados directores que, depois, seguirár para o Rio de Janeiro afim de adquirir laboratórios, material dentário, aparelhos, etc. Sabemos, ainda, que um dos promotores da idea dessa fundação promoveu um entendimento com a directoria da Escola de Pharmacia e Odontologia local, no sentido de promover a fuzão dos dois estabelecimentos, não tendo sido attingido esse objectivo, máo grado os esforços empregados (LAVOURA E COMÉRCIO, 1930, p. 1).

Logo começaram a circular rumores na cidade a respeito de supostas irregularidades existentes na Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, denúncias sempre repelidas com veemência pela diretoria. Mineiro Lacerda atribuía essas calúnias a elementos residentes na cidade, interessados em prejudicar a instituição (CUNHA FILHO, 1983).

Em 11/04/1931, o governo federal emitiu o Decreto nº 19.852 (*Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro*), que também criava um conjunto de normas para o funcionamento dos diversos cursos superiores no Brasil. Em seu Artigo 308, determinava que, enquanto não fossem organizadas Faculdades autônomas para o ensino de Farmácia e de Odontologia, os cursos oficiais deveriam ser realizados em escolas anexas às Faculdades de Medicina federais, o que, na prática, extinguiu as escolas de Farmácia e de Odontologia oferecidos pelos institutos livres. O mesmo Decreto, em seu Artigo 313, resolveu que os alunos das Escolas de Farmácia e de Odontologia não fiscalizadas pelo governo federal cujo funcionamento havia sido interrompido por aquele dispositivo legal, poderiam transferir-se para as séries correspondentes das escolas oficiais ou equiparadas, desde que fosse provado

que as escolas de origem tivessem, pelo menos, dois anos de funcionamento efetivo (BRASIL, 1931).

Entretanto, reconhecendo a dureza do decreto anterior, o governo brasileiro, em 06/07/1931, publicou o Decreto nº 20.179, dando possibilidade de funcionamento às Escolas de Farmácia e de Odontologia atingidas pelo Decreto de janeiro de 1931.

Para tanto, porém, o governo precisava de possuir provas reais e concretas da idoneidade desses estabelecimentos. Assim, só poderiam voltar a funcionar as escolas estaduais que provassem exuberantemente: a) ter tido funcionamento regular e efetivo pelo menos pelo prazo de 2 anos; b) possuir corpo docente idôneo, moral e cientificamente; c) possuir instalações apropriadas para o ensino a ser ministrado; d) possuir fontes de renda própria; e outras exigências de menor ordem, todas, porém, conducentes à prova da eficiência do ensino já ministrado e a ser ministrado no futuro (LAVOURA E COMÉRCIO, 1932, p. 5).

Em seguida, o Departamento Nacional do Ensino concedeu à Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba o direito de fornecer as guias de transferência aos seus alunos, que, em grande número, prosseguiram os cursos nas escolas de Ribeirão Preto, Ouro Preto, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. A maior parte dos alunos (cerca de dois terços do total), porém, confiantes em que a escola uberabense conseguiria cumprir as exigências do Decreto nº 20.179, preferiu não se transferir para outras instituições, prosseguindo os estudos na escola de Mineiro Lacerda (LAVOURA E COMÉRCIO, 1932).

Buscando os recursos necessários para adequar a estrutura da escola às exigências legais, em 18/01/1932, Mineiro Lacerda decidiu organizar uma nova sociedade civil, vendendo parte das cotas sociais daquela instituição de ensino. Entraram na sociedade o contador Victório Guaraciaba; Amélia Lacerda Guaraciaba, professora; Manoel Libânio Teixeira, cirurgião-dentista; e José Ari de Almeida, advogado (APU, 1932).

O diretor da escola, já devidamente capitalizado, tratou de equipar a instituição com o aparelhamento necessário, gastando uma quantia superior a 150 contos de réis na compra de material anatômico, físico, químico e dentário. Em seguida, julgando que a escola já estivesse devidamente aparelhada, a direção da escola solicitou a vistoria de um inspetor do Departamento Nacional do Ensino, o que ocorreu em fevereiro de 1932. O inspetor considerou o material incompleto e novas vistorias ocorreram em abril e meados do mesmo ano. A terceira inspeção emitiu parecer favorável à escola e, em 08/10/1932, o Conselho Nacional de Educação concedeu a inspeção federal permanente à Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, o que equivalia a um reconhecimento federal. A partir daí, os

diplomas emitidos pela instituição voltaram a ter validade legal em todo o território nacional (LAVOURA E COMÉRCIO,1932).

Em decorrência de seu elevado número de alunos e da considerável quantidade de salas de aula e laboratórios, naquele momento, a escola funcionava em três prédios separados, localizados na Rua das Mercês, nº 1, Rua Manoel Borges, nº 97, e Rua Manoel Borges, nº 112 (LAVOURA E COMÉRCIO, 1932). Como a escola funcionava em três prédios separados, os laboratórios, os gabinetes e as salas de aula acabavam divididos nesses locais, dificultando o bom andamento das aulas. Para solucionar o problema, no dia 06/05/1933, a escola transferiu-se para a Rua Arthur Machado, nº 143/145, passando a funcionar no grande sobrado onde outrora fora estabelecido o Telégrafo Nacional. Para receber a Faculdade de Farmácia e Odontologia, o prédio passou por adaptações e foi assim descrito em um jornal local:

No pavimento térreo estão localizados os pavilhões de anatomia, histologia e microbiologia, de química orgânica e analítica e de farmácia galênica. Todos esses pavilhões foram reformados e adaptados, no estilo de anfiteatro, proporcionando dessarte, conforto aos alunos e professores. Todas as salas são amplas e iluminadas e os gabinetes e laboratórios nelas instalados ficaram magnificamente localizados. Nesse pavimento existe uma grande sala de aula, com capacidade para vasto numero de alunos. No pavimento superior estão situadas varias salas de aula, os laboratórios de bromatologia e toxicologia, o gabinete de física, o gabinete de fisiologia, a oficina de prótese e a policlínica dentaria, com cinco cadeiras. Nesse pavimento estão situadas, ainda, na melhor disposição, as salas de reunião da congregação, da diretoria, da secretaria, da tesouraria, o almoxarifado e os demais departamentos inerentes ao funcionamento da Escola (LAVOURA E COMÉRCIO, 1933, p. 1).

A fiscalização permanente da Escola de Farmácia e Odontologia começou no dia 12/06/1933, com a posse do fiscal federal nomeado, Carlos de Moraes, professor de português da Escola Normal oficial de Uberaba e de outros estabelecimentos de ensino da cidade. A posse do fiscal foi comemorada com uma grande festa organizada pela direção da escola (LAVOURA E COMÉRCIO,1933).

Agradecendo, comovido, às provas de amizade com o que o cercavam, o fiscal federal traçou o seu programa de ação, esperando da colaboração de todos mais eficiência em seu trabalho fiscalizador. [...] Às 7 horas e meia, no edifício da Escola, realizou-se o banquete que a diretoria oferecia ao prof. Carlos de Moraes. Ao *champagne*, usou, em primeiro lugar, da palavra o dr. Mineiro de Lacerda. O seu discurso foi uma magnífica página de entusiasmo pelo futuro da escola, de fé na grandeza sempre crescente daquele estabelecimento modelar. [...] O discurso de agradecimento do fiscal federal foi uma peça admirável. Focalizando, em termos felizes, a grandiosa obra de progresso que a Escola de Farmácia e Odontologia realiza em Uberaba, ele

mostrou a beleza da ação patriótica do Dr. Mineiro de Lacerda (LAVOURA E COMÉRCIO, 1933, p. 1).

Logo após, o Conselho Nacional de Educação, em abril de 1934, ordenou uma fiscalização especial na escola, a qual foi realizada pelo Dr. Jurandyr Lodi. Após o relatório do fiscal, em 26/05/1934, a Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação encaminhou um parecer ao Ministro da Educação e Saúde Pública, apontando uma série de irregularidades no funcionamento da escola uberabense e sugerindo que fossem tomadas as seguintes medidas punitivas contra a instituição: suspensão do inspetor federal, Dr. Carlos de Moraes, que deveria apresentar sua defesa; designação do Dr. Jurandyr Lodi para exercer as funções de inspetor provisório no estabelecimento; concessão de um prazo, até julho/1934, para que a escola sanasse as irregularidades apontadas; revisão do registro de diplomas dos alunos ali formados (BRASIL, 1935).

Dentre as irregularidades detectadas pelo fiscal, estavam as seguintes (BRASIL, 1935):

1^a) Falta de instalações físicas para acomodar as cadeiras de Zoologia e Parasitologia, Botânica, Bromatologia, Farmacognosia e Fisiologia. Segundo o parecer emitido pelo Conselho, a escola dispunha de uma única sala onde funcionavam todas as cinco cadeiras citadas.

[...] sala que, por artificios photographicos e combinações na disposição dos moveis, era ora dada como amphitheatro, ora como laboratorio, para todas aquellas cinco cadeiras. Pelas dimensões desse laboratorio, que não comporta mais de 10 alumnos, dos 140 que estudam chimica, seria necessário como prova o relatório 170 horas semanaes para que pudessem funcionar as 14 turmas em que deveriam ser divididos os alumnos, o que, desde logo, resulta impraticável (BRASIL, 1935, p. 2).

2^a) Existência irregular do cargo de vice-diretor na administração da escola.

3^a) Falta de documentos que provassem a doação de aluguéis dos prédios pertencentes ao diretor da escola – esses aluguéis, durante três anos, deveriam fazer parte da receita da escola.

4^a) Desorganização dos serviços de Secretaria, que, na opinião do fiscal especial, foram considerados “mãos, irregulares, sem diretriz, debatendo-se numa multiplicação dispendiosa, inútil e contraproducente de livros” (BRASIL, 1935, p. 4).

5^a) Irregularidades no livro de termos ou de portarias de nomeação de professores e a inexistência dos termos de posse para os professores.

6ª) Regência por médicos de disciplinas que, pela lei, são privativas dos farmacêuticos (Metalurgia e Química aplicadas, Farmacognosia, Farmácia Galênica, Química Fisiológica e Toxicológica e Farmácia Química).

7ª) Regência da cadeira de Higiene e Legislação Farmacêutica por um bacharel em Direito, enquanto a lei exigia que essa disciplina fosse lecionada por um médico.

8ª) Irregularidades nas matrículas de diversos alunos: aprovação de alguns candidatos no exame vestibular, sem que tivessem realizado a prova prática (exigida por lei); aprovação, no vestibular, de alunos que teriam feito os exames preparatórios na própria escola, prática considerada ilegal; insuficiência de documentos necessários à efetivação das matrículas, etc.

Embora estivesse às voltas com os graves problemas relacionados à fiscalização federal, a diretoria da escola procurava não deixar que essas notícias saíssem a público. Assim, em 1934, a escola atingiu o seu prestígio máximo junto à população. Com grande frequência de alunos, conseguiu formar 15 novos odontólogos e 50 farmacêuticos nos exames de primeira época realizados ao final daquele ano. Em seguida, em fevereiro de 1935, após os exames de 2ª época, colaram grau 19 odontólogos e 18 farmacêuticos (LAVOURA E COMÉRCIO, 1935).

Entretanto, os problemas da escola cresciam a cada dia. Conforme a Comissão de Ensino Superior, como a Escola de Odontologia e Farmácia de Uberaba não se empenhara em sanar as irregularidades apontadas no relatório de Jurandyr Lodi dentro do prazo concedido, foi emitido o Parecer nº 205, em 06/02/1935, em que era sugerido à Diretoria Nacional de Educação que fossem tomadas as seguintes medidas contra a Escola de Farmácia e Odontologia:

- a) Demissão do Inspector Dr. Carlos de Moraes pela demonstrada falta de exatidão no cumprimento de seus deveres.
- b) Cassação da regalia de inspeção preliminar outorgada à Escola.
- c) Revisão do registro de diplomas da Escola afim de serem cancelladas os que não estivessem de acordo com as prescrições legais (BRASIL, 1935, p. 1).

A homologação do Parecer nº 205 pelo ministro da Educação significou um duríssimo golpe no estabelecimento de ensino uberabense. Dessa forma, defendendo a instituição, o diretor-tesoureiro da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, Victório Guaraciaba, atribuiu às denúncias e à ameaça de retirada da inspeção federal da escola a uma perseguição baseada em acusações falsas, movida pela Diretoria Nacional de Educação contra o estabelecimento de ensino. Guaraciaba assim relata a crise de sua escola:

Em virtude de denúncias partidas daqui, a Diretoria de Educação, em abril, mandou a Uberaba pessoa de sua confiança, inspecionar a nossa Escola. A inspeção foi rigorosíssima, nada sendo encontrado; nem uma falha, lacuna alguma. Nada que pudesse ferir a idoneidade do ensino e a organização do nosso estabelecimento. Entretanto, o inspetor, no Rio, no seu relatório, fez acusações ao fiscal federal, taxando-o de negligente no cumprimento de suas funções. A Diretoria da Educação, antes da defeza do fiscal, deliberou suspende-lo. Este, em defeza de seus direitos, compareceu perante essa instituição, e, defendendo-se brilhantemente, provou a improcedência das acusações e a fragilidade das provas apresentadas contra si, tendo a Diretoria da Educação, por telegrama de 20 de agosto do mesmo ano, assinado pelo dr. Teodoro Ramos, reintegrado o mesmo no cargo que reassumiu imediatamente (GAZETA DE UBERABA, 1935, p. 1).

Dias depois, o jornal Gazeta de Uberaba¹⁴ (12/03/1935) publicou um artigo noticiando que o Departamento Nacional de Ensino, em cumprimento ao Parecer nº 205, havia retirado a fiscalização da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, o que, na prática, significava o não reconhecimento federal dos diplomas expedidos pela instituição.

A situação da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba ganhou repercussão. A possibilidade de fechamento da escola, com o conseqüente prejuízo de todos os alunos, levou os políticos locais, especialmente o Dr. João Henrique Sampaio, representante local na Câmara dos Deputados, a correrem em defesa da instituição. O ilustre deputado encaminhou dois telegramas, sendo o primeiro ao interventor federal no Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares; o segundo, ao ministro da educação, Gustavo Capanema, ambos apelando em defesa da escola e pedindo a sua manutenção. Respondendo ao deputado, o interventor federal enviou a ele o seguinte telegrama:

Dr. João Henrique – Uberaba – Tenho o prazer de comunicar ao presado amigo que encaminhei ao ministro Capanema, com todo interesse, seu pedido relativo á Escola de Farmácia e Odontologia dessa cidade. Cordiais saudações – Benedito Valadares (GAZETA DE UBERABA, 1935, p. 1).

No final de março/1935, os alunos da escola resolveram entrar em greve e não mais frequentarem as aulas até que o ministro Gustavo Capanema definisse a situação legal da escola e resguardasse os direitos dos alunos (GAZETA DE UBERABA, 1935). Essa situação

¹⁴ Jornal Gazeta de Uberaba é o quarto periódico criado na cidade, tendo sido distribuído pela primeira vez em 1875, sob a direção e redação de José Alexandre de Paiva Teixeira. Na primeira etapa de sua existência, foi publicado até fevereiro de 1876. Após esse período sem edição, em 27 de abril de 1879, o mesmo jornal foi recriado por João Caetano e Tobias Rosa. O jornal era um periódico semanal que, após 30 de novembro de 1894, passou a circular seis vezes por mês. Em 1º de janeiro de 1903, tornou-se de circulação diária, sendo o primeiro jornal diário que Uberaba teve. Com a morte do Coronel Tobias Antônio Rosa, em 1917, o jornal foi extinto. Cf. GAZETA DE UBERABA (Uberaba – MG). *Arquivo Público vai digitalizar acervo do Gazeta de Uberaba*. 2015. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,34796>>. Acesso em: 25 out. 2015.

sensibilizou, inclusive, o poeta Carlos Drummond de Andrade, na época alto funcionário do Ministério da Educação, o qual enviou uma nota ao jornal Gazeta de Uberaba, procurando acalmar os ânimos dos alunos e da população uberabense e afirmando que o ministro da Educação iria inteirar-se da defesa enviada pela Escola de Farmácia, antes de tomar qualquer medida punitiva. Vejamos, na íntegra, a carta do célebre poeta brasileiro:

Lendo nesse jornal que os alunos da Escola de Farmacia e Odontologia resolveram declarar-se em greve até a solução do caso daquele Instituto pelo sr. Ministro da Educação, peço-lhe tornar publico que o processo respectivo se acha na Secretaria do Conselho Nacional de Educação para ser novamente julgado na seção de Abril proximo, pois, este Gabinete observou que o primitivo parecer fôra emitido sem conhecimento da defesa da Escola, apresentada pelo seu inspetor. Mandando juntar ao processo a referida defesa, que se encontrava na Diretoria Nacional de Educação, o sr. Ministro procurou, assim, esclarecer melhor o assunto, que será resolvido dentro do criterio legal e resguardados com a providencia a que aludi, os legitimos interesses dos alunos. Saudações atenciosas. – *Carlos Drummond Andrade*, Diretor da Secretaria (GAZETA DE UBERABA, 1935, p.1).

A possibilidade de retirada do processo da fiscalização federal pelo Ministério da Educação trouxe novos ânimos aos dirigentes da escola. Após dias de apreensão, a imprensa local publicava:

[...] podemos dar ao publico a alviçareira nova de que o Conselho Nacional de Educação procederá a novo julgamento em relação á nossa Escola de Farmacia. O motivo é que, para a decisão já divulgada, não tomara conhecimento da defesa apresentada pela Faculdade de Farmácia e Odontologia. Tudo faz prever que as acusações levanamente feitas contra o importante Estabelecimento, cairão por terra, reduzidas ás suas verdadeiras proporções de ‘parti pris’ e Uberaba poderá ostentar como florão de uma das suas mais belas conquistas, a sua Escola superior, que tantos e tão assinalados benefícios vem prestando a toda esta região (GAZETA DE UBERABA, 1935, p. 1).

Após alguns meses de indefinições, em 11/10/1935, um novo Parecer (nº 206) foi emitido pelo Conselho Nacional de Educação, confirmando o anterior e novamente apontando as várias irregularidades presentes na Escola de Farmácia e Odontologia. O Parecer nº 206 concluía pedindo ao ministro da Educação as seguintes medidas punitivas contra a escola uberabense: cassação da regalia de inspeção preliminar outorgada à Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba e a revisão do registro de diplomas da escola, a fim de serem cancelados os que não estivessem de acordo com as prescrições legais (BRASIL, 1935).

A Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba apresentou defesa ao Conselho Nacional de Educação, datada em 17/10/1935, composta de quatro folhas e acompanhada por

22 documentos, na qual procurava mostrar a sua idoneidade e se prontificava a resolver todos os problemas detectados pela fiscalização (APU, 1935). Entretanto, apesar da defesa apresentada pela direção da escola, o Ministério da Educação decidiu pela manutenção das sanções. A decisão abalou definitivamente as estruturas daquela instituição de ensino, que, embora irremediavelmente ferida, continuou a funcionar.

Em 1935, a escola ainda conseguiu formar, nos exames de 1ª época, 23 odontólogos e 16 farmacêuticos. Nos exames de 2ª época, realizados no princípio de 1936, formaram-se 16 odontólogos e 18 farmacêuticos. Essas teriam sido as últimas turmas formadas pela Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba. Dentre os farmacêuticos formados na 1ª época, estava Amélia Lacerda Guaraciaba, secretária da instituição e filha de Mineiro Lacerda (APU, 1936).

Boa parte dos alunos abandonou a escola no final de 1935, mas outros apostaram na reversão do quadro e no retorno da fiscalização federal. Sem que a situação sofresse qualquer modificação favorável à escola, as aulas prosseguiram até o final do primeiro semestre de 1936, sendo que a última ata de reunião do Conselho Técnico Administrativo da escola foi datada no dia 17/05/1936 (APU, 1936).

Finalmente, dando fim à agonia da instituição, o Decreto nº 1.003, de 01/08/1936, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro Gustavo Capanema, determinou o seguinte:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve nos termos do art. 14 do decreto n. 20.179, de 6 de junho de 1931, com a redacção que lhe deu o art. 10 do decreto n. 23.546, de 5 de dezembro de 1933, suspender a inspecção da Escola de Pharmacia e Odontologia, com séde em Uberaba, Estado de Minas Geraes (BRASIL, 1936, p.1).

Esclarecemos que o artigo 14 do Decreto nº 20.179, acima citado, determinava que:

Perderá temporária ou definitivamente a regalia do reconhecimento o instituto livre que não fizer o depósito anual para o serviço de inspecção, ou deixar de cumprir as disposições legais, ou cometer quaisquer outras irregularidades graves, verificadas as duas últimas hipóteses pelo inspetor do instituto ou por inspetor especial, cabendo ao Conselho Nacional de Educação decidir, em cada caso, se a perda do reconhecimento deverá ser temporária ou definitiva (BRASIL, 1931, p. 4).

Dessa forma, com a sentença definitiva dada pelo governo federal, retirando a inspecção das faculdades, a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba viu-se desprovida da autorização federal para funcionar e foi obrigada a fechar as portas, conforme mostra um aviso publicado pela direção da escola no jornal *Lavoura e Comércio*:

Tendo sido suspensa, por decreto n. 1003, de 1º do atual, a fiscalização federal que a Escola de Farmacia e Odontologia de Uberaba gozava, a Diretoria Nacional de Educação, em ofício de 4 do corrente, dirigido á inspetoria da Escola, determinou que os seus alunos sejam transferidos para as escolas congêneres sob inspecção permanente. Determinou, ainda, a Diretoria Nacional de Educação, sejam registrados imediatamente os diplomas expedidos em 1933, inclusive os expedidos em segunda época, e os diplomados, depois daquele ano, deverão se submeter a exame de revalidação, nas cadeiras da terceira serie. Os alunos da Escola de Farmacia e Odontologia de Uberaba deverão procurar, dentro do prazo de 10 dias, na secretaria da Escola, as respectivas guias de transferencia, sob pena de perderem a matricula (LAVOURA E COMÉRCIO, 1936, p. 1).

Os arquivos da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba foram recolhidos pela Inspeção Geral do Ensino Superior, estabelecida no Rio de Janeiro. Os alunos que ainda cursavam as faculdades transferiram-se, em sua maioria, para as escolas congêneres de Ribeirão Preto e Ouro Preto. Os materiais e equipamentos foram vendidos às faculdades de Ouro Preto e Alfenas (CUNHA FILHO, 1983). Além disso, conforme fica claro no comunicado da escola, todos os farmacêuticos e dentistas formados em 1934, 1935 e 1936 foram obrigados a submeter-se a exames de revalidação de seus diplomas, feitos em faculdades reconhecidas pelo governo.

Segundo Riccioppo Filho (2007), independentemente das supostas irregularidades cometidas pela direção, o fechamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba representou um duro golpe nas famílias de Uberaba e região que não pertenciam às elites econômicas. Apesar de pagas, a instituição dirigida por Mineiro Lacerda era a única opção para aqueles que não tinham condições econômicas para custear estudos superiores em outras localidades. Embora também servissem aos interesses de um grupo capitalista, aquelas escolas tiveram o mérito de incluir uma parcela da população que, de outra forma, estaria impossibilitada de obter o diploma de nível superior.

Entendemos que as dificuldades enfrentadas pelo Instituto Zootécnico e pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Uberaba foram de ordem eminentemente política. Portanto, as contribuições deixadas por ambas vão além do legado de formação de indivíduos, na distante região do Brasil Central: a trajetória delas traçaram um caminho pelo qual era praticamente impossível prosperar como instituição de ensino naquela época, *o caminho da autonomia*. O modelo foi importante para nortear iniciativas posteriores, como a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, terceira e perene instituição de ensino superior de Uberaba, que soube se adaptar à política controladora do ensino superior vigente no País e dar continuidade, por longos anos, à graduação de odontólogos.

CAPÍTULO 3

AS MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO, A CONSTRUÇÃO E A INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

3.1 Do ensino de Madureza ao ensino superior: a evolução das instituições educacionais de Mário de Ascensão Palmério

Mário de Ascensão Palmério¹⁵ iniciou as atividades educativas com a irmã Lourencina Palmério em um cômodo localizado na Rua Vigário Silva, oferecendo cursos preparatórios não oficiais, em horário noturno, para adultos que quisessem obter certificação do ensino secundário fundamental (FONSECA, 2010, p.113).

Os cursos de Madureza (como eram chamadas essas aulas livres) dividiam opiniões: muitos consideravam o conteúdo “compactado” de qualidade duvidosa e outros classificavam esses empreendimentos como “louváveis”, porque amparavam os trabalhadores que não tinham condições de realizar “um curso longo, caro e absolutamente absorvente”, como o ginásio regular. Por mais que os cursos de Madureza fossem criticados em seu formato e conteúdo por alguns, a opinião pública defendia a oferta deles com argumentos pautados na sua utilidade para os “trabalhadores que aspiravam a um curso técnico e que precisavam dos preparatórios para poderem realizá-lo” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1940, p.2).

Mário e Lourencina anunciaram a oferta do curso de Madureza em 15 de fevereiro de 1940 (Figura 5) e, no dia 16 de março de 1940 (Figura 6), anunciaram a Admissão aos Ginásios, às Escolas Normais e às Escolas de Comércio no Liceu “Triângulo Mineiro”, ou seja, em menos de um mês, o empenho dos irmãos se direcionou no sentido de instalar cursos

¹⁵ Mineiro de Monte Carmelo, Mário de Ascensão Palmério nasceu no dia 1º de março de 1916, cursou o ensino secundário formal em duas instituições de orientação católica, ambas localizadas no Triângulo Mineiro. Em 1929, iniciou os estudos no Ginásio Diocesano de Uberaba e permaneceu até 1931. No ano seguinte, cursou a 4ª série no Ginásio Regina Pacis, em Araguari; porém, em 1933, retornou ao Diocesano para concluir os estudos do 2º Ciclo. Ao concluir os estudos secundários, o pai decidiu que Mário Palmério, então com 17 anos, deveria se inscrever na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Mário Palmério ingressou como cadete efetivo na Escola Militar do Realengo no dia 25 de abril de 1935, aos 19 anos de idade. No entanto, sua permanência foi breve. Matriculou-se, em 1939, na subseção de Ciências Matemáticas da Faculdade de Filosofia de São Paulo. No dia 2 de maio de 1939 foi nomeado para o cargo de professor interino da 12ª Cadeira do Colégio Universitário, anexo à Escola Politécnica, ligada à Universidade de São Paulo. No dia 13 de outubro de 1939 Mário Palmério se casou na cidade de Santos (SP) com a uberabense Cecília Arantes, filha de Cacildo Arantes e de Maria Pimenta Arantes. Exerceu a docência em São Paulo até dezembro de 1939, quando, aos 23 anos, abandonou a faculdade, pediu sua exoneração do colégio e, depois de cinco anos morando longe, voltou à Uberaba para fundar o *Liceu Triângulo Mineiro* em 1940 (FONSECA, 2010).

preparatórios aos exames de admissão exigidos pelos ginásios, pelas escolas comerciais, pelas escolas normais e pelos próprios cursos de madureza¹⁶.

Figura 5 – Anúncio do curso de Madureza Triângulo Mineiro.



Fonte: Lavoura e Comércio (1940).

¹⁶ Segundo Schelbauer (2003), a Reforma Benjamin Constant, a primeira decretada após a proclamação da República, destinada apenas ao Distrito Federal, desejava efetivar a instrução popular no País, tendo como princípios a liberdade, gratuidade e laicidade do ensino, marcada assim pela desoficialização do ensino abolindo a obrigatoriedade do ensino e a responsabilidade do Estado Federal.

Uma questão diferencial na Reforma de 1890 foi a extinção dos exames preparatórios e a introdução do exame de madureza, que buscava averiguar o nível intelectual do alunado para o ingresso ou não no curso superior. Esse exame cabia apenas aos estabelecimentos de ensino estaduais, com a pretensão de melhorar o ensino secundário no País. Entretanto, tal reforma não fora executada, foi apenas prorrogado o prazo de obrigatoriedade do exame de madureza. Das mudanças ocorridas na Instrução Pública, a "Reforma Benjamin Constant conserva o caráter restrito da equiparação aos estabelecimentos estaduais (Art. 24). Das tradições do Império restaura os exames de preparatórios [...]" (NAGLE, 1974, p. 145).

Nome do curso de educação de jovens e adultos – e também do exame final de aprovação do curso – que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1961. Fixava em 16 e 19 anos as idades mínimas para o início dos cursos, respectivamente, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial. Exigia, porém, um prazo de dois a três anos para a sua conclusão em cada ciclo, exigência essa abolida posteriormente pelo Decreto-Lei n° 709/69. Isso ocorreu porque a clientela dos exames de madureza era formada, na sua maioria, de autodidatas que tentavam suprir a formação escolar dentro de suas próprias condições de vida e de trabalho. Para essas pessoas somente o exame interessava (MENEZES, 2002).

Figura 6 – Anúncio do Liceu “Triângulo Mineiro”.



Fonte: Lavoura e Comércio (1940, 16 de março, p. 2).

Em 9 de julho do mesmo ano, os irmãos procuraram o Jornal Lavoura e Comércio para anunciar o curso propedêutico da Faculdade de Comércio do Triângulo Mineiro, apesar de a instituição ainda não deter a licença para o funcionamento de uma escola dessa natureza (Figura 7). A regulamentação da época¹⁷ exigia que as escolas de comércio fossem reconhecidas oficialmente pelo governo e equiparadas ao padrão federal, o que significava que o Liceu deveria contar com gabinetes, laboratórios, museus, biblioteca e instalações apropriadas “e é claro que o Liceu não possuía nada disso” (FONSECA, 2012, p. 57).

Figura 7 – Anúncio do curso de admissão ao curso propedêutico da Faculdade de Comércio do Triângulo Mineiro.



Fonte: Lavoura e Comércio (1940, 9 de julho, p. 5).

Com a expansão da escola primária pública, o ensino médio privado foi favorecido. Nos anos de 1940, 73% das escolas secundárias no País eram particulares. Nesse contexto, Mário e

¹⁷ Decreto nº20.158 de 30 de junho de 1931.

Lourencina procuraram estruturar a escola de modo que, a partir do segundo semestre de 1940, o Liceu Triângulo Mineiro passasse a oferecer o seu próprio ensino primário em “novas instalações, em prédio confortável e amplo”, conforme mensagem contida na Figura 8 (LAVOURA E COMÉRCIO, 1940). Assim, Palmério deixou o antigo endereço onde funcionava o Liceu do Triângulo Mineiro e ocupou o prédio onde funcionava o do Ginásio Brasil, fechado em 1941, em função de problemas financeiros. As novas instalações no edifício alugado na Rua Coronel Manoel Borges e o contingente de alunos transferidos do extinto colégio encorajaram Mário Palmério no empenho em instalar o seu próprio ginásio. Dessa vez, Mário Palmério organizou antecipadamente a documentação necessária para viabilizar a implantação do 1º ciclo do ensino secundário e visitou pessoalmente a Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação – DNE, na capital federal (FONSECA, 2007).

Figura 8 – Anúncio curso primário do Liceu Triângulo Mineiro.



Fonte: Lavoura e Comércio (1940. 25 de junho, p. 2).

No dia 17 de dezembro de 1941 foi efetuado o requerimento de inspeção prévia e, no dia 23 de dezembro, anunciado o primeiro curso ginásial do Liceu Triângulo Mineiro (Figura 9). O fato é que, em pouco tempo, Palmério conseguiu a autorização de funcionamento, sob regime preliminar, ofertando o 1º ciclo ginásial do ensino secundário.

Figura 9 – Anúncio do Ginásial do Liceu Triângulo Mineiro.



Fonte: Lavoura e Comércio (1941, 23 de dezembro, p. 6).

Em 1943, novamente com o influxo de antecipar-se aos acontecimentos, Mário Palmério assina contrato com a Caixa Econômica Federal visando financiamento para construção da nova sede do Ginásio do Triângulo Mineiro. A ampliação não ocorreria apenas com o intuito de manter o 1º ciclo ginásial do ensino secundário e sim implantar o 2º ciclo – o colegial. Antes de obter a inspeção permanente para o curso ginásial, ele já providenciava o local para o funcionamento do 2º ciclo. Dessa forma, a nova sede foi inaugurada em 1945 e contou com a presença de autoridades da cidade. Contudo, antes do reconhecimento do 2º ciclo do ensino secundário do Colégio Triângulo Mineiro, Mário Palmério almejava oferecer cursos de terceiro grau. Isto pode ser percebido, quando se analisa o texto publicado no Jornal Lavoura e Comércio:

De Ginásio a Colégio e de Colégio a Universidade. Quem o duvida? Os progressos da organização do prof. Mário Palmério se acentuam a passos gigantes. Se ele meter ombros à conquista maior da Universidade do Triângulo Mineiro, podemos contar certo com este cometimento. Porque com ele estará não somente Uberaba, como todas as outras comunas desta região, para apoiar o jovem professor, pioneiro destacado da causa da instrução em terras mineiras, na sua escalada sempre para o alto, cada vez mais para o alto (LAVOURA E COMÉRCIO, 1947, p.6).

Figura 10 – Liceu Triângulo Mineiro. Aviso: Escola de Comércio Triângulo Mineiro.



Fonte: Lavoura e Comércio (1942, 24 de dezembro, p. 4).

Observamos que o movimento de oferta de cursos, pelos irmãos Palmério, mostrava-se alinhado com as oportunidades e ameaças vislumbradas no cenário político educacional da época. Apesar de a oferta ser impulsiva, sem o devido cuidado em satisfazer de imediato às necessidades dos interessados, a busca pelo êxito era incansável. Sendo assim, podemos depreender dos fatos elencados que Palmério buscava uma oportunidade política e econômica que apontasse para uma área em ascensão. Naquele momento, o discurso da necessidade “vital” e utilidade social do odontólogo já começava a obter adeptos, isto porque, a partir do século XIX, a saúde bucal da população piorou progressivamente. O consumo progressivo do açúcar promoveu círculos cada vez maiores de consumidores de serviços odontológicos, alterando significativamente a demanda efetiva por cuidados bucais. Com toda a população atingida pelo problema da cárie, e não apenas um segmento da sociedade, despertava-se, finalmente, o interesse do público em relação à odontologia (CARVALHO, 2003).

Assim, utilizando a própria estrutura física do Colégio do Triângulo Mineiro, Palmério efetuou algumas adaptações em dois pavilhões, que antes se destinavam ao internato, transformando-os em novos anfiteatros, salas especiais e laboratórios, adquiriu vários equipamentos necessários ao ensino de odontologia e criou a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

3.2 Origens do curso de Odontologia de Uberaba

A ideia inicial de Mário de Ascensão Palmério em relação à instituição de ensino superior na cidade de Uberaba era a criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas e de Escolas Técnicas de Química e Eletricidade. Contudo, reconhecendo que Uberaba não era propriamente uma cidade industrial e, informado de que o município contava com algo em torno de quarenta ou cinquenta dentistas em situação regular para uma população de cerca de 70 mil habitantes, resolveu rever os planos. Assim, no ano de 1947, o professor Mário de Ascensão Palmério convidou os cirurgiões dentistas Feliciano Henriques, Edmundo Rodrigues da Cunha e Paulo Sepúlveda, para colaborarem na estruturação e organização de uma “Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro”. Posteriormente, a eles reuniram-se o cirurgião dentista Sultan Mattar e o médico Jorge Henrique Furtado, para compor o quadro docente. Foi também convidado o professor Ubiratan Novaes, da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, para estruturar a montagem do ensino odontológico uberabense (CUNHA FILHO, 1983, p. 70).

No dia 21 de agosto de 1947, designada por Portaria do Exmo. Senhor Diretor de Ensino Superior do Governo Federal, a técnica de educação Nair Fortes Bau-Merhy compareceu à sede da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro para proceder à “necessária verificação” do curso de Odontologia. Em seu relatório, a inspetora classificou como “muito expressiva” a demonstração feita pela entidade mantenedora a respeito da real necessidade do curso de Odontologia para o meio.

No referido documento, a entidade mantenedora afirma que “a ideia da fundação de um estabelecimento de ensino superior em Uberaba, que, aliás, seria o primeiro, surgiu em virtude da crise do Zebu, que em 1917 chegava ao clímax (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947)” e ainda refletia suas consequências na economia local. Conforme mencionamos, Uberaba já contara com instituições de nível superior em anos anteriores – o Instituto Zootécnico (1896) e a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba (1936). Não saberíamos precisar os reais motivos pelos quais a inspetora não contesta essa informação nem porque a mantenedora o faz, se por desinformação de ambos ou para promover uma maior valorização da atual iniciativa.

As argumentações contidas no documento dão conta da preocupação do professor Mário Palmério com a dependência econômica do município perante as atividades relativas à criação e seleção do gado Zebu, e afirma que Mário Palmério sempre manteve permanente contato com os criadores e fazendeiros da região, portanto, “pode avaliar a profundidade e os

reflexos daquela tremenda crise na vida da cidade e do Triângulo Mineiro” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947).

Ao relatar a proximidade do professor com o setor em questão, o documento enfatiza que Mário Palmério desejava, com a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, “trabalhar no sentido do surgimento de novas iniciativas destinadas a modificar o caráter unilateral até então reinantes nessa cidade” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947), ou seja, a criação do gado Zebu como atividade econômica primordial.

O texto ressalta ainda que o idealizador da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro manteve-se intimamente ligado ao problema educacional no decorrer de sua vida profissional, pois nunca exercera antes outra atividade fora do magistério¹⁸, conseqüentemente, empenhou-se a fundo para concretização do seu ideal realizando “acurados estudos sobre o assunto”, que o levaram a definir-se pelo curso de Odontologia, conforme relato ao Jornal Lavoura e Comércio:

Procurei estudar minuciosamente o assunto, entrando em contato com homens de governo, industriais, professores, etc. Procurava, antes de tudo, resposta para a minha pergunta: “Haverá condições para a instalação dos cursos Técnicos de Química e Eletricidade em Uberaba?” O exame das dezenas de respostas que recebi fez-me concluir ser ainda cedo para se tentar, em Uberaba, a criação de um instituto de ensino que exige, além de professores altamente especializados, a existência de estabelecimentos industriais capazes de proporcionar o estágio absolutamente necessário aos alunos que o frequentassem (LAVOURA E COMÉRCIO, 1947.p.1).

A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, fundada em 1947, terceira instituição de ensino superior de Uberaba e a única das três que vingou, exerceria a função de graduar jovens que aspiravam à ascensão social através da obtenção do diploma. Essa premissa pode ser previamente vislumbrada nas palavras preconizadas pelo seu idealizador e fundador, Mário de Ascensão Palmério, quando ainda cogitava a criação de uma Faculdade de ciências econômicas e de escolas técnicas de química e eletricidade. Palmério fez questão de frisar que os cursos a que se referia não deveriam ser confundidos com a instrução

¹⁸ A primeira iniciativa do professor Mário de Ascensão Palmério no campo educacional foi em parceria com sua irmã Maria Lourencina. No dia 15 de fevereiro de 1940, os dois inauguraram o curso de Madureza “Triângulo Mineiro” em um cômodo na própria casa dos pais. Ainda em parceria com a irmã, no dia 16 de março de 1940, Mário Palmério anunciou a criação do Liceu “Triângulo Mineiro”, instituição que ofereceria ensino primário, secundário e profissionalizante. No dia 26 de dezembro de 1941, Mário Palmério apresentou o curso ginasial do Liceu Triângulo Mineiro: a mais nova casa do ensino secundário de Uberaba que, em dezembro de 1942, também oferecia cursos propedêuticos e de perito-contador da Escola de Comércio do Triângulo Mineiro. Em 23 de dezembro de 1944, aconteceu a cerimônia de diplomação de treze alunos da primeira turma do Ginásio Triângulo Mineiro que, em 1945, contaria 539 estudantes em suas novas instalações (AZEVEDO, 2012).

profissionalizante, tal como ministrada no Senai, por exemplo: “Esses cursos são de *nível inferior*, formando profissionais de outro tipo: marceneiro, ferreiros, mestres dos diversos ofícios etc.” (Fonseca, 2012, p.106, grifos nossos).

O documento anexado ao relatório para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, elaborado em setembro de 1947, descreve Uberaba como uma cidade de 69,1 mil habitantes, sendo 44 mil na área urbana. Segundo o relatório, a cidade contava com 10 clubes e associações de classe, oito casas de saúde, cinco hotéis e quatro jornais (dois diários e dois semanais). A população estudantil dividia-se em três grandes colégios, três escolas de comércio, três grupos escolares, e 26 escolas municipais, em um total de 8,3 mil alunos. O município era servido por duas estradas de ferro; um aeroporto com oito linhas que faziam rotas ao Rio de Janeiro, São Paulo e a Belo Horizonte; além de uma malha rodoviária para as cidades vizinhas. Ainda segundo o relatório, Uberaba tinha uma “moderna rede de telefones automáticos”, “grandes e modernos cinemas”, além de quatorze agências bancárias e alguns estabelecimentos industriais. No aspecto profissional, a cidade contava com 52 médicos, 40 dentistas, 34 advogados, 23 farmacêuticos, 21 parteiras, 14 engenheiros, 62 enfermeiros e 144 contadores. Um relatório da polícia indica que a cidade tinha 282 automóveis de passageiros e 220 particulares, além de 67 veículos de aluguel, 284 caminhões, 124 caminhonetes, seis motocicletas e 467 carroças, carroções ou charretes (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947).

No entanto, as oportunidades vislumbradas para a criação do curso de Odontologia não se limitavam à cidade de Uberaba. O relatório de 1947 afirmava que a extensa zona territorial conhecida como “Brasil Central” não contava com nenhum estabelecimento de ensino odontológico; e essa zona compreendia todo Estado de Goiás, a maior parte do Estado do Mato Grosso, todo oeste de São Paulo e todo o Triângulo Mineiro. Além disso, para compreender a importância de um curso dessa natureza, na vida de uma cidade no porte de Uberaba, é preciso levar em conta, antes de tudo, as particularidades do contexto da saúde bucal da época protagonizadas pela figura do inesquecível “prático”, que atendia precariamente e de forma itinerante a população urbana e rural da cidade (CUNHA FILHO, 1983, p. 46).

Mário Palmério classificou sua preferência pela oferta de um curso de Odontologia como sendo “mais adequado e oportuno”, deixando implícitas as razões da adoção do curso cujo estabelecimento deveria ser destinado a ministrar, e termina profetizando que a iniciativa representava a “pedra fundamental do futuro grande edifício universitário”.

A “boa vontade” em relação ao município de Uberaba é facilmente encontrada nos relatos favoráveis à instalação da Faculdade de Odontologia encontrados no relatório final de inspeção do governo. Na descrição da sua localização, por exemplo, além dos dados geográficos, a região é classificada como “zona de grandes riquezas naturais e que, por suas condições geográficas, de clima e, sobretudo, de potencial elétrico” (grandes e poderosas cachoeiras: cachoeira Dourada, cachoeira dos Patos, cachoeira do Maribondo, dos índios, da Onça, Paião, Canal de S. Simão, etc.), a região fora “estudada e preferida para a localização da futura Capital Federal”.

O momento econômico que vivia a cidade realmente contribuiu para a instalação da Faculdade de Odontologia, porém, é preciso dizer que, de fato, a escola de Palmério contava com a estrutura básica para sua instalação. Pelo menos era isso que constatou o “Relatório para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro”. Como dissemos, a vistoria teve início no dia 21 de agosto de 1947 e levou alguns dias. Ao analisar a escrita financeira da entidade mantenedora, a inspetora verificou que o estabelecimento de ensino contabilizava um ativo de 4,2 milhões de cruzeiros e um passivo de 1,1 milhão (referente ao financiamento da Caixa Econômica Federal), de modo que o patrimônio líquido girava em torno de 3,1 milhões. As rendas eram provenientes das taxas de alunos no Colégio e da Escola de Comércio. A receita bruta de 1946 havia alcançado 530 mil cruzeiros; a renda líquida, por sua vez, perfizera 91 mil – ou seja, 17% da receita (já incluída no cálculo a amortização do empréstimo). A previsão orçamentária para 1947 projetava 478 mil cruzeiros de receita bruta e 81,2 mil de renda líquida. Não seria precipitado afirmar que o professor Mário de Ascensão Palmério, por força de suas ousadas iniciativas no campo educacional, executou um plano de “ascensão” articulado, utilizando técnicas de *marketing* ainda não formalizadas, como análise do ambiente e comunicação integrada, além de promover a diversificação dos serviços prestados.

Figura 11 – Visita técnica para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Técnica de Educação Nair Fortes Bau-Merhy (ao centro), o casal Mário de Ascensão Palmério (à esquerda) e Dona Cecília Palmério (à direita) e os filhos Marcelo e Marília Palmério.



Fonte: Arquivo Universidade de Uberaba (s/d).

Tendo em vista a avaliação francamente favorável, Palmério aguardou com segurança a iminente chancela governamental. Antes disso, no dia 5 de agosto de 1947, uma manchete na capa do jornal *Lavoura e Comércio* noticiou, com o máximo destaque, a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a mais nova empreitada do professor Mário Palmério. Na realidade, o curso ainda não havia sido oficialmente autorizado, pois, segundo o relatório, a decisão de oferecer o curso de Odontologia fez com que Mário Palmério tivesse que adaptar o conjunto de edifícios de sua propriedade e onde funcionavam o Colégio e a Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro, estabelecimentos também por ele criados.

Depois de mais de dois meses da inspeção, o Decreto nº 24.132, de 27 de novembro de 1947, autorizou o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro em Uberaba (BRASIL, 1947). O primeiro edital anunciando os exames de habilitação à

Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi publicado no *Lavoura e Comércio*, em 20 de dezembro de 1947. O texto informava que seriam ofertadas sessenta vagas para o 1º ano do curso e que as inscrições seriam encerradas no dia 20 de janeiro de 1948.

Figura 12 – Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.



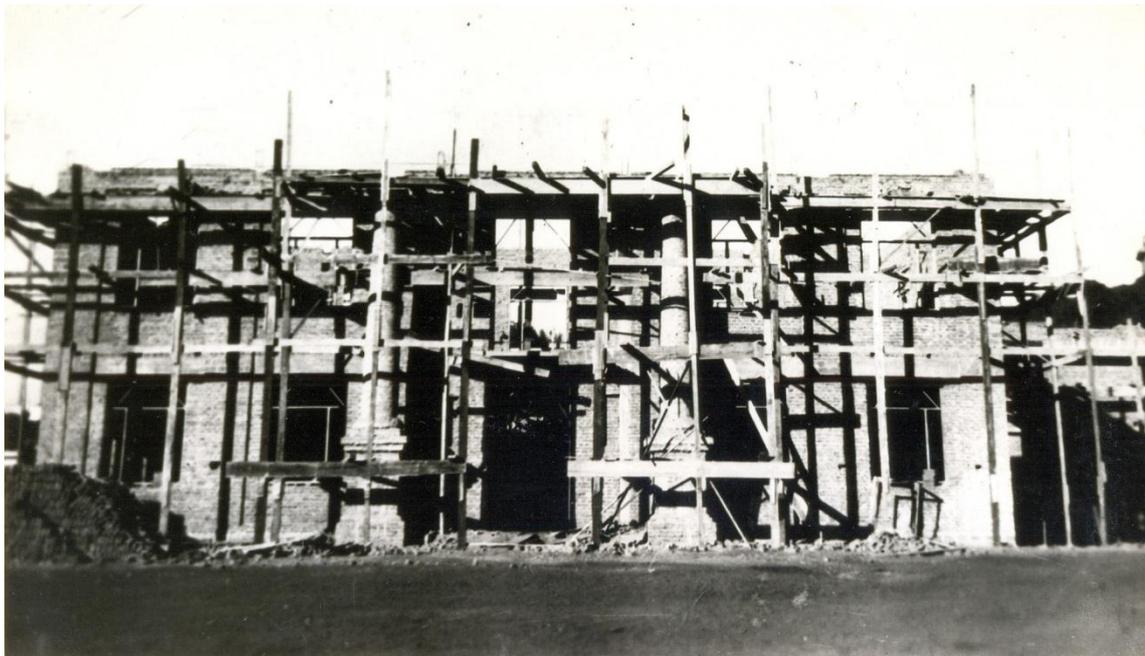
Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

Entendemos que o momento econômico da cidade de Uberaba, somado à proposta de um empreendimento destacado da tradicional atividade de criação e seleção de gado Zebu do município, perfizeram a matéria-prima de criação e instalação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. A iniciativa foi uma aposta do professor Mário de Ascensão Palmério, já bem-sucedido em iniciativas anteriores, em parceria com a comunidade e os profissionais da área que apoiaram a iniciativa e se engajaram na consolidação da instituição. É fato que as pretensões políticas do criador da Faculdade de Odontologia de Uberaba facilitaram a aprovação e o apoio do governo àquela iniciativa. Mário Palmério era um sujeito articulado e convincente, o que atraía muitos adeptos para suas ideias. A total resiliência às condições federais de equiparação do curso à Universidade do Rio de Janeiro também foi o agente facilitador das negociações com a inspetoria da união. A autorização foi unânime e o conseqüente reconhecimento do curso em três anos, esperado como certo, de fato ocorreu: em 25 de julho de 1950, o Decreto 28.416 concedeu reconhecimento ao curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, em Uberaba.

3.3. Características do prédio da faculdade: projeto, implantação, estilo e organização do espaço

Em meados de 1943, Mário Palmério viajou a Belo Horizonte para negociar, na Caixa Econômica Federal, a concessão de um volumoso financiamento para edificar as novas instalações do Ginásio do Triângulo Mineiro, pois o “aumento crescente dos alunos [...] vinham tornando o velho edifício da Rua Manoel Borges, atual sede do Liceu, inteiramente inadequado para as finalidades que se têm em vista” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1943, p.2). No dia 10 de outubro de 1943, depois de vários meses de negociação, Mário Palmério assina, com a Caixa Econômica Federal, o contrato de financiamento para a construção do Ginásio do Triângulo Mineiro (LAVOURA E COMÉRCIO, 1943, p.6). De acordo com um relatório posterior, o empréstimo deveria ser amortizado por meio de anuidades de 180 mil cruzeiros, por um prazo de 15 anos (Relatório para efeito autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, 1947).

Figura 13 – Construção do conjunto de edifícios do Colégio e Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

O projeto de autoria do engenheiro Abel Reis (o mesmo inspetor da Escola de Comércio) e traçado pela Construtora Brasil Central previa a construção de seis pavilhões independentes, onde seriam instalados, respectivamente: 1. A seção de administração, a

biblioteca, a sala de professores e o auditório; 2. As doze salas de aulas e os alojamentos para alunos internos; 3. Os laboratórios de física, química, geografia e desenho, assim como a “sala-museu” das disciplinas de história; 4. O refeitório e a cozinha; 5. o ginásio de educação física; 6. Os vestiários.

O pavilhão central teria o nome de “Vitório Marçola”, uma homenagem de Mário Palmério ao industrial que o auxiliou “moral e financeiramente” na criação do Liceu (LAVOURA E COMÉRCIO, 1943, p.2). Outro importante pavilhão, um dos “maiores e mais suntuosos”, nas palavras do Lavoura e Comércio (1943, p.1), seria batizado de “Afrânio Azevedo” – um reconhecimento ao célebre pecuarista que apadrinhou dezenas de alunos do ensino secundário (AZEVEDO, 2012, p.87).

Com a decisão tomada de instalar, no mesmo prédio, a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, o próximo passo foi “adaptar o conjunto de edifícios de sua propriedade”. Segundo o relatório de 1947, “o antigo internato foi transformado em salas especiais, laboratórios e clínicas especializadas para o ensino da odontologia (Relatório para efeito autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, 1947)”.

A inspetora Nair Fortes Bau-Merhy explica, em seu relatório, que a entidade mantenedora possui um conjunto de quatro edifícios designados, respectivamente, como Pavilhão nº1, nº2, nº3 e nº4 e que a construção de tais blocos foi terminada em 1945. No início do ano de 1947, o Pavilhão nº 4 sofreu uma readaptação para a instalação da Faculdade de Odontologia.

A inspetora apontou que, naquele tempo, o terreno da escola já contava com 7 mil m², com área livre de 4 mil m² e mais 2,7 mil m² de área construída (somando-se os pavimentos térreo e superior). A inspetora valeu-se do recente relatório de fiscalização do ensino secundário para atestar a “prova de satisfação” das exigências de estrutura física, ainda que procurasse focalizar apenas os edifícios destinados à faculdade. “Os edifícios são de estrutura de concreto armado, especialmente para fins de ensino, atendendo-se ao disposto pela Saúde Pública, para edifícios desta natureza (Relatório para efeito autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, 1947)”. Fortes conferiu também o aparelhamento de laboratórios, auditórios, salas especiais e demais dependências, além do material didático já disponível para o início das atividades, como modelos anatômicos, lâminas, microscópios, esterilizadores e compostos químicos.

Figura 14 – Sala de Ortodontia e Odontopediatria (vista parcial).



Fonte: Relatório para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (s/d).

A inspetora faz uma ressalva sobre a organização da biblioteca que, no momento, estava fundida numa única para todos os cursos, porém enfatizou que “a Biblioteca especializada para a Faculdade está em organização na sala anexa ao anfiteatro nº 1 e tem área de 22,00 mqs”.

O relatório confirmou que os gabinetes dentários da marca *S.S. White*, destinados à iniciação da prática odontológica, por sugestão de Ubiratan Novais, eram da mesma qualidade que observara na Universidade de Minas Gerais. Ao inspecionar o salão de clínicas e as salas de patologia e terapêutica aplicadas, ortodontia e odontopediatria, técnica odontológica e esterilização, a policlínica foi considerada plenamente adequada para desempenhar a tarefa de coordenação das atividades do currículo odontológico.

Por fim, a inspetora concluiu que as instalações ofereciam todos os recursos exigidos para o funcionamento do curso de Odontologia, que Uberaba apresentava as condições necessárias à criação de uma instituição de ensino superior e que o curso representava real necessidade para a cidade: “A instalação da faculdade virá além do mais, prestar relevantes serviços à população pobre da cidade, por meio de sua policlínica, contribuindo para o plano de assistência social em que se veem empenhados Governo Federal, Estadual e local” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947).

Figura 15 – Pavilhão nº4.



Fonte: Relatório para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (s/d).

Em cumprimento às exigências do Art. 4º da Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, nova comissão foi designada pela portaria nº 75, de 3 de novembro de 1949, para proceder à verificação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro que, naquele momento, requeria seu reconhecimento.

A comissão composta pelos inspetores Francisco Olybano Rosas, Eugênio Gomes de Carvalho e Miguel Magalhães da Silveira assinaram o relatório datado de 20 de novembro de 1949, que recomendava o reconhecimento do curso de Odontologia da Faculdade do Triângulo Mineiro, ressaltando “a magnífica impressão que causou a todos os membros da comissão as atuais instalações da Faculdade” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947).

É fato que nos três primeiros anos de seu funcionamento, a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro logrou sucesso no preenchimento de suas vagas e as melhorias na estrutura da faculdade foram sensivelmente sentidas. O patrimônio da entidade mantenedora, segundo o relatório, atingira a soma de 3 milhões, 270 mil e 685 cruzeiros e as rendas da mantenedora continuavam provenientes das taxas e mensalidades de alunos nos cursos de seus vários estabelecimentos de ensino, tais como: Colégio do Triângulo Mineiro, Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro e da própria Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Além dessas naturais fontes de rendas da entidade mantenedora, previa o

relatório que a Faculdade de Odontologia, muito em breve, contaria com uma subvenção de 200 mil cruzeiros anuais, em virtude de um convênio estabelecido com o governo do Estado de Minas Gerais, cujo projeto fora aprovado e que dispunha sobre a organização dos serviços dentários destinados a atender várias cidades triângulinas.

O convênio celebrado entre o governo do Estado de Minas Gerais e a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi estabelecido para atender a necessária ampliação do serviço de assistência dentária à população escolar e à zona rural do município de Uberaba, conforme disposto na Lei nº 152 (RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO, 1949), no dia 27 de maio de 1949, na presença de José Baeta Viana, Secretário de Saúde e Assistência; Dr. José de Magalhães Pinto, Secretário de Finanças, e Mário de Ascenção Palmério, diretor da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

Os relatores do processo de reconhecimento do curso de Odontologia reafirmaram a disposição inicial dos prédios em quatro edifícios distribuídos de modo a atender às necessidades do ensino que é ministrado. Especificam que no pavimento térreo do edifício nº 1, seis das oito dependências eram utilizadas pela Faculdade, sendo elas o saguão, a diretoria, a secretaria geral, a sala dos professores e duas instalações sanitárias. O pavimento superior compreende o Auditório e dependências medindo 200,00 mqs.

Figura 16 – Biblioteca.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

O edifício nº 2 compunha-se de dois pavimentos. O pavimento superior não era utilizado pela Faculdade, porém, o pavimento térreo constava de cinco dependências, sendo

que ela ocupava três: a sala de anatomia, a sala de microbiologia, histologia e fisiologia e a sala de metalurgia e química.

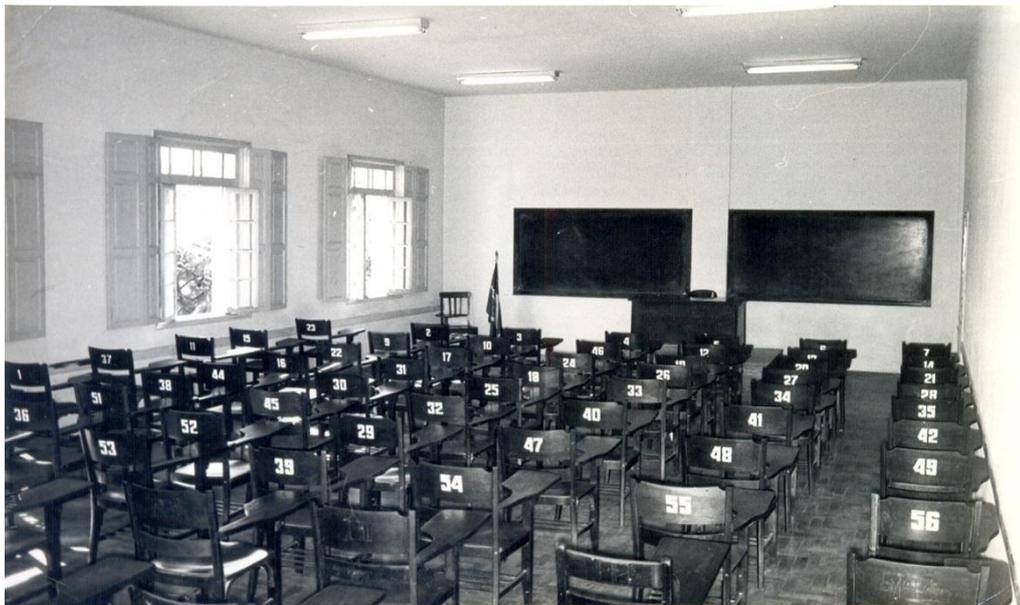
Figura 17 – Secretaria.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

Segundo os relatores, o edifício nº4, também de dois pavimentos, tinha o pavimento superior composto por seis anfiteatros, a biblioteca e dois sanitários, todos utilizados pela Faculdade.

Figura 18 – Anfiteatro.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

Prosseguindo à descrição de todo o material existente na faculdade, explicam que as dependências destinadas ao ensino de Clínica Odontológica, Patologia e Terapêutica Aplicadas, Ortodontia e Odontopediatria, Prótese Buco-Facial, Técnica Odontológica e Prótese Dentária foram reunidas em departamentos que constituem a Policlínica da Faculdade, com serviços instalados na sede dela, nos estabelecimentos de ensino primário da cidade e nos serviços volantes à zona rural, resultado do convênio com o governo do Estado anteriormente mencionado.

A comissão declara que percorreu todas as instalações e examinando-as “detidamente” colheu as melhores impressões principalmente da Policlínica, que compreende as seguintes dependências: secretaria; Salão de Clínicas; Seção de Semiologia e Raios X; Sala de Ortodontia e Odontopediatria; Patologia e Terapêuticas Aplicadas; Prótese Buco-Facial e Cirurgia; Técnicas Odontológicas; Prótese Dentária.

Figura 19 – Semiologia e Raio X.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

Ainda de acordo com o relatório, as instalações eram higiênicas, sendo os pisos dos laboratórios, gabinetes e, em geral, de todas as dependências da Policlínica, de ladrilho hidráulico encerado. A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, naquele momento, era dirigida pelo Dr. Feliciano da Silva Henriques, assessorado pelo secretário Benedito do Espírito Santo e pelo contador Júlio de Oliveira Maia.

Figura 20 – Policlínica.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

O prédio que receberia a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, em 1947, fora concebido e construído para acolher a Escola de Comércio do Triângulo Mineiro e o Ginásio do Triângulo Mineiro. Idealizado pelo arquiteto Abel Reis, o prédio, mais tarde, teria seu projeto modificado com o propósito de acomodar o curso de Odontologia da Faculdade do Triângulo Mineiro. Vale ressaltar que o estilo arquitetônico dele lembra o projeto orientado pelo arquiteto italiano Marcello Peacentini para a cidade Universitária, primeiro efeito da promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras¹⁹ (CUNHA 2007).

¹⁹ Depois da recusa de dois projetos orientados pelos cânones da arquitetura moderna, um de *Le Corbusier*, outro de Lúcio Costa, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, em julho de 1935, convocou o arquiteto italiano Marcello Peacentini, o mesmo que tinha acabado de concluir o plano da Universidade de Roma. Este, enviado pelo governo italiano, com seu assistente, Vittorio Morpugo, elaborou o projeto finalmente aprovado, bom exemplo da arquitetura fascista.

Figura 21 – Maquete do Prédio da Reitoria da Cidade Universitária do Rio de Janeiro. Projeto de Marcello Piacentini.



Fonte: Schwartzman e outros (1984).

Os prédios projetados por Peacentini estavam “dispostos ao longo dos lados de um retângulo, marcados por altas colunas em toda a volta. A reitoria ocupava um prédio mais alto e de colunas mais elevadas, em um dos lados menores, como um patriarca à cabeceira da mesa”. Segundo Cunha, a disposição espacial não deixava dúvidas que ali era a sede do poder. (CUNHA, 2007, p. 271).

Figura 22 – Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.



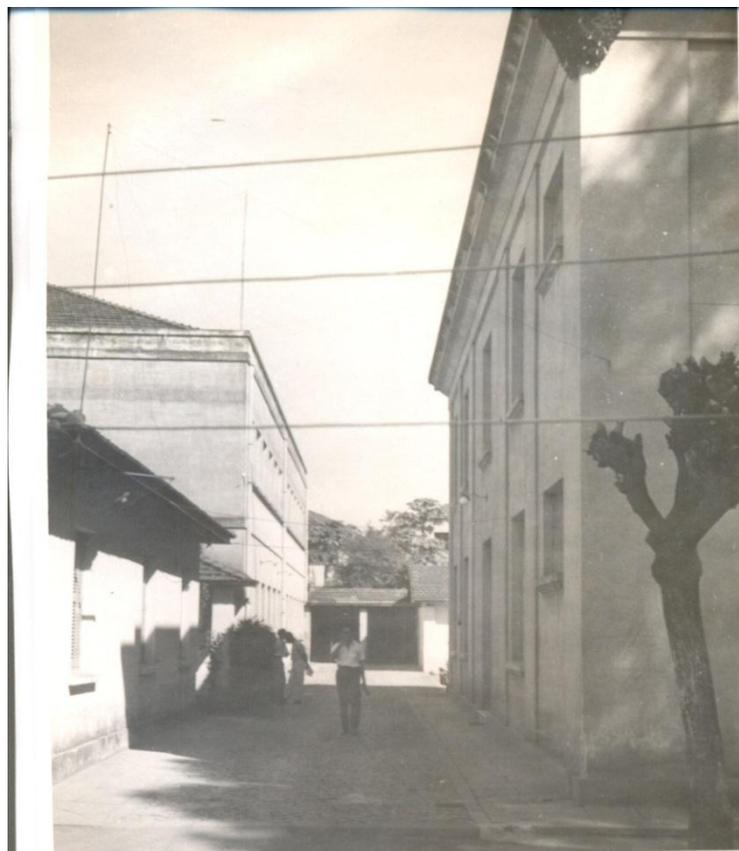
Fonte: Acervo da Universidade de Uberaba (s/d).

Figura 23 – Faculdade de Odontologia e Direito do Triângulo Mineiro – Pavilhões.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

Figura 24 – Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro – Pavilhões.



Fonte: Acervo Universidade de Uberaba (s/d).

Ao analisarmos o estilo arquitetônico²⁰ da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, é interessante notar a semelhança entre as concepções que presidiram a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, por Francisco Campos, na Universidade do Rio de Janeiro, nos marcos da política educacional autoritária do Estado Novo, principalmente por suas imponentes colunas. No modelo federal, a ideologia autoritária legitimava um regime político autoritário, organizado por elites nela formadas e difusoras dessa mesma ideologia por toda “coletividade” (CUNHA, 2007, p.269). A adesão ao regime autoritário do Estado Novo, pela instituição que ora se constituía, era evidente no estilo arquitetônico do prédio da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, uma construção composta por pavilhões que circundavam o prédio central de colunas altas²¹.

3.4 Apontamentos sobre o perfil discente e docente

Conforme mencionamos no início deste trabalho, aquilo que chamamos de ensino superior, segundo Cunha (2007), não possui um critério unificador para ter sua história pesquisada, isto porque é inútil procurar um conteúdo condutor explícito nos programas de ensino ou uma característica comum das instituições que ministram ensino superior, pois ele é encontrado em conventos, hospitais, quartéis e, até mesmo, em instituições especializadas: escolas, colégios, faculdades, academias, universidades. Diante disso, conclui o autor, “o ensino superior é aquele que visa ministrar um saber superior”.

Cunha explica que:

Numa formação social, concebida historicamente, não se encontra apenas um saber, mas vários: esquematicamente, os saberes dominantes (das classes dominantes) e os saberes dominados (das classes dominadas). Todo ensino, operando necessariamente por meio de um aparelho escolar, propõe-se a ministrar um saber dominante²² mas *não todos* os saberes dominantes. Eles estão hierarquizados, de modo que há saberes dominantes inferiores (por exemplo, o domínio da lei e da escrita na língua dominante) e saberes superiores (por exemplo, o domínio das práticas letradas mais complexas e da filosofia com e sem aspas) (CUNHA, 2007, p. 18).

²⁰ Estilo arquitetônico é uma expressão utilizada com o fim de classificar períodos da história da arquitetura de acordo com suas características formais, técnicas e materiais.

²¹ Suas linhas eram semelhantes às daquela universidade (de Roma), tendo, em seu núcleo, prédios dispostos ao longo dos lados de um retângulo, marcado por altas colunas em toda a volta. A disposição espacial não deixava dúvidas que ali era a sede do poder e que estudantes e professores não passavam de meros insignificantes contidos naquela massa simétrica e ordenada (CUNHA, 2007, p. 271).

²² Não se deve pensar, entretanto, que essa função de ensinar um saber dominante se faz sem contradições. O próprio conteúdo do ensino, mesmo enquadrado no saber dominante, pode contribuir para dissolver esse saber e as relações que o colocam em posição dominante. Contradições como essa podem ser encontradas no ensino de Direito das faculdades do Império, por exemplo.

O concurso de habilitação realizado no dia 08 de março de 1948, destinado à formação da primeira turma do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, contou com trinta e nove inscritos, dos quais, trinta, cursaram o segundo ciclo do ensino secundário (Científico) em Colégios particulares e apenas nove em colégios públicos estaduais ou municipais. Nesse primeiro concurso vestibular foram oferecidas sessenta vagas e todos os inscritos foram aprovados e requereram matrícula no dia 15 de março do mesmo ano. A maioria dos candidatos era proveniente do Estado de São Paulo (29), seguido de Minas Gerais (5), este representado por candidatos das cidades de Ituiutaba, Passos e Frutal. Nesse primeiro concurso, não houve nenhum candidato natural da cidade de Uberaba²³.

Pode-se inferir da procedência dos candidatos (a maioria proveniente de Colégios particulares) o extrato social a que pertenciam, uma vez que poucas eram as famílias com posses suficientes para manter os custos dos estudos de seus filhos em instituições particulares naquela época.

Cabe aqui ressaltar que os argumentos apresentados no anexo XII do Relatório para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, acerca da manifesta utilidade de natureza cultural da cidade de Uberaba²⁴ em receber uma instituição de ensino superior, foram colocados em xeque frente à expoente procura dos candidatos vindos do Estado de São Paulo. O fato revelava, na verdade, uma demanda polarizada, consequência da política educacional marcadamente discriminatória que promoveu, entre outras, o favorecimento das regiões mais desenvolvidas do País.

Ainda sobre esse fato, destaca-se, como importante ponto de análise, a ausência de candidatos naturais da cidade de Uberaba no primeiro concurso de habilitação para o curso de Odontologia da instituição do professor Mário de Ascensão Palmério. A cidade que obteve seu primeiro curso de nível superior no ano de 1896, com a criação do Instituto Zootécnico, e, mais tarde, em 1927, com a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, manteve sua desconfiança em estabelecimentos dessa natureza supostamente causada pelo fracasso de ambas as instituições de ensino.

A Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba – Efou, após formar cinco turmas de dentistas (a primeira em 1929 e a última em 1934), teve, por um parecer do Conselho Nacional de Educação, a sua suspensão decretada em agosto de 1936 devido a irregularidades

²³ Relatório da Inspeção Federal da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. [Arquivo Universidade de Uberaba]

²⁴ O relatório afirmava que o estabelecimento de ensino superior atenderia toda a extensa zona territorial conhecida como “Brasil Central”, que compreendia todo o Estado de Goiás, a maior parte do Estado de Mato Grosso, todo o oeste do Estado de São Paulo e todo o Triângulo Mineiro.

apontadas no relatório da fiscalização federal. Já o Instituto Zootécnico, importante vetor de desenvolvimento de pesquisas de melhoria do rebanho bovino local, foi igualmente extinto em 1898 devido à falta de recursos necessários à manutenção de seu funcionamento.

O Projeto de Regimento Interno da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro rezava, em artigos e capítulos, as normas para condução dela e seus fins, da administração, da organização didática, do regime escolar do corpo docente, do corpo discente, dos prêmios escolares, dos órgãos administrativos, do diretório acadêmico e do regime disciplinar. No capítulo II, Dos professores catedráticos, artigo 83º, encontramos a seguinte determinação:

O candidato deverá apresentar à secretaria, no ato da inscrição: 1) Prova de ser brasileiro; **2) Atestado de sanidade;** **3) Atestado de idoneidade moral;** 4) Prova de estar em dia com as obrigações militares; 5) Diploma expedido por instituto de ensino superior, oficialmente reconhecido, onde haja recebido ensino equivalente da disciplina em concurso, devidamente registrado no Ministério de Educação e Saúde. 6) Cincoenta exemplares da tese escrita sobre assunto da disciplina em concurso; 7) Título de professor catedrático, adjunto ou de docente livre, por concurso, de faculdades oficiais ou reconhecidas; ou prova de haver concluído o curso profissional pelo menos seis anos antes. (Relatório para efeito autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, 1947, p.24, grifos nossos)

Nota-se a exigência, aos egressos do curso de Odontologia (Figura 25), a apresentação dos mesmos documentos de comprovação de conduta (em grifo) exigidos dos candidatos a professores catedráticos, ou seja, a seletividade intelectual promovida pelo exame de habilitação ao curso superior e a *seletividade moral dos candidatos* a graduandos do curso de Odontologia (pela comprovação documental no ato da matrícula). Isso revela a influência religiosa e sanitarista presente nas diretrizes políticas e educacionais da época.

Acerca da organização didática do curso de Odontologia da Faculdade do Triângulo Mineiro, o Regimento Interno previa as seguintes cadeiras: Anatomia; Histologia e Microbiologia; Fisiologia; Metalurgia e Química aplicadas; Técnicas Odontológicas; Clínica Odontológica (1ª cadeira); Clínica Odontológica (2ª cadeira); Prótese; Prótese Buco-Facial; Patologia e terapêutica aplicadas; Ortodontia e Odontopediatria; Higiene e Odontologia Legal, todas distribuídas em três anos de curso.

Depreende-se, dessa organização curricular, o caráter fundamentalmente utilitarista²⁵, criado para atender às necessidades de ordem prática das classes hegemônicas e que tinham como efeito último o bem-estar dessas elites (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 43).

²⁵ Segundo Mill (2007, p.90), a doutrina utilitarista defende que a única coisa desejável como finalidade das diversas ações humanas (incluindo a educação escolar) deve ser a felicidade dos indivíduos e o bem geral; todas

Figura 25 – Histórico Escolar do Curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO
UBERABA – M. Gerais

HISTÓRICO ESCOLAR
CURSO DE ODONTOLOGIA

Aluno: **ANTONIO COLUSI**

Filiação: { Pai: **José Colusi**
Mãe: **Thereza Colusi**

Nascido a **9 de Agosto de 1923**

Natural de **Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo**

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Atestados de: **Idoneidade moral;**
Sanidade física e mental;
Carteira de identidade;
Atesto para fins previsto na Portaria nº 605, de 23
de dezembro de 1947.
Certidão de idade;
Fichas modelos 18 e 19;
Recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Fonte: Arquivo da Universidade de Uberaba (s/d).

As normas de organização do corpo docente constantes no Regimento Interno da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro exigia dos professores catedráticos, entre outros deveres, dar, no mínimo, 12 aulas por mês, realizar aulas práticas, submeter os alunos a provas parciais e provas finais regulamentares, fornecer as notas das provas e trabalhos à secretaria dentro dos prazos fixados, apresentar relatórios quando solicitado, fazer parte das comissões examinadoras e outras as quais for designado pelo diretor, manter rigorosamente em dia o diário de classe da cadeira que estiver lecionando, destinar, semanalmente, uma hora de sua atividade para atender a consulta dos alunos, cabendo-lhe ainda, além de suas funções normais no ensino, *promover e estimular pesquisas que concorram para o progresso da ciência* (grifos nossos). Tais exigências denotam a intenção manifesta de transferir para a figura do professor a total responsabilidade sobre a efetivação das funções dos estabelecimentos de ensino que, no caso da criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, representaria para Uberaba, “sob o ponto de vista profissional ou manifesta utilidade de natureza cultural”, os seguintes resultados:

As atividades científicas de um curso de Odontologia (conferências, visitas de professores de outros institutos, concursos, cursos de especialização, intercâmbio cultural, publicações de trabalhos científicos e de pesquisa, etc.,

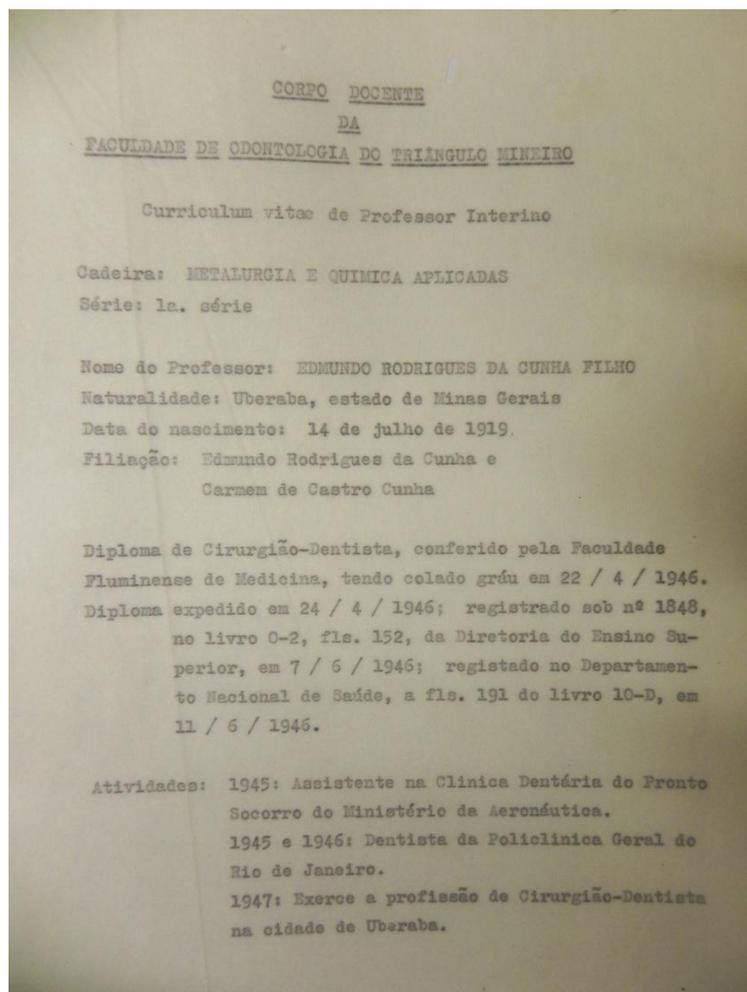
as outras coisas seriam apenas desejáveis como meios para tal finalidade. Por outro lado, ao defender sua própria felicidade, as classes dominantes criaram, no Brasil e em outros países ocidentais, um modelo de ensino superior direcionado ao seu próprio bem-estar e não para beneficiar a sociedade como um todo, deturpando as premissas do utilitarismo original.

etc.) enriquecerão, sobremaneira, o cabedal de cultura dos profissionais a este ligados, contribuindo, de maneira eficiente, para a grande causa da educação, cultura e saúde do povo brasileiro (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947).

Para exercer as funções de professor responsável pelas cadeiras do curso de Odontologia da Faculdade do Triângulo Mineiro, foram escalados profissionais graduados em Medicina e Odontologia, que assumiram a função de “professor interino” daquela instituição, nos primeiros anos do funcionamento dela. Para efeito de análise, destacamos o currículo do professor Edmundo Rodrigues da Cunha Filho (Figura 26), natural de Uberaba, formado pela Faculdade Fluminense de Medicina em 1946. O professor Edmundo era o único cirurgião-dentista do corpo docente da primeira série. No currículo anexado ao Relatório para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, está relatada a experiência do dele na assistência a pacientes na Clínica Dentária do Pronto-Socorro do Ministério da Aeronáutica (1945) e posteriormente como Dentista da Policlínica Geral do Rio de Janeiro (1945 a 1946). Percebe-se que todas as funções e deveres mencionados nas normas de organização do corpo docente, com todas as suas especificidades, foram delegados a um recém-formado cirurgião-dentista, carente de experiência e formação específica para o exercício da carreira docente.

Os alunos da primeira turma do curso de Odontologia colaram grau no dia 12 de dezembro de 1950, no salão do Cine Metrópole, com a presença de “altas autoridades federais, estaduais, municipais, professores, representantes da imprensa e seleta assistência” (Ata de colação de grau. 1ª turma. Curso de Odontologia - 1950).

Figura 26 – Curriculum Vitae do professor Edmundo Rodrigues da Cunha Filho.



Fonte: Arquivo Universidade de Uberaba (s/d).

O paraninfo da primeira turma de cirurgiões-dentistas da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro foi o professor Mário de Ascensão Palmério, homenagem dos graduandos ao fundador da instituição que os acolhera. Porém, as personalidades eleitas como paraninfas das demais turmas, por via de regra, constituíam expoentes personalidades políticas de então, como prefeitos, deputados e até presidentes, preferência que denotava a íntima relação entre a referida graduação e a aspiração social dos graduandos.

O paraninfo da segunda turma do curso de Odontologia (1951) foi o “Sr. Dr. Américo Renné Gianett, digníssimo prefeito de Belo Horizonte”; o paraninfo da terceira turma (1952) foi o Dr. Adhemar Pereira de Barros, ex-governador do Estado de São Paulo. A terceira turma da recém-criada Faculdade de Direito (1951), cuja colação foi realizada juntamente com a turma de cirurgiões-dentistas, foi apadrinhada por nada mais, nada menos que o presidente Juscelino Kubitschek.

Figura 27 – Primeira Turma de formandos do curso de Odontologia (1950).



Fonte: Arquivo Universidade de Uberaba (s/d).

A figura de Mário de Ascensão Palmério tinha uma relevância muito grande na cidade de Uberaba. Filho de um imigrante italiano e uma mineira de Rio Novo (MG), o autor de *Vila dos Confins* era dotado de uma inata capacidade retórica e um peculiar espírito empreendedor, predicados que se somavam ao envolvimento estreito que ele mantinha com a questão educacional, perfazendo uma fórmula de sucesso que sobreviveria por décadas.

Por ocasião da formatura da primeira turma de cirurgiões-dentistas, viu na colação de grau da primeira turma da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, não apenas um momento comemorativo, mas, também, uma oportunidade para marcar simbolicamente o fato e valorizar o momento. Através do plantio da árvore simbólica da primeira turma de Odontologia, o professor Mário Palmério, Dona Cecília e o filho do casal, Marcelo, marcaram em torno daquele ato, o nascimento e o crescimento daquele curso, que há três anos fincava suas primeiras raízes e, naquele momento, colhia seu primeiro fruto.

Figura 28 – Professor Mário Palmério, Dona Cecília e Marcelo – Plantio da árvore simbólica/ formatura da 1ª Turma de Odontologia.



Fonte: Arquivo Universidade de Uberaba (s/d).

Por fim, analisamos o parecer apresentado pela técnica de educação, Nair Fortes Baumery, em setembro de 1947, por ocasião da autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, nas suas palavras finais, para entendermos o interesse estreito pelas instituições oriundas da iniciativa privada como política de delegação de responsabilidades aos empreendimentos particulares de ensino, na década de 1940.

Visitei, em Uberaba, os principais clubes, associações de classe e estabelecimentos de ensino. Como é sabido, a Sociedade de Cultura Inglesa só se instala nos grandes centros culturais. E, aqui, encontrei, já florescente, essa Sociedade, que conta com cerca de 100 alunos. Os estabelecimentos de ensino secundário causaram-me verdadeira surpresa pelos edifícios e instalações, que correspondem aos dos centros mais adiantados do país. O grande número de casas de saúde e clínicas especializadas [...] fazem desta cidade uma das mais bem aparelhadas no setor da saúde pública. E o que mais impressiona é que tudo isso é fruto exclusivo da iniciativa particular (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1947).

Depreende-se dos fatos apresentados, a importância que a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro exerceu no período em questão e a participação de seu fundador, Mário de Ascensão Palmério, no alcance desse mérito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo privilegiou a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, pedra angular da Sociedade Educacional Uberabense, mantenedora da sexagenária Universidade de Uberaba – Uniube, organização que foi reconhecida como Universidade no ano de 1988 e hoje representa uma das mais bem-sucedidas e longevas iniciativas educacionais do País. Criada por Mário de Ascensão Palmério, em Uberaba, 1947, mesmo ano em que obteve a autorização para funcionar, no dia 27 de novembro.

A comissão que visitou a instituição considerou satisfatória a performance do curso de Odontologia e concedeu o reconhecimento dele no dia 20 de novembro de 1949. Esse reconhecimento foi efetivado no dia 25 de julho de 1950, pelo Decreto nº 28.426, e, desde então, o curso de Odontologia gradua odontólogos, de forma ininterrupta, desde a data de sua fundação.

As condições econômicas e geográficas de Uberaba no final do século XIX e início do século XX perfizeram a base para a edificação de diversas propostas educacionais. O Instituto Zootécnico (1896) e a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba (1936), instituições pioneiras na cidade e na região, projetaram a vocação educacional da cidade e abriram o árduo caminho perseguido pela Sociedade Educacional Uberabense. Sem o legado dessas instituições, talvez o professor Mário de Ascensão Palmério não vislumbraria o espaço educacional existente na cidade de Uberaba.

Com a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a formação de jovens no ensino superior foi possível naquela época. Entendemos que a oferta do curso de Odontologia, em 1947, com certeza não suprimiu o déficit educacional da época – e nem nos dias atuais o suprime –, porém, o panorama econômico e social de Uberaba apresentaria, certamente, uma configuração menos aprazível, caso a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro não tivesse logrado êxito.

Podemos afirmar que a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, instituição de ensino particular, teve papel fundamental na representatividade de Uberaba no cenário educacional brasileiro. A atual Universidade de Uberaba oportunizou a formação de muitos jovens que não tinham condições de dar continuidade a seus estudos nos centros mais desenvolvidos do País.

O esforço de buscar, na história de Uberaba e na historiografia das primeiras instituições de ensino superior da cidade – especialmente na história da Faculdade de

Odontologia do Triângulo Mineiro – fatos relacionados ao contexto local, regional e nacional foi também importante para a compreensão do cenário atual do ensino superior no País.

Segundo o Relatório de Indicadores Sociais – Ibope Inteligência (Anexo 1), a quantidade de indivíduos portadores de diploma do ensino superior na cidade de Uberaba, no ano de 2014, perfazia 34 mil 434 indivíduos, número que representa apenas 10,98% da população de 313 mil 504 habitantes do município, ou seja, sessenta e oito anos mais tarde e com nove²⁶ instituições de ensino superior depois do surgimento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, o percentual de indivíduos formados nesse nível ainda evidencia números preocupantes.

Revisitando o panorama da história do ensino superior no Brasil, entendemos que o papel do diploma e a força do ensino institucionalizado legitimavam pensamentos dominantes e o interesse de grupos específicos. Depreendemos dos fatos históricos que mecanismos de controle da oferta do diploma de nível superior, como a limitação do número de vagas para ingressantes aos cursos, a criação dos exames vestibulares e os exames de Estado, objetivavam resguardar a “cotação” do grau superior permanentemente em alta e a organização curricular dos cursos de caráter fundamentalmente utilitarista era direcionada a manter o bem-estar e a “felicidade” das classes dominantes.

Enquanto os relatórios de inspeção e verificação de cursos estavam pautados na capacidade financeira da instituição em manter de modo satisfatório o edifício, as instalações apropriadas ao ensino a ser ministrado, o aparelhamento administrativo, a analisar se a localidade possuía condições culturais necessárias ao seu regular funcionamento e se a criação do curso representava real necessidade sob o ponto de vista profissional ou manifestava utilidade de natureza cultural, pouco ou nada se avaliava sobre o número de cadeiras necessárias à diminuição do número de jovens fora da Faculdade.

Entendemos também que a influência política no ensino superior, durante todo o período pesquisado, demonstrava que “ensino e política” eram conceitos indissociáveis, revelando interesses deliberadamente políticos na formação superior dos indivíduos, fato que pode ser ilustrado pela “necessidade diplomática de se conferir o título de Doutor Honoris Causa ao Rei Alberto da Bélgica” (CUNHA, 2007, p.56) como as reais razões de criação da Universidade do Rio de Janeiro.

O inexpressivo desenvolvimento industrial e a reduzida demanda por formação profissional em nível superior no município determinaram as escolhas estratégicas do

²⁶ Secretaria Municipal de Educação de Uberaba. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,9183>>. Acessado em 03 jul. 2015.

fundador da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. A opção por um curso de Odontologia como primeiro investimento da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, sociedade civil constituída pelo diretor-proprietário do Colégio do Triângulo Mineiro e da Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro, professor Mário de Ascensão Palmério, acabaria por revelar uma das funções que essa instituição de caráter particular exerceria no município e na região.

Através da análise dos documentos relativos à autorização e ao reconhecimento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, da consulta a dissertações e teses sobre o ensino superior na região e do estudo das falas da imprensa da época, conclui-se que Mário de Ascensão Palmério soube, como poucos, neutralizar o descrédito cultivado pela população uberabense em empreendimentos educacionais de nível superior, por meio de uma admirável capacidade retórica, uma habilidade inata para lidar com os aspectos culturais da época e com o apoio peculiar da imprensa local e regional, devolvendo, assim, a Uberaba, a confiança em empreendimentos dessa ordem.

A escolha por um curso supostamente valorizado pelas aspirações das camadas “superiores” da época foi basicamente uma escolha “sem opções”, se considerarmos a natureza particular do empreendimento que necessitava das taxas pagas pelos seus alunos para manter seu funcionamento. Além disso, a declarada valorização do governo, a iniciativas dessa natureza, revelava a negligência e a falta de interesse público na democratização dos saberes superiores, concentrando nas elites a possibilidade de acesso ao ensino superior pela capacidade financeira delas em mantê-lo.

De modo geral, seria plausível assegurar que a vocação empreendedora e as pretensões políticas do professor Mário de Ascensão Palmério – somadas às condições socioeconômicas de Uberaba e ao fato de que era necessário treinamento específico para quem quisesse exercer a Odontologia – representaram as principais fontes de motivação para a criação, construção e instalação de uma Faculdade de Odontologia na região.

A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro exerceu um importante papel regenerador na desconfiança arraigada dos uberabenses em relação às iniciativas desse porte no contexto local, pelas habilidades de seu fundador, que soube entender e adequar a oferta do curso às necessidades e exigências do contexto político e econômico da época. O curso de Odontologia experimentou um ciclo de crescimento unicamente ascendente no período de 1947 a 1956, trazendo fôlego e entusiasmo para a criação de mais dois cursos: Direito (1951) e Engenharia (1956), que mais tarde viriam a ser unificados para a criação das Faculdades Integradas de Uberaba – Fiube (1972), que foi reconhecida como Universidade de Uberaba,

pelo Ministério da Educação (1988), após fusão com as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino – Fista (1981).

REFERÊNCIAS

ALFONSO-GOLDFARB, A.M; FERRAZ, M.H.M. *Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil*. São Paulo em Perspectiva, v.16, n.3, p.3-14, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Relatório da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, feito e apresentado pelo seu atual diretor dr. Francisco Mineiro Lacerda, ao egrégio Conselho Nacional da Educação, com o fim de obter a fiscalização prévia*, Departamento Privado nº 164, Caixa nº 41, 1932.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Termo de posse do fiscal Carlos de Moraes na Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba*, Departamento Privado nº 164, Caixa nº 40, 1933.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Defesa apresentada pelo inspetor da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, Dr. Carlos de Moraes, ao Conselho Nacional da Educação*, em 20/06/1934, Departamento Privado nº 164, Caixa nº 41, 1934.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Relação numérica dos alunos matriculados em 1935 e dos alunos promovidos da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba*, Departamento Privado nº 164, Caixa nº 40, 1934.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Defesa apresentada pela Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba ao Conselho Nacional da Educação*, em 14/07/1935, Departamento Privado nº 164, Caixa nº 41, 1935.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Vidas escolares dos Pharmacolandos e Odontolandos que terminaram o curso em 1935*, Departamento Privado nº 164, Caixa nº 5, 1935.

ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Livro de atas do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba*, Departamento Privado nº 164, Caixa nº5, 1936.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963 e 2012.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (dois séculos de História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BILHARINHO, J. S. *História da medicina em Uberaba*. Uberaba: Editora ERG, 1980, v. 1.

BRASIL. WIKIMEDIA COMMONS. *Uberaba em 1885*. 2015. Foto retirada da internet posteriormente. Estava disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Uberaba_em_1885.JPG>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968*. Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5550.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 19.852*, de 11 de abril de 1931, Rio de Janeiro, 1931.

BRASIL. Parecer CNE 0206/1935, de 11 de outubro de 1935, Rio de Janeiro, 1935.

BRASIL. Decreto nº 1.003, de 1 de agosto de 1936, Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL. Decreto nº 20.179, de 6 de julho de 1931, Rio de Janeiro, 1931.

CARVALHO, Cristiana Leite. *Dentistas Práticos no Brasil: História de exclusão e resistência na profissionalização da Odontologia Brasileira*. 2003. 266 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) – Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

CASANOVA, Marta Zednik. *ABO – Associação Brasileira de Odontologia/ Regional Uberaba – pioneirismo e liderança*. Uberaba: ABO, 2012.

COSTA, J.C. As novas ideias. In: HOLANDA, S.B. *O Brasil monárquico*, 1997 e 2004.

CUNHA, Antônio Luiz. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Antônio Luiz. *Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil*. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, 1981.

CUNHA FILHO, Edmundo Rodrigues da. *O passado e o presente da odontologia de Uberaba*. Uberaba: Editora Vitória, 1983.

DEAN, Warren. A industrialização durante a república velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: III. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. 420 p.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 5ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

FERREIRA, Orlando. *Terra Madrasta (um povo infeliz)*. Uberaba: Typographia do Brasil Central, 1928.

FONSECA, André Azevedo. *A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do triângulo mineiro (1940-1950)*. 2010. 335 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

FONSECA, André Azevedo. *A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GAZETA DE UBERABA. Uberaba (MG), edições de 1888 a 1935.

GAZETA DE UBERABA (Uberaba – MG). *Arquivo Público vai digitalizar acervo do Gazeta de Uberaba*. 2015. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,34796>>. Acesso em: 25 out. 2015.

HERMES JÚNIOR. *A bandeira provisória da república brasileira*. [18...]. Há informações de que seu desenho foi ideia de Rui Barbosa. Mas se encontra também a informação de que era a bandeira do Clube Republicano Lopes Trovão, adaptada como bandeira provisória do Brasil. Disponível em: <<http://historiaporimagem.blogspot.com.br/2011/11/primeira-bandeira-do-brasil-republica.html>>. Acesso em: 27 out. 2015.

INSTITUCIONAL, Uniube. *Conheça a nossa história*. 2015. Disponível em: <<http://www.uniube.br/conteudo2.php?p=1&m=7&c=1>>. Acesso em: 27 out. 2015.

INSTITUTO METODISTA GRANBERY (Juiz de Fora/MG). *História do Instituto Metodista Granbery: A mais antiga instituição de ensino da Zona da Mata Mineira*. 2015. Disponível em: <<http://www.granbery.com.br/granbery.php?codSegmento=1>>. Acesso em: 27 out. 2015.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba (MG), edições de 1909 a 1929. Jornal.

LIBÂNEO, J.C. OLIVEIRA, J.F. TOSCHI, M.S. *Estrutura e Organização da Educação Brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOUREIRO, Marilda Arantes. *Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba: Gênese e desenvolvimento (1926-1936)*. 2010. 143 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade de Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo, 1942, p. 29 e 35.

MAGALHÃES, Justino (1996). *Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo*. Braga-Portugal. Universidade do Minho, 2004.

MAGALHÃES, Justino (2004). Um Apontamento metodológico sobre a História das Instituições Educativas. In SOUZA, C., CATANI, D. (Organizadores) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, profissão docente*. II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. São Paulo, Escrituras, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *O atraso histórico na educação: o que torna o ensino público brasileiro tão fraco?* 2001. Disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/30.php>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA (Brasil). *Aulas régias*. 2013. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4566>>. Acesso em: 27 out. 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p.131-194, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>>. Acesso em 27 out.2015.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Madureza* (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=293?>>. Acesso em: 29 jun.2015.

MINAS GERAIS. *Decreto n. 975, de 27 de outubro de 1896*. Coleção das leis e decretos de 1896, Ouro Preto, p. 350-377, 1896.

MINAS GERAIS. *Lei n. 1.004, de 21 de setembro de 1927*. Coleção das leis e decretos de 1927, Belo Horizonte, v. 1, p.162-164, 1928.

MILL, Stuart. *Utilitarismo*. São Paulo: Escala, 2007. 90 p.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 340 p.

MOURA, Américo. *História em foco: Escola dos Annales:1ª, 2ª, 3ª geração*. [2013]. Disponível em: <<http://historyfoco.blogspot.com.br/p/escola-dos-annales1-2-3-geracao.html>>. Acesso em: 16 out. 2015.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NABUT, Jorge Alberto. *Coisas que me contaram crônicas que escrevi*. Uberaba, MG: Vitória, 1985. 242 p.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. (2009). *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas/SP; Alínea Editora, 2009.

PANG, Eul-Soo, SECKINGER, Ron L. *The mandarins of imperial Brazil comparative studies in society and history* (Cambridge), v.14, n.2, mar. 1972.

PONTES, Hildebrando de Araújo. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. 570 p.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PREFEITURA DE UBERABA (Uberaba). Secretaria de Comunicação. *Codiub entrega à prefeitura digitalização de 50 anos do Jornal Lavoura e Comércio*. 2014. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,33169>>. Acesso em: 25 out. 2015.

QUEIROZ, Maria Goretti. *O Ensino da Odontologia no Brasil: Concepções e Agentes*. 2006. 370 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, Goiás.

RELATÓRIO para efeito de autorização da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro apresentado pelo técnico de educação Nair Fortes Bau-Merhy em setembro de 1947. Uberaba, MG. Relatório. Folha avulsa incorporada. Datilografado. [Arquivo Universidade de Uberaba].

RELATÓRIO para efeito de reconhecimento do Curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro apresentado pelos membros da comissão Francisco Olybano Rosas, Eugênio Semes de Carvalho e Miguel Magalhães da Silveira em 20 de novembro de 1949, Uberaba, MG. Relatório. Datilografado. [Arquivo Universidade de Uberaba].

RICCIOPPO FILHO, Plauto. *Ensino Superior e Formação de Professores em Uberaba/MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos*. 2007. 509 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade de Uberaba, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SAMICO, Armando Antunes Ribeiro. *Escorço da História da Odontologia no Brasil: Ensino Odontológico*. Rio de Janeiro: CFO, 1992

SÃO PAULO E MINAS, Ribeirão Preto, SP, Edições de 1895 a 1896.

SCHELBAUER, Anaete Regina. *A constituição do Método de Ensino Intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889)*. (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação de São Paulo. SP. 2003.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. 1984. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit3.htm>>. Acesso em: 27 out. 2015.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TOTI, Gabriel. *Álbum de Uberaba*. Uberaba, MG: Tipografia Galleli, 1956.

TRIBUNA DO POVO. Uberaba, 7 nov. 1894.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. *Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910 a 1950*. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

WIKIPÉDIA (Brasil). *Partido Republicano Mineiro*. 2015. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Republicano_Mineiro>. Acesso em: 25 out. 2015.

ANEXO 1

RELATÓRIO DEMOGRÁFICO DE UBERABA

RELATÓRIO INDICADORES SOCIAIS

Nome da consulta UBERABA

Total de municípios da consulta 1

População total por grau de instrução

Número de pessoas com ensino:

Fundamental incompleto	153.246	48,88	% do total
Fundamental completo	53.430	17,04	% do total
Médio completo	72.393	23,09	% do total
Superior completo	34.434	10,98	% do total

Outros Indicadores

% de domicílios com computador	59,87
% de domicílios com telefone fixo	53,24
% de domicílios com acesso à internet	48,78
% de domicílios com automóvel	60,66
% de domicílios próprios	66,94
% de domicílios sem energia elétrica	0,04
% de domicílios com coleta de lixo	98,41
% de domicílios com água encanada	95,06
% de domicílios com rede geral de esgoto	97,72
Número de domicílios com TV	100.968

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

1991 0,574

2000 0,692

2010 0,772